Câmara Municipal da Marinha Grande
www.cm-mgrande.pt

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

Marinha Grande, Abril 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Câmara Municipal da Marinha Grande
www.cm-mgrande.pt

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

ÍNDICES

Marinha Grande, Abril 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

INDICE

ÍNDICE DE FIGURAS 4
ÍNDICE DE GRÁFICOS 4
ÍNDICE DE QUADROS 4
RELATÓRIO DE GESTÃO 7
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL 10
1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA 11
1.1.1. Receitas Correntes 14
1.1.1.1. Impostos Diretos 15
1.1.1.2. Impostos Indiretos 17
1.1.1.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades 18
1.1.1.4. Rendimentos de Propriedade 18
1.1.1.5. Transferências Correntes 19
1.1.1.6. Venda de Bens e Serviços Correntes 23
1.1.1.7 Outras Receitas Correntes 24
1.1.2. Receitas de Capital 25
1.1.2.1 Venda de Bens de Investimento 26
1.1.2.2 Transferências de Capital 27
1.1.2.3 Passivos Financeiros 29
1.1.2.4 Outras Receitas de Capital 30
1.1.3. Análise de Desvios da Receita em 2012 30
1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 32
1.2.1. Despesas Correntes 36
1.2.1.1 Despesas com o Pessoal 37
1.2.1.2. Aquisição de Bens e Serviços 39
1.2.1.3 Juros e Outros Encargos 40
1.2.1.4 Subsídios Concedidos 41
1.2.1.5 Transferências Correntes 42
1.2.1.6 Outras Despesas Correntes 43
1.2.2. Despesas de Capital 44
1.2.2.1 Aquisição de Bens de Capital 45
1.2.2.2 Transferências de Capital 46
1.2.2.3 Ativos Financeiros 47
1.2.2.4 Passivos Financeiros 47
1.2.2.5 Outras Despesas de Capital 48
1.2.3. Análise de Desvios da Despesa em 2012 48
1.2.4. Despesa por Classificação Orgânica 49
1.2.5. Despesa por Classificação Funcional 54
1.2.6. Análise dos Compromissos por pagar e para exercícios futuros 57
1.3. POUPANÇA CORRENTE 59
1.4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA 59
1.4.1. Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas 60
1.4.2. Rácios de Estrutura da Receita 63
1.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa 65
1.4.4. Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente 68
1.4.5. Rácios para avaliar o Prazo Médio de Pagamento 69
2. ANÁLISE PATRIMONIAL 71
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS 71
2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) 72
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) 72
2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais 77
2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal 79
2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais 82
2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício 84
2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício 84
2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros 85
2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários 87
2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS 89
2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços 89
2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas 92
2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares 94
2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos 94
2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade 95
2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais 96
2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros 97
2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários 98
2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 100
2.4. ANÁLISE DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS 101

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

2.5. ANÁLISE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS 102
2.5.1. Médio e Longo Prazo 102
2.5.2. Curto Prazo 103

2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL 104
2.6.1. Rácios de Liquidez 104
2.6.2. Rácio de Solvabilidade 105
2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira 106
2.6.4. Rácios de Endividamento 106

2.7. ENDIVIDAMENTO 109

PRESTAÇÃO DE CONTAS 117

1. BALANÇO 118

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 123

3. MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 125

3.1. CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA 126

3.2. CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA 136

3.3. RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 142

3.4 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 146

3.5 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL 159

3.6. FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM 177

3.7.MAPA DAS CONTAS DE ORDEM 195

3.8. OPERAÇÕES DE TESOURARIA 197

4. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 206

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE 208
4.1.1. Identificação 208
4.1.2. – Legislação 208
4.1.3. – Estrutura Organizacional Efetiva 208
4.1.4. – Descrição Sumária das Atividades 209
4.1.5. – Recursos Humanos 209
4.1.6. – Organização Contabilística 210
4.1.7. – Outra Informação Considerada Relevante 211

4.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 218

4.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO 248
4.3.1. Modificações ao Orçamento da Receita 249
4.3.2. Modificações ao Orçamento da Despesa 256
4.3.3. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos 276
4.3.4. Modificações ao Plano de Atividades Municipais 293
4.3.5. Contratação Administrativa 316
4.3.6. Transferências Correntes da Despesa 324
4.3.7. Transferências de Capital da Despesa 340
4.3.8. Transferências Correntes da Receita 342
4.3.9. Transferências de Capital da Receita 344
4.3.10. Subsídios Concedidos 346
4.3.11. Ativos de Rendimento Fixo 348
4.3.12. Ativos de Rendimento Variável 350
4.3.13. Mapa dos Empréstimos 352
4.3.14. Outras Dívidas a Terceiros 354
4.3.15. Outros Documentos 361
4.3.15.1 Norma de Controlo Interno 362
4.3.15.2 Resumo Diário de Tesouraria 382
4.3.15.3 Síntese das Reconciliações Bancárias 385
4.3.15.4 Mapas de Fundo de Maneio 387
4.3.15.5 Funcionários com Participação em Emolumentos e/ou Custas de Execuções Fiscais 389
4.3.15.6 Relação dos Funcionários em Acumulação de Funções 391
4.3.15.7 Relação Nominal dos Responsáveis 393

4.5. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG - TRANPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. 396
4.5.1. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação 397
4.5.1.1. Análise ao balanço 397
4.5.1.2. Análise à Demonstração de Resultados: 398
4.5.2. Indicadores de gestão patrimonial do grupo público municipal 400
4.5.2.1. Rácios de Liquidez 400
4.5.2.2. Rácio de Solvabilidade 401
4.5.2.3. Rácio da Autonomia Financeira 402
4.5.2.4. Rácios de Endividamento 402
Balanço Consolidado 404
Demonstração de Resultados Consolidada 408

ENCERRAMENTO E TERMO DE APROVAÇÃO FINAL 410

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
NOMEAÇÃO / /
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

ENCERRAMENTO ____ 411
TERMO DE APROVAÇÃO FINAL ____ 412

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma dos Serviços Municipais 209

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quadro comparativo da evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, entre 2008 e 2012 12
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes em 2012 15
Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital em 2012 26
Gráfico 4: Evolução da despesa entre 2008 e 2012 33
Gráfico 5: Despesas com o pessoal por orgânica 51
Gráfico 6: Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços por orgânica 52
Gráfico 7: Despesas com a Aquisição de Bens de Capital por orgânica 53
Gráfico 8: Cobertura Global das Despesas entre 2008 e 2012 60
Gráfico 9: Cobertura Global das Despesas Correntes entre 2008 e 2012 61
Gráfico 10: Cobertura Global das Despesas de Capital entre 2008 e 2012 62
Gráfico 11: Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias entre 2008 e 2012 62
Gráfico 12: Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais entre 2008 e 2012 63
Gráfico 13: Receitas Próprias entre 2008 e 2012 64
Gráfico 14: Receitas Locais entre 2008 e 2012 64
Gráfico 15: Passivos Financeiros entre 2008 e 2012 65
Gráfico 16: Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento entre 2008 e 2012 65
Gráfico 17: Despesa de Capital entre 2008 e 2012 66
Gráfico 18: Despesas com Pessoal entre 2008 e 2012 67
Gráfico 19: Aquisição de Bens e Serviços Correntes entre 2008 e 2012 67
Gráfico 20: Encargos Financeiros entre 2008 e 2012 68
Gráfico 21: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos entre 2008 e 2012 73
Gráfico 22: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos entre 2008 e 2012 77
Gráfico 23: Evolução dos Custos com o Pessoal entre 2008 e 2012 79
Gráfico 24: Evolução dos Custos Operacionais entre 2008 e 2012 82
Gráfico 25: Evolução dos Custos com Amortizações do Exercício entre 2008 e 2012 84
Gráfico 26: Evolução das Provisões entre 2008 e 2012 85
Gráfico 27: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros entre 2008 e 2012 86
Gráfico 28: Evolução dos Custos Extraordinários entre 2008 e 2012 87
Gráfico 29: Distribuição das Transferências de Capital entre 2008 e 2012 88
Gráfico 30: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços entre 2008 e 2012 90
Gráfico 31: Distribuição dos Proveitos relativos a "Outros Serviços" entre 2008 e 2012 92
Gráfico 32: Evolução dos Impostos e Taxas entre 2008 e 2012 92
Gráfico 33: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos entre 2008 e 2012 94
Gráfico 34: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade entre 2008 e 2012 95
Gráfico 35: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais entre 2008 e 2012 97
Gráfico 36: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros entre 2008 e 2012 98
Gráfico 37: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários entre 2008 e 2012 99

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dotações e Previsões Iniciais de 2012 10
Quadro 2: Dotações e Previsões Corrigidas de 2012 10
Quadro 3: Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado 10
Quadro 4: Evolução das Receitas Totais entre 2008 e 2012 11
Quadro 5: Quadro da Estrutura da Receita, 2011 e 2012 13
Quadro 6: Evolução das Receitas Correntes entre 2008 e 2012 14
Quadro 7: Evolução dos Impostos Diretos entre 2008 e 2012 16
Quadro 8: Evolução dos Impostos Diretos, desagregados, entre 2008 e 2012 16
Quadro 9: Evolução dos Impostos Indiretos entre 2008 e 2012 17
Quadro 10: Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades entre 2008 e 2012 18
Quadro 11: Evolução dos Rendimentos de Propriedade entre 2008 e 2012 19
Quadro 12: Evolução das Transferências Correntes entre 2008 e 2012 20
Quadro 13: Evolução da Venda de Bens e Serviços entre 2008 e 2012 23
Quadro 14: Evolução de Outras Receitas Correntes entre 2008 e 2012 24
Quadro 15: Evolução das Receitas de Capital entre 2008 e 2012 25
Quadro 16: Evolução da Venda de Bens de Investimento entre 2008 e 2012 27
Quadro 17: Evolução das Transferências de Capital entre 2008 e 2012 27
Quadro 18: Ponto de Situação das Candidaturas do Município da Marinha Grande a 31.12.2012 29
Quadro 19: Evolução de Passivos Financeiros entre 2008 e 2012 29

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
27 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 20: Evolução de Outras Receitas de Capital entre 2008 e 2012 30
Quadro 21: Quadro dos Desvios das Receitas em 2012 31
Quadro 22: Evolução das Despesas Totais entre 2008 e 2012 32
Quadro 23: Estrutura da Despesa em 2011 e 2012 35
Quadro 24: Evolução das Despesas Correntes entre 2008 e 2012 36
Quadro 25: Índice de Pagamento e Índice de Realização 37
Quadro 26: Evolução das Despesas com pessoal entre 2008 e 2012 37
Quadro 27: Análise das Despesas com pessoal em 2011 e 2012 38
Quadro 28: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços entre 2008 e 2012 39
Quadro 29: Evolução das Despesas com Juros e Outros Encargos entre 2008 e 2012 40
Quadro 30: Evolução das Despesas com Subsídios Concedidos entre 2008 e 2012 41
Quadro 31: Evolução das Despesas com Transferências Correntes entre 2008 e 2012 42
Quadro 32: Evolução de Outras Despesas Correntes entre 2008 e 2012 43
Quadro 33: Evolução das Despesas de Capital entre 2008 e 2012 44
Quadro 34: Índice de Pagamento e Índice de Realização 45
Quadro 35: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens de Capital entre 2008 e 2012 45
Quadro 36: Evolução das Despesas com Transferências de Capital entre 2008 e 2012 46
Quadro 37: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2008 e 2012 47
Quadro 38: Evolução das Outras Despesas de Capital entre 2008 e 2012 48
Quadro 39: Quadro dos Desvios 48
Quadro 40: Resumo das despesas segundo a classificação orgânica/económica 50
Quadro 41: Despesa por Classificação Funcional 55
Quadro 42: Evolução da Poupança Corrente entre 2008 e 2012 59
Quadro 43: Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas entre 2008 e 2012 60
Quadro 44: Rácios de Estrutura da Receita entre 2008 e 2012 63
Quadro 45: Rácios de Estrutura da Despesa entre 2008 e 2012 66
Quadro 46: Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente entre 2008 e 2012 68
Quadro 47: Prazo Médio de Pagamento entre 2008 e 2012 69
Quadro 48: Evolução dos custos totais 71
Quadro 49: Evolução dos custos globais entre 2008 e 2012 72
Quadro 50: Evolução dos CMVMC entre 2008 e 2012 72
Quadro 51: Comparação da evolução dos custos com a subcontratação versus FSE entre 2008 e 2012 73
Quadro 52: Distribuição dos Custos com Subcontratos entre 2008 e 2012 74
Quadro 53: Diferença entre efluentes tratados e efluentes faturados entre 2010 e 2012 75
Quadro 54: Distribuição dos Custos com Fornecimentos e Serviços entre 2008 e 2012 76
Quadro 55: Destino das Transferências Correntes entre 2008 e 2012 78
Quadro 56: Distribuição dos Custos com o Pessoal entre 2008 e 2012 79
Quadro 57: Componentes da rubrica Remunerações entre 2008 e 2012 80
Quadro 58: Discriminação dos Custos Operacionais entre 2008 e 2012 83
Quadro 59: Discriminação dos Impostos e Taxas entre 2008 e 2012 83
Quadro 60: Discriminação dos Quebras Normais entre 2008 e 2012 84
Quadro 61: Discriminação das Provisões entre 2008 e 2012 85
Quadro 62: Discriminação das Provisões para Cobranças Duvidosas entre 2008 e 2012 85
Quadro 63: Distribuição dos Custos Financeiros entre 2008 e 2012 86
Quadro 64: Distribuição dos Juros Suportados entre 2008 e 2012 87
Quadro 65: Distribuição dos Custos Extraordinários entre 2008 e 2012 88
Quadro 66: Evolução dos Proveitos entre 2008 e 2012 89
Quadro 67: Evolução global dos proveitos entre 2008 e 2012 89
Quadro 68: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços entre 2008 e 2012 90
Quadro 69: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens entre 2008 e 2012 91
Quadro 70: Distribuição dos Proveitos de Prestação de Serviços 91
Quadro 71: Distribuição dos Proveitos relativos a "Outros Serviços" entre 2008 e 2012 92
Quadro 72: Distribuição dos Proveitos de Impostos e Taxas entre 2008 e 2012 93
Quadro 73: Distribuição dos Proveitos de Impostos Diretos entre 2008 e 2012 93
Quadro 74: Distribuição das Transferências e Subsídios Obtidos entre 2008 e 2012 95
Quadro 75: Distribuição dos Trabalhos para a própria entidade entre 2008 e 2012 96
Quadro 76: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais entre 2008 e 2012 97
Quadro 77: Distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros entre 2008 e 2012 98
Quadro 78: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários entre 2008 e 2012 100
Quadro 79: Evolução do Resultado Líquido do Exercício entre 2008 e 2012 100
Quadro 80: Evolução dos Resultados Operacionais, Financeiros e Correntes entre 2008 e 2012 100
Quadro 81: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo entre 2008 e 2012 101
Quadro 82: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo – Detalhado, entre 2008 e 2012 102
Quadro 83: Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo entre 2008 e 2012 102
Quadro 84: *Dívidas a Terceiros de Curto Prazo entre 2008 e 2012* 103
Quadro 85: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – Detalhado, entre 2008 e 2012 103
Quadro 86: Resumo da Evolução das Dívidas a e de Terceiros, entre 2008 e 2012 104
Quadro 87: Liquidez Geral entre 2008 e 2012 104
Quadro 88: Liquidez Reduzida entre 2008 e 2012 105
Quadro 89: Liquidez Imediata entre 2008 e 2012 105
Quadro 90: Rácio de Solvabilidade entre 2008 e 2012 106
Quadro 91: Rácio da Autonomia Financeira entre 2008 e 2012 106
Quadro 92: Rácio do Endividamento entre 2008 e 2012 107
Quadro 93: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo entre 2008 e 2012 107
Quadro 94: Limites de Endividamento Municipal para 2012, com base no art.º 66º da LOE 2012 109
Quadro 95: Ativos e Passivos Financeiros a 31.12.2012 111
Quadro 96: Endividamento de médio e longo prazos a 31.12.2012 112
Quadro 97: Apuramento da situação de endividamento do Município da Marinha Grande a 31.12.2012 113
Quadro 98: Ativos e passivos financeiros a 31.12.2012 114

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 99: Apuramento da situação de endividamento do Município da Marinha Grande a 31.12.2012 115
Quadro 100: Síntese do Endividamento a 31.12.2012 116
Quadro 101: Limites de endividamento, endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazos, de 2010 a 2012 116
Quadro 102: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Ativo 397
Quadro 103: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Capital Próprio e Passivo 398
Quadro 104: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Custos e Perdas 399
Quadro 105: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Proveitos e Ganhos 399
Quadro 106: Rácios de Liquidez de 2011 e 2012 401
Quadro 107: Rácio de Solvabilidade de 2011 e 2012 402
Quadro 108: Rácio da Autonomia Financeira de 2011 e 2012 402
Quadro 109: Rácio do Endividamento de 2011 e 2012 402
Quadro 110: Endividamento de médio e longo prazo consolidado 403

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013

Câmara Municipal da Marinha Grande
www.cm-mgrande.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO

Marinha Grande, Abril 2013

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

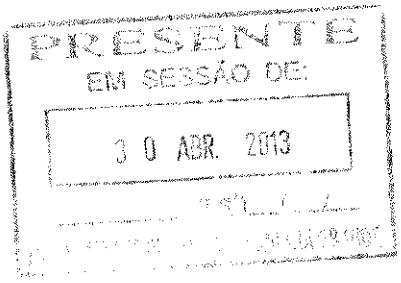
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Nos termos do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante designado por POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão faz parte integrante dos documentos de prestação de contas dos Municípios.

Com o presente relatório pretende-se:

- Apresentar o nível de execução das receitas e das despesas do ano de 2012 e a sua comparação com os anos transatos, desde 2008.
- Apresentar uma análise da situação económica do Município, através da demonstração da evolução dos custos e dos proveitos desde o ano de 2008, inclusive.
- Apresentar uma análise da situação financeira da Autarquia, com apresentação de indicadores que permitam uma análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Face ao exposto apresentam-se de seguida os Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande, relativos ao ano de 2012.



Câmara Municipal da Marinha Grande
www.cm-mgrande.pt

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Marinha Grande, Abril 2013

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise à execução orçamental permite aferir qual o nível de execução dos documentos previsionais de 2012 aprovados na Sessão da Assembleia Municipal do dia 30 de dezembro de 2011, bem como identificar quais as modificações efetuadas aos mesmos, apurando-se os desvios entre o orçamento inicial e o orçamento final.

Quadro 1: Dotações e Previsões Iniciais de 2012

DOTAÇÕES E PREVISÕES INICIAIS 2012

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	18.827.610,53 €	Correntes	18.628.102,92 €
Capital	16.102.806,09 €	Capital	16.302.318,70 €
Outras Receitas	5,00 €	Outras Despesas	
TOTAL GERAL	**34.930.421,62 €**	**TOTAL GERAL**	**34.930.421,62 €**

Ao longo do ano económico de 2012, foram elaboradas dezanove modificações aos documentos previsionais inicialmente aprovados, das quais três revisões e dezasseis alterações. Como consequência das referidas modificações, as dotações e previsões corrigidas a 31.12.2012 são as refletidas no quadro seguinte.

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Quadro 2: Dotações e Previsões Corrigidas de 2012

DOTAÇÕES E PREVISÕES CORRIGIDAS 2012

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	18.814.969,53 €	Correntes	18.657.731,76 €
Capital	13.465.519,77 €	Capital	13.787.204,48 €
Outras Receitas	164.446,94 €	Outras Despesas	
TOTAL GERAL	**32.444.936,24 €**	**TOTAL GERAL**	**32.444.936,24 €**

Face aos valores apresentados, e comparando o orçamento inicial, o final e o executado, apuraram-se os desvios ocorridos e a execução dos documentos previsionais, conforme análise constante do quadro seguinte.

Quadro 3: Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO

	ORÇAMENTO					
	INICIAL	FINAL	EXECUTADO	TAXA DE EXECUÇÃO	DESVIO (FINAL E INICIAL)	DESVIO (EXECUTADO E FINAL)
RECEITAS						
Correntes	18.827.610,53 €	18.814.969,53 €	18.128.784,34 €	96,35%	-12.641,00 €	-686.185,19 €
Capital	16.102.806,09 €	13.465.519,77 €	4.901.672,49 €	36,40%	-2.637.286,32 €	-8.563.847,28 €
Outras Receitas (*)	5,00 €	164.446,94 €	189.319,83 €	115,13%	164.441,94 €	24.872,89 €
TOTAL GERAL	**34.930.421,62 €**	**32.444.936,24 €**	**23.219.776,66 €**	**71,57%**	**-2.485.485,38 €**	**-9.225.159,58 €**
DESPESAS						
Correntes	18.628.102,92 €	18.657.731,76 €	14.894.479,35 €	79,83%	29.628,84 €	-3.763.252,41 €
Capital	16.302.318,70 €	13.787.204,48 €	7.486.408,77 €	54,30%	-2.515.114,22 €	-6.300.795,71 €
Outras Despesas						
TOTAL GERAL	**34.930.421,62 €**	**32.444.936,24 €**	**22.380.888,12 €**	**68,98%**	**-2.485.485,38 €**	**-10.064.048,12 €**

(*) A interpretação dos desvios apurados nesta rubrica entre as Previsões Iniciais, Corrigidas e Executadas deve considerar o valor do saldo que transita da Gerência anterior, 2011, no valor de 164.441,94 euros.

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Da análise do quadro anterior podemos aferir que, quando comparado com o orçamento inicial, o orçamento final regista um decréscimo de 2.485.485,38 euros, ao longo do ano de 2012, o que corresponde a -7,12%.

No ano de 2012, a execução do orçamento da receita foi de 71,57% e a do orçamento da despesa foi de 68,98%.

No que respeita à execução orçamental da receita corrente esta apresentou uma taxa de execução de 96,35%, enquanto que a execução orçamental da receita de capital foi de 36,40%.

Relativamente à execução orçamental da despesa corrente esta apresenta uma taxa de execução de 79,83%, enquanto que a execução orçamental da despesa de capital foi de 54,30%.

1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

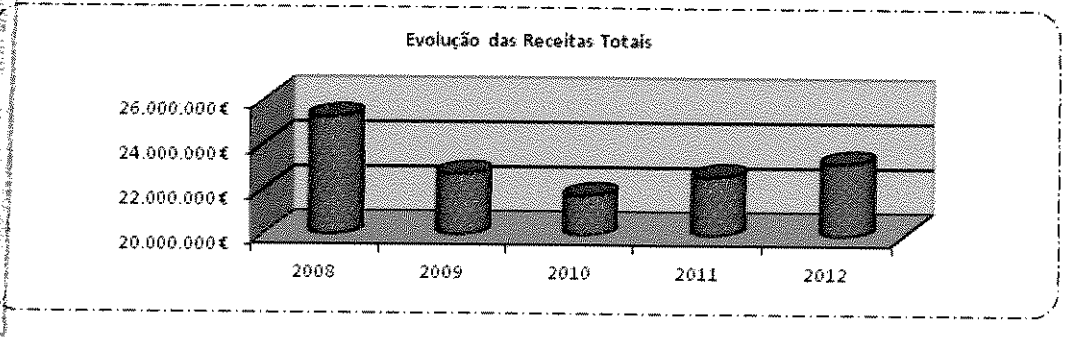
No ano de 2012, o montante global da receita arrecadada foi de 23.219.777 euros, o que representa um acréscimo de cerca de 2,71% relativamente ao ano de 2011, na qual se tinha verificado um montante de receita cobrada de 22.606.104 euros, a que corresponde um aumento de 613.673 euros.

Quadro 4: Evolução das Receitas Totais entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Totais	25.224.577 €	22.696.140 €	21.749.555 €	22.606.104 €	23.219.777 €

O critério de preparação de análise dos mapas do Controlo Orçamental da Receita foi alterado a partir deste ano, sendo que os valores apresentados incluem, como Receita Cobrada, o valor do *Saldo da Gerência Anterior*.

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013



	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	Variação
Receitas Correntes	18.769.128 €	74,4%	18.154.741 €	80,0%	18.647.750 €	85,7%	18.519.206 €	81,9%	18.128.784 €	78,1%	-2,1%
Receitas de Capital	4.555.298 €	18,1%	1.904.224 €	8,4%	2.757.629 €	12,7%	3.499.180 €	15,5%	4.901.672 €	21,1%	40,1%
Outras Receitas (*)	1.900.151 €	7,5%	2.637.174 €	11,6%	344.177 €	1,6%	587.718 €	2,6%	189.320 €	0,8%	-67,8%
Total da Receita	**25.224.577 €**	**100%**	**22.696.140 €**	**100%**	**21.749.556 €**	**100%**	**22.606.104 €**	**100%**	**23.219.777 €**	**100%**	**2,7%**

(*) O valor constante desta linha inclui, o valor das *Reposições Não Abatidas nos Pagamentos* e do *Saldo da Gerência Anterior*, sendo que nos relatórios dos anos anteriores apenas incluía o valor das *Reposições Não Abatidas nos Pagamentos*.

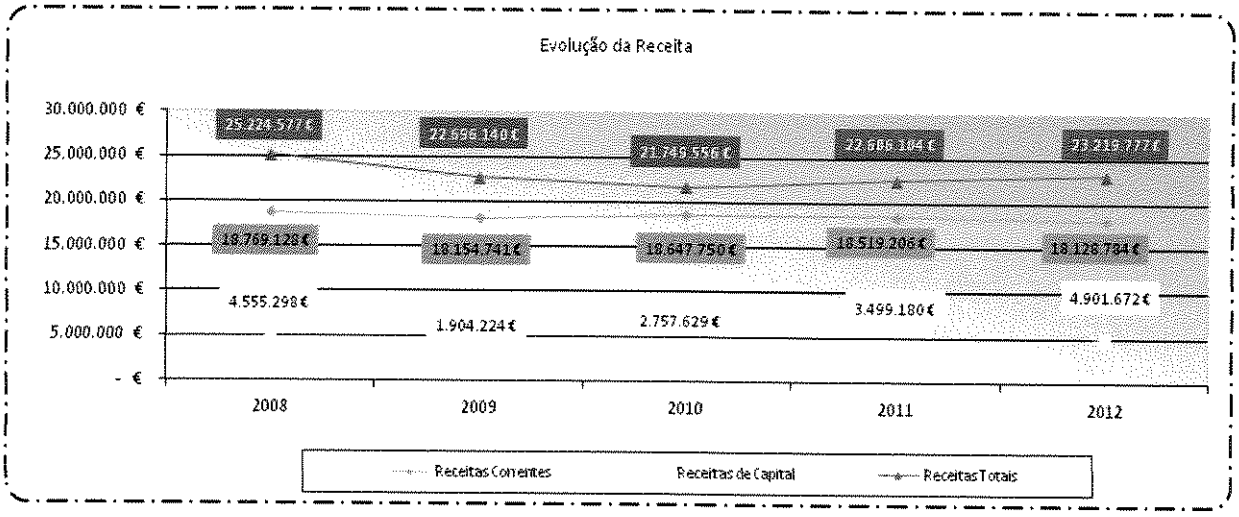
PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

O total das Receitas Correntes arrecadadas no ano de 2012 foi de 18.128.784 euros, registando-se um decréscimo de cerca de 2,1% quando comparado com o ano de 2011, no qual o montante global da Receita Corrente foi de 18.519.206 euros.

O total das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2012 registam um acréscimo de 40,1% face ao ano transato, tendo sido arrecadado o montante global de 4.901.672 euros, enquanto que no ano de 2011 o total das receitas de capital arrecadadas nos cofres da tesouraria municipal ascendia a 3.499.180 euros.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, nos últimos 5 anos.

Gráfico 1: Quadro comparativo da evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, entre 2008 e 2012



As Receitas Correntes não apresentam uma tendência de evolução constante no período em análise, sendo que houve um decréscimo de 2008 para 2009, ano em que se registou o montante de receita corrente arrecadado mais elevado no período analisado. O ano de 2010 registou um aumento, sendo que a partir de 2011 se regista um decréscimo da receita arrecadada. Em 2012, essa redução foi de cerca de 2,1%, que corresponde, em termos absolutos, a 390.422 euros.

No que respeita às Receitas de Capital, assiste-se a uma tendência de crescimento desde 2010, sendo que o ano de 2012 é o ano em que se regista a execução mais elevada para o período em análise. O acréscimo verificado em 2012 foi de cerca de 40,1%, a que corresponde em termos absolutos, a 1.402.492 euros, fruto da receita proveniente, essencialmente, da execução de candidaturas a fundos comunitários e ainda da venda de bens do Património Municipal.

Os quadros e gráficos seguintes apresentam a estrutura da receita, atenta a sua execução orçamental no ano de 2012, comparando-a com a do ano transato.

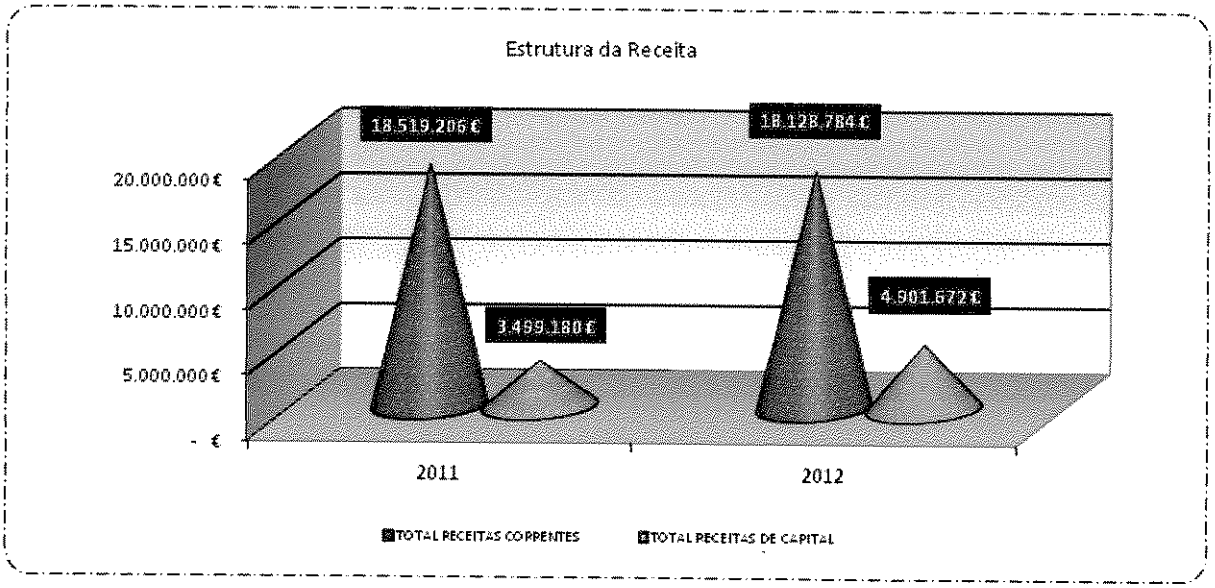
PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 5: Quadro da Estrutura da Receita, 2011 e 2012

DESIGNAÇÃO	2011 VALOR	2011 ESTRUTURA Parcelar	2011 ESTRUTURA Global	2012 VALOR	2012 ESTRUTURA Parcelar	2012 ESTRUTURA Global
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Diretos	6.638.764 €	35,85%	29,37%	6.508.256 €	35,90%	28,03%
Impostos Indiretos	164.959 €	0,89%	0,73%	182.403 €	1,01%	0,79%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	285.374 €	1,54%	1,26%	194.725 €	1,07%	0,84%
Rendimentos de Propriedade	75.722 €	0,41%	0,33%	89.373 €	0,49%	0,38%
Transferências Correntes	4.869.813 €	26,30%	21,54%	5.016.565 €	27,67%	21,60%
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.402.238 €	34,57%	28,32%	6.081.950 €	33,55%	26,19%
Outras Receitas Correntes	82.335 €	0,44%	0,36%	55.511 €	0,31%	0,24%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	**18.519.206 €**	**100%**	**81,92%**	**18.128.784 €**	**100%**	**78,07%**
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	314 €	0,01%	0,00%	250.362 €	5,11%	1,08%
Transferências de Capital	3.426.146 €	97,91%	15,16%	4.636.320 €	94,59%	19,97%
Activos Financeiros						
Passivos Financeiros (Empréstimos MLP)						
Outras Receitas de Capital	72.721 €	2,08%	0,32%	14.991 €	0,31%	0,06%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**3.499.180 €**	**100%**	**15,48%**	**4.901.672 €**	**100%**	**21,11%**
Outras Receitas (*)	587.718 €		2,60%	189.320 €		0,82%
TOTAL DA RECEITA	**22.606.104 €**		**100%**	**23.219.777 €**		**100%**

(*) O valor constante desta linha inclui, o valor das *Reposições Não Abatidas nos Pagamentos* e do *Saldo da Gerência Anterior*, sendo que nos relatórios dos anos anteriores apenas incluía o valor das *Reposições Não Abatidas nos Pagamentos*.



No ano de 2012 o total das Receitas Correntes representam 78,07% das Receitas Totais cobradas e o total das Receitas de Capital 21,11%, pelo que fazendo uma análise comparativa verifica-se que o peso das Receitas Correntes no total das receitas arrecadadas no ano de 2012 é inferior em cerca de 3,85%, relativamente ao ano transato, em que o total das Receitas Correntes representaram 81,92% do orçamento e as receitas de capital 15,48%.

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

A análise à estrutura da receita permite-nos aferir que as rubricas que têm um peso mais significativo no total das Receitas Correntes no ano de 2012 são os Impostos Diretos (35,90%), Venda de Bens e Serviços Correntes (33,55%) e Transferências Correntes (27,67%).

Comparando a análise da estrutura da receita corrente de 2011 com o ano transato, verifica-se que a mesma não foi alterada.

Analisando a estrutura da Receita de Capital, verifica-se que a rubrica Transferências de Capital apresenta um peso muito significativo quer em 2011 (97,91%) quer em 2012 (94,59%), advindo destas praticamente a totalidade das Receitas de Capital arrecadadas pelo Município da Marinha Grande no ano de 2012.

1.1.1. Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes não apresenta uma tendência constante ao longo dos últimos anos. No entanto, no ano de 2012 assiste-se a um decréscimo de cerca de 2,11%. O decréscimo da Receita Corrente está diretamente relacionado, em termos percentuais, com a diminuição registada na classificação Outras Receitas Correntes (-32,58%) e Taxas, Tarifas, Multas e Outras Penalidades (-31,76%), Venda de Bens e Prestações Serviços Correntes (-5,00%) e Impostos Diretos (-1,97%).

Em termos absolutos, as rubricas de Impostos Diretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de Bens e Serviços Correntes, representam um decréscimo de aproximadamente 541.500 euros.

As classificações económicas de Rendimentos de Propriedade, Impostos Indiretos e Transferências Correntes apresentam uma evolução favorável quando comparadas com o ano transato, 18,03%, 10,57% e 3,01%, respetivamente.

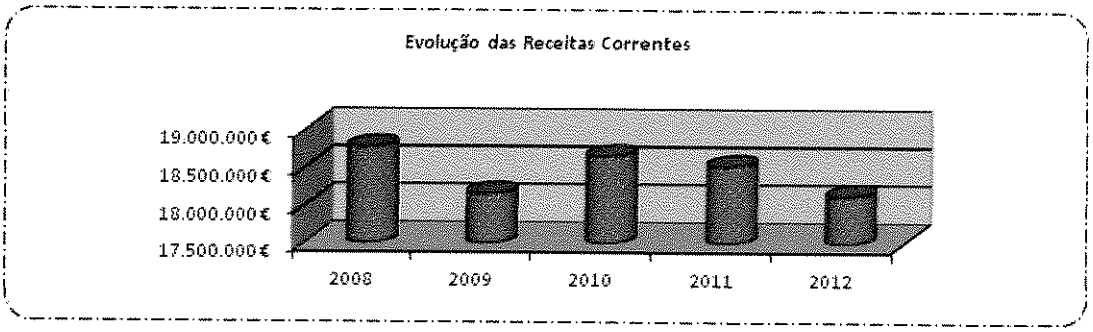
Considerando que a previsão corrigida das Receitas Correntes é de 18.814.970 euros e que a execução global ascende a 18.128.784 euros, a taxa de execução destas é 96,35%.

Quadro 6: Evolução das Receitas Correntes entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	18.769.128 €	18.154.741 €	18.647.750 €	18.519.206 €	18.128.784 €

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

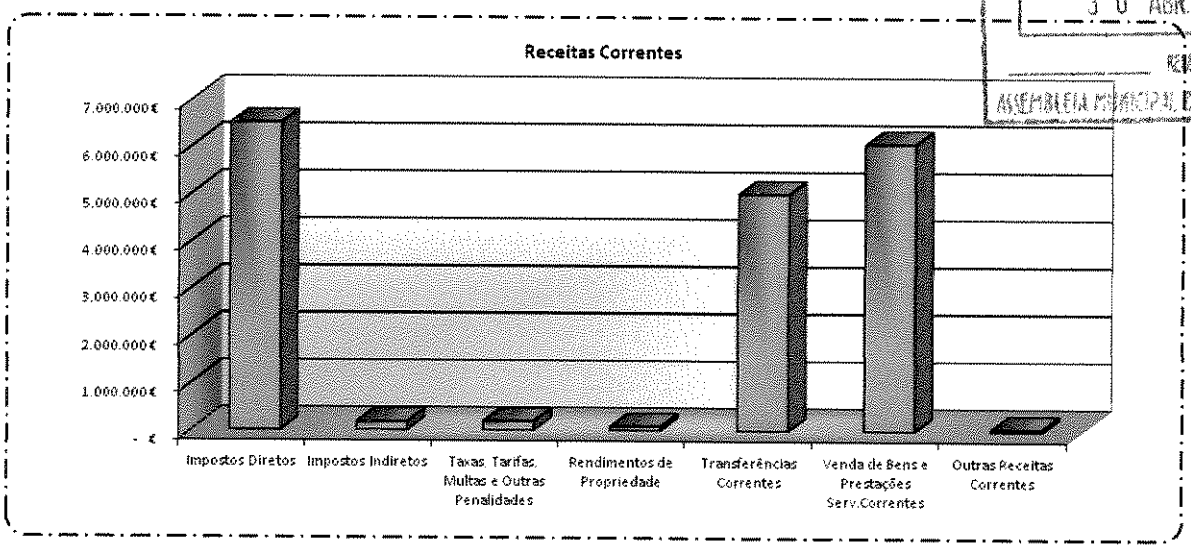


	2008		2009		2010		2011		2012		Variação
Impostos Diretos	7.865.574 €	41,91%	6.227.618 €	34,30%	6.433.195 €	34,50%	6.638.764 €	35,85%	6.508.256 €	35,90%	-1,97%
Impostos Indiretos	96.439 €	0,51%	306.926 €	1,69%	167.738 €	0,90%	164.959 €	0,89%	182.403 €	1,01%	10,57%
Taxas, Tarifas, Multas e Outras Penalidades	106.594 €	0,57%	63.031 €	0,35%	209.378 €	1,12%	285.374 €	1,54%	194.725 €	1,07%	-31,76%
Rendimentos de Propriedade	227.549 €	1,21%	136.156 €	0,75%	61.810 €	0,33%	75.722 €	0,41%	89.373 €	0,49%	18,03%
Transferências Correntes	5.163.557 €	27,51%	5.364.456 €	29,55%	5.507.758 €	29,54%	4.869.813 €	26,30%	5.016.565 €	27,67%	3,01%
Venda de Bens e Prestações Serv.Correntes	5.283.281 €	28,15%	5.926.414 €	32,64%	6.196.193 €	33,23%	6.402.238 €	34,57%	6.081.950 €	33,55%	-5,00%
Outras Receitas Correntes	26.134 €	0,14%	130.140 €	0,72%	71.679 €	0,38%	82.335 €	0,44%	55.511 €	0,31%	-32,58%
TOTAL	**18.769.128 €**	**100%**	**18.154.741 €**	**100%**	**18.647.750 €**	**100%**	**18.519.206 €**	**100%**	**18.128.784 €**	**100%**	**-2,11%**

O gráfico seguinte demonstra a estrutura da execução da Receita Corrente em 2012, a qual será desenvolvida nos pontos seguintes.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes em 2012



1.1.1.1. Impostos Diretos

Os Impostos Diretos representam 35,90% do total das Receitas Correntes arrecadadas em 2012 e 28,03% do total geral das Receitas do Município.

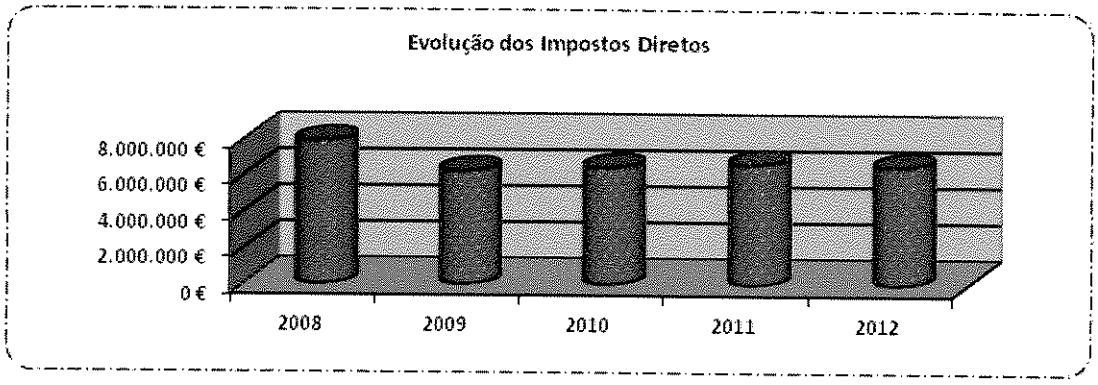
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Considerando que a previsão inicial e corrigida da rubrica de Impostos Diretos era de 6.534.042 euros e que a execução foi de 6.508.256 euros, podemos aferir da existência de um desvio negativo entre as receitas previstas e as executadas de cerca de 0,39%, dada a arrecadação de menos 25.786 euros.

A receita proveniente de Impostos Diretos registou um decréscimo de 1,97%, relativamente ao ano de 2011, sendo que no ano de 2012 o montante de receita arrecadado ascendeu a 6.508.256 euros, dos quais 3.701.646 euros respeitam a Imposto Municipal sobre Imóveis, 861.520 euros a Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis, 1.119.106 euros a Derrama, 824.954 euros a Imposto Único de Circulação e 1.030 euros a Imposto Municipal de SISA.

Quadro 7: Evolução dos Impostos Diretos entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Impostos Diretos	7.865.574 €	6.227.618 €	6.433.195 €	6.638.764 €	6.508.256 €



De seguida apresenta-se um mapa comparativo da evolução da receita cobrada por tipo de imposto direto, nos anos de 2008 a 2012.

Quadro 8: Evolução dos Impostos Diretos, desagregados, entre 2008 e 2012

IMPOSTOS DIRETOS	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto Municipal sobre Imóveis	3.395.554 €	3.303.065 €	3.346.093 €	3.484.558 €	3.701.646 €
Imposto Único de Circulação	555.569 €	632.131 €	659.554 €	719.373 €	824.954 €
Imposto Municipal sobre Transmissões	2.540.806 €	1.264.965 €	1.494.368 €	1.246.181 €	861.520 €
Derrama	1.250.855 €	1.020.097 €	927.158 €	1.158.111 €	1.119.106 €
Contribuição Autárquica	15.272 €	2.556 €	2.030 €	627 €	- €
Imposto Municipal de SISA	107.518 €	4.805 €	3.993 €	29.916 €	1.030 €
Impostos Diretos Diversos	- €	- €	- €	- €	- €
Impostos Diretos	**7.865.574 €**	**6.227.618 €**	**6.433.195 €**	**6.638.764 €**	**6.508.256 €**

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
22 ABR. 2013

1.1.1.2. Impostos Indiretos

Os Impostos Indiretos são aqueles que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, os quais devem ser imputados aos custos de exploração dos agentes pagadores.

São classificados como Impostos Indiretos, as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras, pagas por unidades empresariais.

O somatório da receita cobrada proveniente do licenciamento de atividades em mercados, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade, controlo metrológico, entre outras, permite-nos obter o total da receita de Impostos Indiretos arrecadados pela Autarquia.

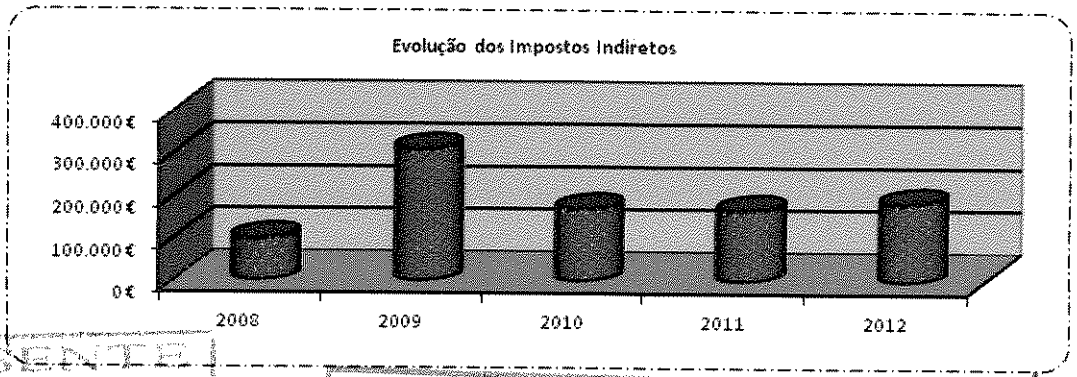
Os Impostos Indiretos representam 1,01% no peso total das Receitas Correntes e 0,79% no total geral da Receita Municipal.

A receita inicial e corrigida para esta rubrica era de 161.912 euros, verificando-se uma variação positiva entre a receita prevista e a realizada em 20.491 euros.

No total, a rubrica de Impostos Indiretos apresenta um acréscimo de cerca de 10,57% relativamente a igual período de 2011, facto diretamente relacionado com o aumento da arrecadação de receita na rubrica de Loteamentos e Obras, o qual, no ano de 2012, ascendeu a 87.335 euros, enquanto que em 2011 esse valor foi de apenas 71.663 euros e na rubrica de Outros, a qual no ano de 2012, ascendeu a 44.841 euros, enquanto que em 2011 esse valor foi de apenas 33.212 euros.

Quadro 9: Evolução dos Impostos Indiretos entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Impostos Indiretos	96.439 €	306.926 €	167.738 €	164.959 €	182.403 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.1.1.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas, Multas e Outras Penalidades são constituídas pelas receitas pagas por particulares que não constituam unidades empresariais, em contrapartida de serviços recebidos relacionados com a aplicação de regulamentação geral, como no caso de taxas, licenças, emolumentos ou outras.

Em 2012, o desvio entre a receita prevista e a realizada foi de -14,62%, o que corresponde a uma variação negativa de 33.348 euros.

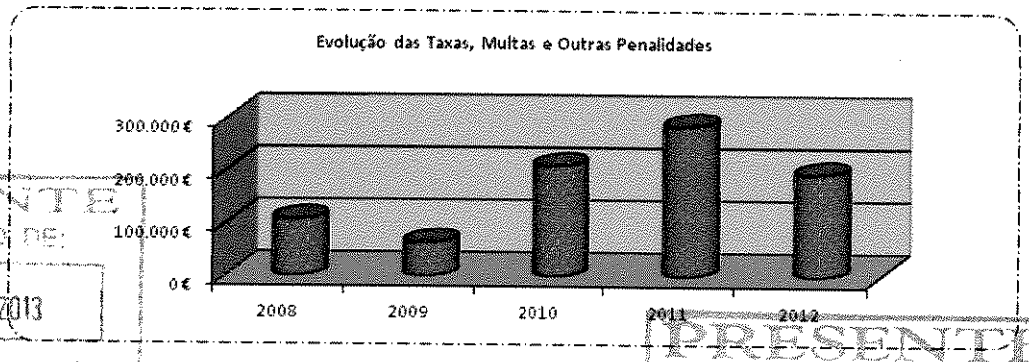
Esta rubrica regista um decréscimo de 31,76% relativamente a igual período de 2011, o que representa uma variação absoluta negativa de 90.649 euros, sendo que esta se deve essencialmente a uma diminuição da receita proveniente de:

- Taxas Especificas das Autarquias Locais, sendo que a receita arrecadada em 2011 ascendeu a 150.161 euros, enquanto que em 2012 esse valor registou apenas 118.610 euros;
- Juros de Mora, sendo que a receita arrecadada em 2011 ascendeu a 54.624 euros, enquanto que em 2012 esse valor registou apenas 2.622 euros;
- Coimas e Penalidades por Contra Ordenações, sendo que a receita arrecadada em 2011 ascendeu a 70.056 euros, enquanto que em 2012 esse valor ascendeu a 65.920 euros.

A receita proveniente de Taxas, Multas e Outras Penalidades representa 1,07% do total das Receitas Correntes e 0,84% no total geral das Receitas do Município.

Quadro 10: Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Taxas, Multas e Outras Penalidades	106.594 €	63.031 €	209.378 €	285.374 €	194.725 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA DE MARINHA GRANDE

1.1.1.4. Rendimentos de Propriedade

Esta receita engloba os juros de sociedades financeiras, dividendos e participações nos lucros de sociedades, as rendas de terrenos para instalação de infra estruturas de comunicação, de edifícios e de bens de domínio público.

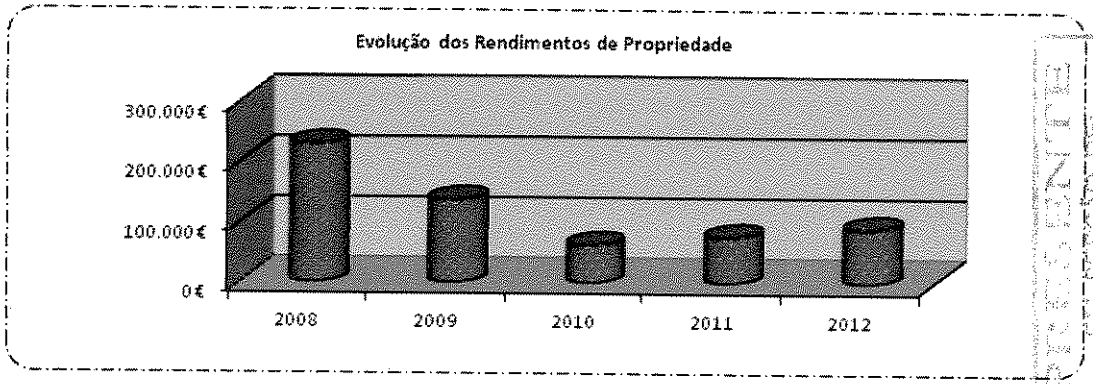
O total das previsões dos Rendimentos de Propriedade foi de 180.569 euros, sendo o montante global de receita arrecadada em 2012 de 89.373 euros, o que representa uma execução orçamental de 49,50%. Este desvio está relacionado, essencialmente, com o não pagamento da renda anual do "Café do Parque" sito no Parque Mártires do Colonialismo, atento contrato de concessão de exploração celebrado com a autarquia.

Os Rendimentos de Propriedade representam 0,49% da Receita Corrente do Município e 0,38% do total geral da receita arrecadada no ano de 2012.

De 2011 para 2012 esta receita registou um acréscimo de 18,03% e uma variação absoluta positiva de 13.651 euros, sendo que esse aumento se ficou a dever, essencialmente, ao acréscimo dos rendimentos provenientes dos Dividendos e Participações nos Lucros de Empresas Privadas (Lusitânia Gás, S.A.). De referir que esta entidade procedeu à distribuição de dividendos aprovados em Assembleia Geral de 27.12.2012, tendo transferido para o Município da Marinha Grande 12.769,39 euros.

Quadro 11: Evolução dos Rendimentos de Propriedade entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Rendimentos de Propriedade	227.549 €	136.156 €	61.810 €	75.722 €	89.373 €



PRESENTE EM REUNIÃO DE
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

1.1.1.5. Transferências Correntes

As Transferências Correntes representam as verbas transferidas para o Município sem qualquer contrapartida, e são retiradas do rendimento corrente da entidade dadora para financiar despesas correntes da entidade beneficiária. Nesta rubrica encontram-se, por exemplo, as transferências por conta do Orçamento de Estado, designadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, bem como outras transferências da Administração Central, para além das que advêm de iniciativas comunitárias.

As Transferências Correntes representam 27,67% das Receitas Correntes arrecadadas em 2012 e 21,60% das receitas totais no mesmo ano.

PRESENTE EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

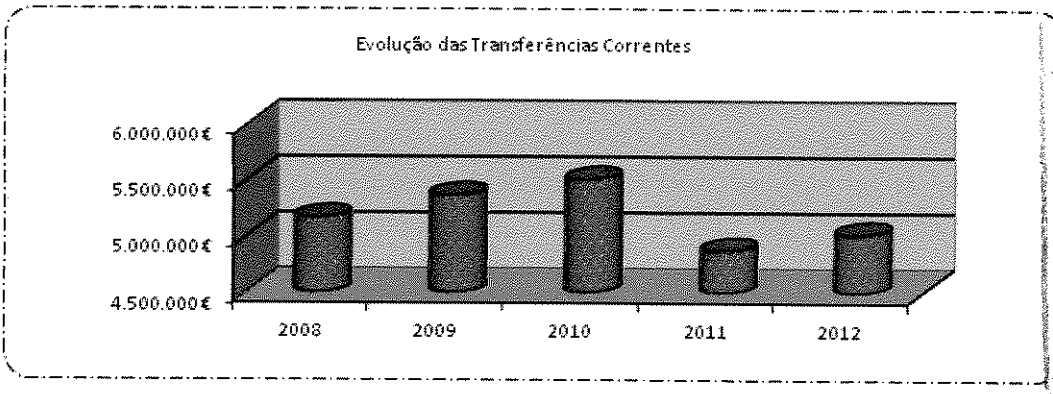
O montante da receita arrecadada de Transferências Correntes no ano de 2012 foi de 5.016.565 euros, o que representa um acréscimo de cerca de 3,01% relativamente ao ano transato.

A Receita Corrente transferida para a autarquia por conta do Orçamento de Estado de 2012 foi de 4.014.789 euros, apresentando um decréscimo de cerca de 4,45% face ao ano de 2011, no qual foram transferidos 4.201.814 euros. Em termos absolutos representa uma diminuição de 187.025 euros.

A previsão corrigida das Transferências Correntes era de 5.400.616 euros, no entanto como a sua execução em 2012 foi de 5.016.565 euros, regista-se um desvio negativo de 7,11% entre a previsão corrigida e a receita executada, a qual apresenta uma taxa de execução de 92,89%.

Quadro 12: Evolução das Transferências Correntes entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências Correntes	5.163.557 €	5.364.456 €	5.507.758 €	4.869.813 €	5.016.565 €



APRESENTADO EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

As componentes das transferências correntes que apresentam um *desvio negativo menos significativo* entre o executado e o estimado são:

1. O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativos ao ano letivo 2012/2013. Foi prevista a arrecadação de 1.500 euros mas não foi transferido qualquer montante pela DREC – Direção Regional de Educação do Centro;

2. O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular relativo ao ano letivo 2012/2013, em que foi recebido, por parte da DREC – Direção Regional de Educação do Centro, o montante de 141.225 euros, quando a previsão era de 144.112,50 euros;

3. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano letivo de 2010/2011, na componente de Pessoal Auxiliar em que não foi arrecadado qualquer montante apesar de aquando da elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2012 ter sido previsto o montante 9.106,87 euros. Este desvio

APRESENTADO EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

deve-se ao facto da DREC ter transferido este valor nos últimos dias do ano de 2011, após a elaboração dos documentos previsionais de 2012;

4. Protocolo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade – ISSS (antes IDS) e o Município da Marinha Grande no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco para o ano de 2011 em que não foi arrecadado em 2012 qualquer montante relativo ao 2.º Semestre de 2011, quando existia uma previsão orçamentada de 11.998,46 euros em 2012, dado que este montante foi recebido no final do ano de 2011 após a elaboração dos documentos previsionais de 2012;

5. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano letivo de 2012/2013, na componente de Pessoal Auxiliar em que não foi arrecadado qualquer montante no ano de 2012, quando a previsão orçamentada era de 18.000 euros;

6. A candidatura apresentada no âmbito do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa em que não foi arrecadada qualquer verba no ano de 2012, tendo sido prevista a arrecadação de 15.730 euros. Cumpre salientar que a despesa prevista nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2012 não registou qualquer execução orçamental, mas no ano de 2012 foram apresentados pela autarquia documentos comprovativos de despesa já incorrida e paga no âmbito desta candidatura;

As transferências que apresentam um *desvio negativo mais significativo* entre as previsões efetuadas e a receita arrecadada são:

1. O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular relativo ao ano letivo 2010/2011, em que não foi recebido qualquer montante, por parte da DREC – Direção Regional de Educação do Centro, quando a previsão era de 29.664,50 euros;

2. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano letivo de 2011/2012, na componente de Apoio à Família, em que foi prevista a arrecadação de 249.641,50 euros, tendo sido transferido pela DREC – Direção Regional de Educação do Centro, apenas o montante de 207.298,68 euros;

3. O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular relativo ao ano letivo 2011/2012, em que foi recebido, por parte da DREC – Direção Regional de Educação do Centro, o montante de 128.647,75 euros quando a previsão era de 288.225 euros;

4. No que respeita às candidaturas para a Regeneração Urbana foi prevista uma receita de 44.676 euros, tendo sido arrecadado em 2012, o montante de 1.795,14 euros, atenta a execução física das ações previstas;

5. Relativamente ao RUCI, Rede Urbana para a Competitividade e Inovação do Pinhal Litoral foi prevista uma receita inicial de 230.107,86 euros, tendo sido arrecadado no ano de 2012, o montante

PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

de 147.455,90 euros relativamente à Bienal Internacional de Artes Plásticas e Design Industrial junto da entidade gestora. Esta diferença está relacionada com o facto de em sede da elaboração dos documentos previsionais de 2012 ter sido considerado que a receita a obter desta candidatura teria uma natureza de corrente, quando em sede da execução da mesma se veio a verificar que uma das componentes recebidas e arrecadas tinha uma natureza de receita de capital, tendo sido arrecadada por classificação económica distinta da prevista inicialmente pelo montante de 69.475,70 euros.

6. No âmbito da candidatura de Ações de Valorização e Promoção Ambiental do Estuário do Lis, foi estimada a arrecadação de 54.000,84 euros mas não foi recebida qualquer comparticipação atenta a inexistência de execução física e financeira. Esta candidatura foi alvo de reprogramação física e financeira no ano de 2013;

As transferências que apresentam um *desvio positivo* entre as previsões efetuadas e a receita arrecadada são:

1. O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativos ao ano letivo 2011/2012, tendo sido prevista a arrecadação de 4.000 euros e transferido pela DREC – Direção Regional de Educação do Centro o montante de 14.566,86 euros;

2. O programa de apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais, em que foi prevista a arrecadação de 28.000 euros referente ao ano de 2012. No entanto, o montante de receita efetivamente recebido ascendeu a 40.200,16 euros uma vez que a transferência do ano de 2011 (28.000 euros) só ocorreu no mês de janeiro de 2012. De referir ainda que o montante transferido relativo ao ano de 2012 foi de apenas 12.200,16 euros;

3. O Programa de Estágios Profissionais no âmbito do PEPAL, edição de 2011, em que foi prevista a arrecadação de 37.304,30 euros, tendo sido arrecadado o montante de 48.755,92 euros;

4. Protocolo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade – ISSS (antes IDS) e o Município da Marinha Grande no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco para o ano de 2012 em que foi arrecadado o montante de 24.262,68 euros, quando a previsão orçamentada era de 11.998,46 euros. Tal ficou a dever-se ao recebimento dos dois semestres de 2012 neste mesmo ano;

5. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano letivo de 2011/2012, na componente de Pessoal Auxiliar em que foi arrecadado o montante de 139.451,07 euros, quando a previsão orçamentada era de 126.000 euros;

6. O Acordo de colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano letivo de 2010/2011, na componente de Apoio à Família, em que foi prevista a arrecadação de 81.680,34 euros, tendo sido transferido pela DREC – Direção Regional de Educação do Centro, o montante de 106.589,41 euros;

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 30 ABR. 2013

7. A candidatura apresentada no âmbito do Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro de Moel em que foi arrecadado o montante de 1.526,97 euros quando não foi efetuada qualquer previsão de receita em 2012. Este recebimento decorreu do aumento da taxa de comparticipação de 80% para 85% relativamente à despesa já executada nos anos anteriores.

1.1.1.6. Venda de Bens e Serviços Correntes

No ano de 2012 o montante global da receita arrecadada por esta rubrica foi de 6.081.950 euros, em 2011 foi de 6.402.238 euros, o que representa uma variação negativa, em termos absolutos de 320.288 euros face a idêntico período do ano transato (-5,00%).

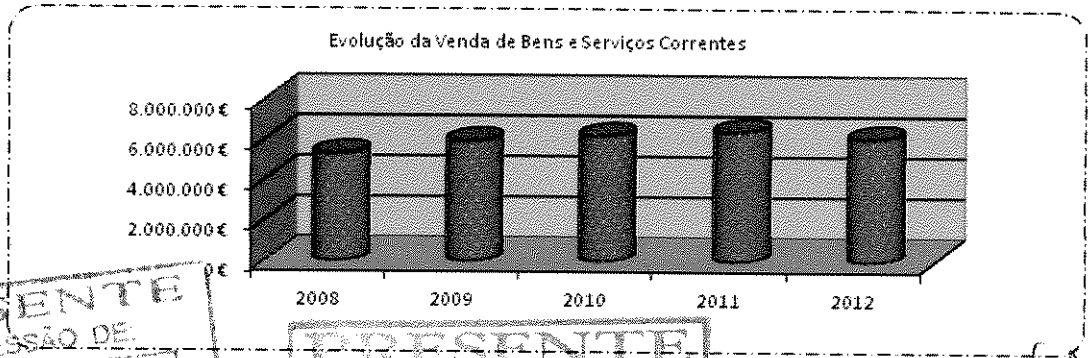
A execução desta classificação apresenta um desvio negativo entre a receita prevista e a receita executada de 160.804 euros, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 97,42%.

O total da Venda de Bens e Serviços Correntes representa 33,55% da Receita Corrente e 26,19% do total geral da receita arrecadada no ano de 2012.

As rubricas mais representativas da Venda de Bens e Serviços Correntes no Município da Marinha Grande, no que respeita ao total da receita arrecadada em 2012 são: concessão de exploração de baixa tensão à empresa EDP com uma receita de 1.300.910 euros; consumo de água 1.266.472 euros; tarifa de conservação de saneamento 1.167.222 euros; resíduos sólidos 934.323 euros; serviços diversos relacionados com fornecimento de água 677.295 euros, dos quais 625.362 euros respeitam a tarifa fixa de disponibilidade; alimentação escolar 236.250 euros; tarifa de ligação de saneamento 79.463 euros; e habitação social 68.931 euros.

Quadro 13: Evolução da Venda de Bens e Serviços entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.283.281 €	5.926.414 €	6.196.193 €	6.402.238 €	6.081.950 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013

De referir que parte da diminuição desta rubrica está relacionada com o decréscimo registado nas seguintes classificações económicas:

- Venda de Bens - em 2011 a receita cobrada foi de 1.380.114 euros enquanto que em 2012 foi de apenas 1.270.384 euros;
- Consumo de Água, cujo montante arrecadado em 2011 foi de 1.371.947 euros, enquanto que em 2012 esse valor foi de 1.266.472 euros;
- Saneamento, cuja receita em 2011 foi de 1.311.157 euros e em 2012 de 1.246.685 euros;
- Serviços diversos relacionados com Fornecimento de Água, cuja receita executada em 2012 foi de 677.295 euros enquanto que em 2011 tinham sido arrecadados 744.884 euros.

1.1.1.7 Outras Receitas Correntes

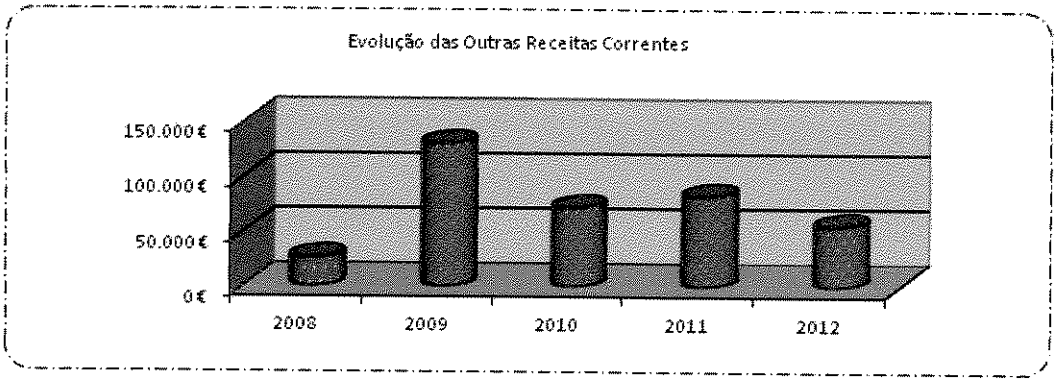
Estamos perante uma classificação da receita residual, que só é utilizada quando a receita a arrecadar não se enquadre nas restantes rubricas.

Em 2012 o montante global de execução das Outras Receitas Correntes foi de 55.511 euros, o que representa um decréscimo de 32,58% relativamente a 2011, cujo montante de receita arrecadada tinha sido de 82.335 euros.

As Outras Receitas Correntes representam 0,31% do total das Receitas Correntes do ano de 2012 e 0,24% do total geral da Receita.

Quadro 14: Evolução de Outras Receitas Correntes entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Outras Receitas Correntes	26.134 €	130.140 €	71.679 €	82.335 €	55.511 €



A diminuição registada nesta rubrica residual ficou a dever-se essencialmente à redução registada nas seguintes classificações económicas:

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 30 ABR. 2013
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1. IVA Inversão da Liquidação (08019904): em 2011 foi executado o montante de 35.736 euros, enquanto que no ano de 2012 esse valor foi de 14.141 euros. Esta receita corresponde ao IVA dedutível das empreitadas de obras públicas abrangidas pelo regime do IVA devido pelo adquirente ;

2. Diversas (08019999): em 2011 foi executado o montante de 46.559 euros, enquanto que em 2012 esse valor foi de 41.370 euros.

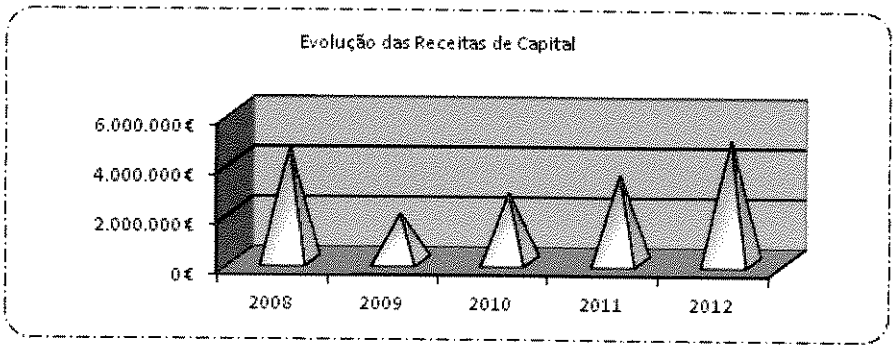
1.1.2. Receitas de Capital

No ano de 2012 o total das Receitas de Capital arrecadadas pelo Município da Marinha Grande foi de 4.901.672 euros o que representa um acréscimo relativamente ao ano de 2011 de 1.402.492 euros, em que o total das receitas arrecadadas foi 3.499.180 euros, pelo que se verifica uma variação positiva de 40,08%.

De referir que a previsão corrigida da Receita de Capital ascendia a 13.465.520 euros, tendo sido executado cerca de 36,40% deste valor.

Quadro 15: Evolução das Receitas de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas de Capital	4.555.298 €	1.904.224 €	2.757.629 €	3.499.180 €	4.901.672 €

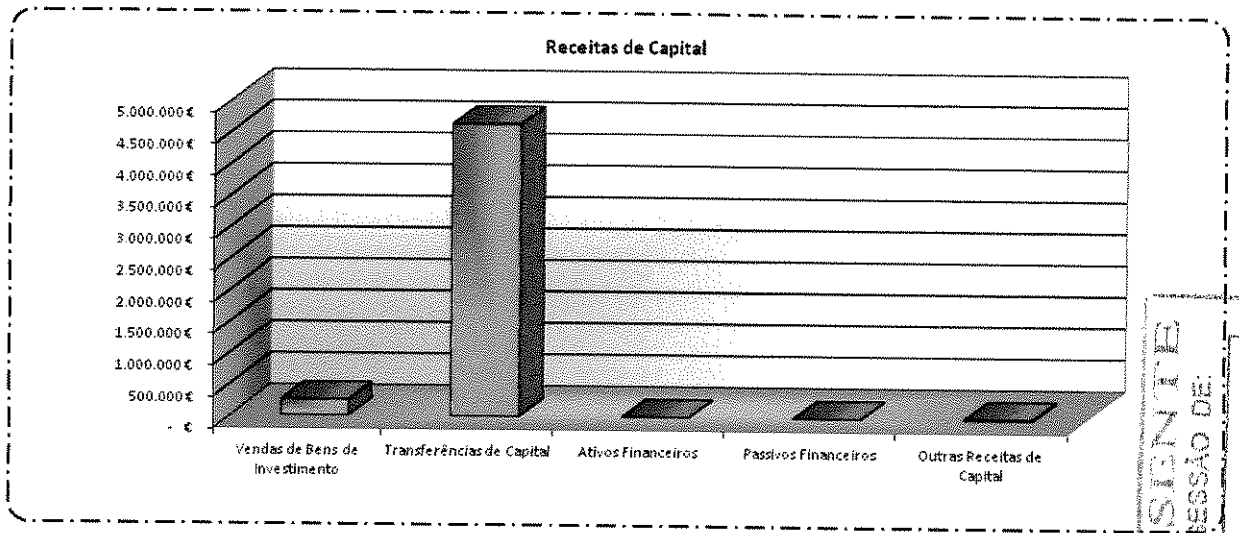


	2008		2009		2010		2011		2012		Variação
Vendas de Bens de Investimento	26.753 €	0,59%	12.076 €	0,63%	0 €	0,00%	314 €	0,01%	250.362 €	5,11%	79750,10%
Transferências de Capital	4.524.689 €	99,33%	1.884.961 €	98,99%	2.756.525 €	99,96%	3.426.146 €	97,91%	4.636.320 €	94,59%	35,32%
Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Passivos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Outras Receitas de Capital	3.856 €	0,08%	7.188 €	0,38%	1.103 €	0,04%	72.721 €	2,08%	14.991 €	0,31%	-79,39%
TOTAL	**4.555.298 €**	**100%**	**1.904.224 €**	**100%**	**2.757.629 €**	**100%**	**3.499.180 €**	**100%**	**4.901.672 €**	**100%**	**40,08%**

O gráfico seguinte mostra a estrutura das Receitas de Capital no ano de 2012.

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013
PRECEDENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital em 2012



PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

1.1.2.1 Venda de Bens de Investimento

A Venda de Bens de Investimento em 2012 registou uma execução de 250.362 euros, o que representa um aumento relativamente ao ano transato, em que esta rubrica não apresentou qualquer execução.

Importa então salientar a venda dos seguintes imóveis:

- Lote de terreno descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 12345/020481 e número de inventário 22393, de acordo com a hasta pública realizada em 18 de abril de 2012, pelo valor de 12.500,00 euros;
- Lote n.º 42 da Zona Industrial da Marinha Grande, pelo valor de 234.460 euros;
- Lote de terreno descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4467/120297 e número de inventário 15490, de acordo com a hasta pública realizada em 18 de abril de 2012, pelo valor de 3.402,00 euros (pagamento de 20% por conta de arrematação), sendo que este processo de alienação não se encontra concluído à data de 31-12-2012 por a entidade ter posteriormente manifestado reservas à celebração da escritura pública de compra e venda.

O total da receita prevista corrigida decorrente da Venda de Bens de Investimento foi de 6.839.502 euros, o que representa um desvio negativo integral na execução em termos absolutos de 6.589.140 euros.

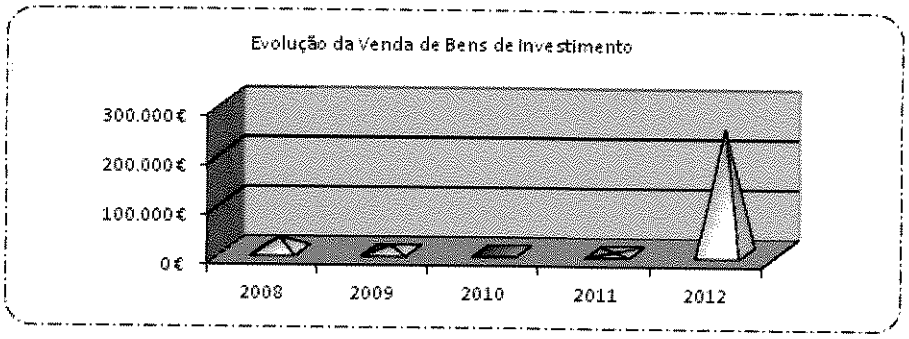
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

A taxa de execução desta receita foi de 3,66%.

A execução desta receita orçamental está diretamente relacionada com o facto da Venda de Bens de Investimento inicialmente prevista não ter sido concretizada, nomeadamente no que respeita à alienação de bens imóveis propriedade do Município da Marinha Grande. Apesar de a autarquia ter desencadeado diversos processos de hasta pública no decurso do ano de 2012 para a venda de imóveis apenas os referidos anteriormente foram objeto decisão de venda.

Quadro 16: Evolução da Venda de Bens de Investimento entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Venda de Bens de Investimento	26.753 €	12.076 €	0 €	314 €	250.362 €



1.1.2.2 Transferências de Capital

As Transferências de Capital para a autarquia decorrem das transferências da Administração Central, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, protocolos de cooperação técnica e financeira e receita proveniente da apresentação de candidaturas a programas comunitários.

A receita proveniente das Transferências de Capital representa 94,59% das Receitas de Capital e 19,97% do total da receita arrecadada em 2012.

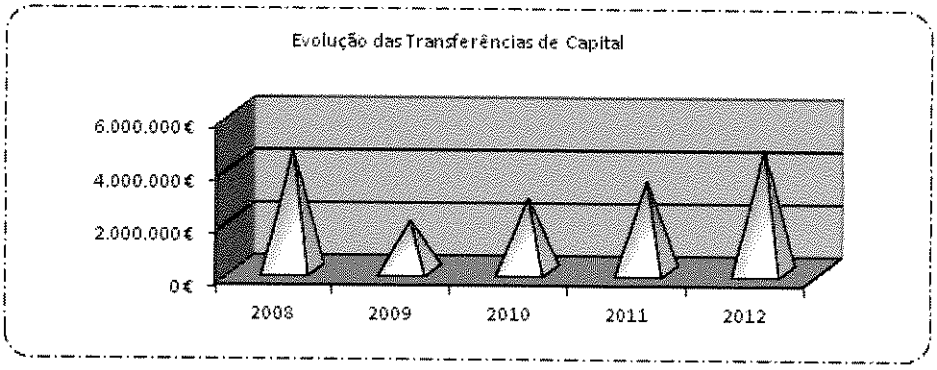
Em 2012, as Transferências de Capital registam um acréscimo de 35,32% relativamente ao ano de 2011, tendo o montante global da receita arrecadada ascendido a 4.636.320 euros. Em termos absolutos, o aumento da receita proveniente de Transferências de Capital foi de 1.210.174 euros, sendo a taxa de execução desta receita de 69,99%.

Quadro 17: Evolução das Transferências de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências de Capital	4.524.689 €	1.884.961 €	2.756.525 €	3.426.146 €	4.636.320 €

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



Apesar do montante das Transferências de Capital terem registado um crescimento em 2012, importa salientar que a sua execução ficou bastante abaixo do previsto, nomeadamente por:

1. No que respeita às candidaturas incluídas na Contratualização, atento contrato celebrado entre a autarquia e a CIMPL e posteriormente com o Mais Centro, foi prevista a arrecadação de 2.319.668,17 euros, sendo que no ano de 2012 foram efetivamente arrecadados 1.405.467,24 euros, o que está diretamente relacionado com a execução física e financeira das obras objeto de candidatura no ano de 2012, considerando que toda a despesa paga foi objeto de submissão de pedido de pagamento ao mais Centro, quase em simultâneo.

2. No que respeita às candidaturas para a Regeneração Urbana foi prevista uma receita de 2.035.851,40 euros, tendo sido arrecadado o montante de 1.554.051,42 euros em 2012, pelos mesmos motivos aduzidos no parágrafo anterior;

De referir, e no que respeita à candidatura apresentada no âmbito do Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro de Moel, no ano de 2012 foi arrecadado o montante de 23.682,61 euros quando não foi efetuada qualquer previsão desta receita. Este recebimento decorreu do aumento da taxa de comparticipação de 80% para 85% relativamente à despesa já executada nos anos anteriores.

De seguida apresenta-se um mapa identificativo das candidaturas homologadas e em curso no Município da Marinha Grande, com a identificação do montante dos pedidos de pagamento apresentados até 31 de dezembro de 2012, independentemente da sua certificação e relativamente aos quais se aguardavam as transferências para o Município da Marinha Grande.

PRESENTE
EM SECSÃO DE:
30 ABR. 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 18: Ponto de Situação das Candidaturas do Município da Marinha Grande a 31.12.2012

CANDIDATURAS	CO-FINANCIAMENTO APROVADO	TAXA DE FINANCIAMENTO	RECEBIMENTOS EM 2010	RECEBIMENTOS EM 2011	PEDIDOS DE PAGAMENTO EFECTUADOS ATÉ 31-12-2012	RECEBIMENTOS EM 2012	SALDO A 31-12-2012	P.P. EFECTUADOS POR RECEBER A 31-12-2012
PITER - Estrada Atlântica	154.880,56 €	15,00%					15.741,56 €	15.741,56 €
PITER - Marginal Praia da Vieira	39.888,43 €	6,00%					4.052,66 €	4.052,66 €
Projecto nº 061104/2011/522 - POPH	54.989,87 €	70,00%		6.195,63 €	18.190,06 €	48.755,92 €	38,32 €	- €
Beneficiação da Rua António Maria da Silva	419.719,78 €	85,00%	165.142,91 €	221.852,00 €	21.945,69 €	11.738,18 €	20.986,69 €	20.986,69 €
Beneficiação da Rua do Repouso [1]	527.209,95 €	85,00%	233.608,13 €	236.395,02 €	15.935,83 €	30.829,83 €	26.376,97 €	26.359,65 €
Beneficiação da Rua dos Outeirinhos [1]	294.649,44 €	85,00%	195.422,32 €		12.957,83 €	84.494,29 €	14.732,83 €	14.732,83 €
Beneficiação da Rua Nery Capucho e Barros Gomes	328.609,98 €	85,00%	172.672,86 €	96.235,61 €		28.516,64 €	31.184,87 €	16.776,00 €
Beneficiação da Rua 1º Janeiro - Ordem [1]	292.211,61 €	85,00%		273.506,14 €	1.611,32 €	4.094,89 €	14.610,58 €	14.610,53 €
Beneficiação da Rua da Industria	763.455,70 €	80,00%		168.612,98 €	287.951,28 €	547.133,14 €	47.709,58 €	
Beneficiação da Rua da Várzea	331.543,68 €	85,00%		250.197,89 €	10.807,84 €	32.902,05 €	48.443,74 €	10.807,84 €
Abertura Arruamento Paralelo à Estrada dos Guilhermes	742.312,52 €	85,00%		171.939,84 €	370.009,57 €	470.804,12 €	99.568,56 €	47.494,14 €
Património Stephens - Teatro	1.627.341,26 €	85,00%		101.913,22 €	207.964,44 €	194.954,10 €	1.330.473,94 €	36.058,67 €
Edifício da Resinagem	3.420.345,38 €	85,00%			1.332.848,06 €	1.395.620,99 €	2.024.724,39 €	- €
Requalificação do Património Stephens - Fase I	328.145,89 €	85,00%			88.694,44 €	95.875,50 €	232.270,39 €	- €
Requalificação do Património Stephens - Fase II	267.600,24 €	85,00%			126.376,70 €	62.554,93 €	205.045,31 €	- €
Animação Cultural [4]	93.500,00 €	85,00%			1.606,18 €	1.795,14 €	91.704,86 €	- €
Bienal Internacional de Artes Plásticas [4]	244.489,61 €	85,00%			54.677,06 €	216.931,60 €	27.558,01 €	11.417,46 €
Sistema Multimodal [2]	683.291,84 €	80,00%					683.291,84 €	- €
Normalização sinalética [2]	120.000,00 €	80,00%					120.000,00 €	- €
Plano de Valorização Ambiental e Turística de S. Pedro de Moel [3] [4]	458.397,49 €	85,00%	192.489,99 €	210.863,26 €		25.209,58 €	29.834,66 €	22.555,95 €
Requalificação Ambiental do Estuário do Lis - Praia da Vieira	432.123,45 €	85,00%					432.123,45 €	
LRD - Simplex Autárquico (SAMA) [4]	63.801,85 €	85,00%			63.801,85 €		63.801,85 €	63.801,85 €
	11.688.508,53 €		**959.336,21 €**	**1.737.711,59 €**	**2.615.378,14 €**	**3.252.210,90 €**	**5.564.275,06 €**	**305.395,84 €**

Nota [1]: O valor recebido em 2012 corresponde ao acréscimo da taxa de co-financiamento de 50% para 85%.

Nota [2]: Candidaturas apresentadas nos finais de Outubro de 2010 e sem contrato de financiamento celebrado a 31.12.2012.

Nota [3]: O valor recebido em 2012 corresponde ao acréscimo da taxa de co-financiamento de 80% para 85%.

Nota [4]: *O montante de co-financiamento atribuído corresponde a receita de corrente e capital.*

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.1.2.3 Passivos Financeiros

No orçamento de 2012, não existiu qualquer receita estimada proveniente de empréstimos bancários de médio e longo prazo.

Quadro 19: Evolução de Passivos Financeiros entre 2008 e 2012

PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

	2008	2009	2010	2011	2012
Passivos Financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

1.1.2.4 Outras Receitas de Capital

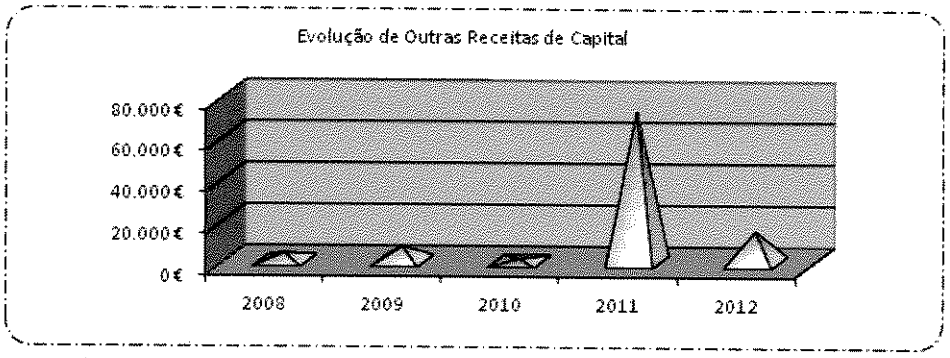
Por esta classificação procede-se à arrecadação da receita proveniente de indemnizações na sequência de danos causados no património municipal, que assumam a forma, por exemplo, de furtos, roubos, danificações ou outros.

Esta rubrica apresenta uma execução de 860,54%. No entanto o seu peso no total das Receitas de Capital é muito pouco expressivo, representando 0,31%. No total geral das receitas arrecadadas no ano de 2012, esta rubrica representa 0,06%.

O montante de receita proveniente de Outras Receitas de Capital ascendeu a 14.991 euros no decorrer de 2012, o que representa um decréscimo de 79,39% relativamente a igual período de 2011, ano em que a receita arrecadada foi de 72.721 euros.

Quadro 20: Evolução de Outras Receitas de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Outras Receitas Capital	3.856 €	7.188 €	1.103 €	72.721 €	14.991 €



1.1.3. Análise de Desvios da Receita em 2012

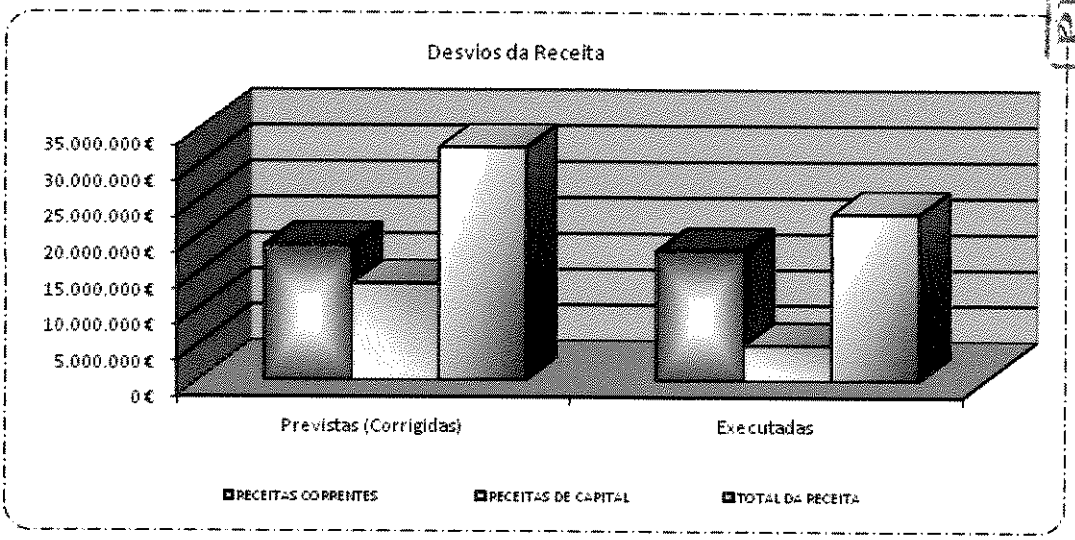
O quadro seguinte apresenta os desvios das receitas em 2012, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
REUNIÃO ___/___/___
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013

Quadro 21: Quadro dos Desvios das Receitas em 2012

Designação	RECEITAS		DESVIOS	
	Previstas (Corrigidas)	Executadas	Absoluto	%
RECEITAS CORRENTES				
01 - Impostos Diretos	6.534.042 €	6.508.256 €	-25.786 €	-0,39%
02 - Impostos Indiretos	161.912 €	182.403 €	20.492 €	12,66%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	228.074 €	194.725 €	-33.348 €	-14,62%
05 - Rendimentos de Propriedade	180.569 €	89.373 €	-91.196 €	-50,50%
06 - Transferências Correntes	5.400.616 €	5.016.565 €	-384.051 €	-7,11%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	6.242.754 €	6.081.950 €	-160.804 €	-2,58%
08 - Outras Receitas Correntes	67.003 €	55.511 €	-11.492 €	-17,15%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	**18.814.970 €**	**18.128.784 €**	**-686.185 €**	**-3,65%**
RECEITAS DE CAPITAL				
09 - Venda de Bens de Investimento	6.839.502 €	250.362 €	-6.589.140 €	-96,34%
10 - Transferências de Capital	6.624.276 €	4.636.320 €	-1.987.956 €	-30,01%
11 - Activos Financeiros	0 €	0 €	0 €	
12 - Passivos Financeiros	0 €	0 €	0 €	
13 - Outras Receitas de Capital	1.742 €	14.991 €	13.249 €	760,54%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**13.465.520 €**	**4.901.672 €**	**-8.563.847 €**	**-63,60%**
OUT.RECEIT-REPOS.N.ABATIDAS	5 €	24.878 €	24.873 €	497457,80%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	164.442 €	164.442 €	0 €	0,00%
TOTAL DA RECEITA	**32.444.936 €**	**23.219.777 €**	**-9.225.160 €**	**-28,43%**



PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013

O desvio negativo registado entre a previsão corrigida das Receitas Correntes (18.814.970 euros) e a execução da mesma (18.128.784 euros) foi de 3,65%, sendo que as rubricas que mais contribuíram para este desvio foram a receita proveniente de Rendimentos de Propriedade (-50,50%), Outras Receitas Correntes (-17,15%) e Taxas, Multas e Outras Penalidades (-14,62%).

O desvio negativo que se verifica entre a previsão corrigida das Receitas de Capital (13.465.520 euros) e a execução da mesma (4.901.672 euros) foi de 63,60%, sendo que as rubricas que relevam para esse desvio são a Venda de Bens de Investimento (-96,34%) e as Transferências de Capital (-30,01%).

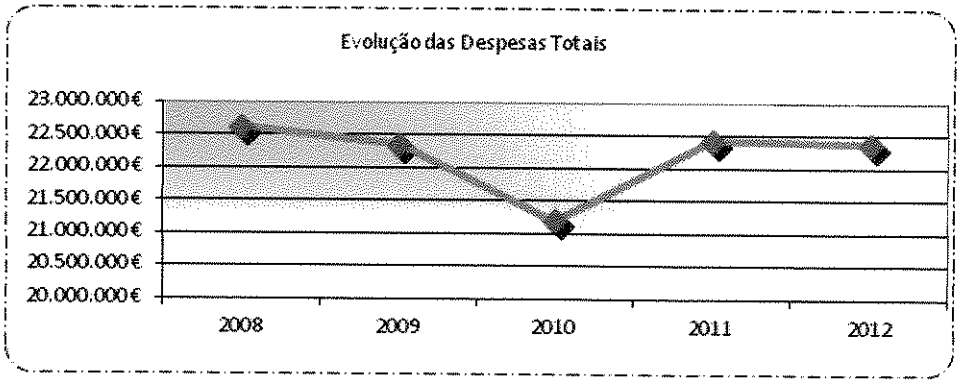
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A despesa total da Autarquia no ano de 2012 foi de 22.380.888 euros, o que representa um decréscimo de 60.774 euros relativamente ao ano de 2011, correspondente a 0,27%.

Quadro 22: Evolução das Despesas Totais entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas Totais	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €



	2008		2009		2010		2011		2012		Variação
Despesas Correntes	15.510.360 €	68,50%	15.594.357 €	69,73%	15.995.930 €	75,42%	16.537.981 €	73,69%	14.894.479 €	66,55%	-9,94%
Despesas de Capital	7.133.148 €	31,50%	6.769.616 €	30,27%	5.212.960 €	24,58%	5.903.681 €	26,31%	7.486.409 €	33,45%	26,81%
Total da Despesa	**22.643.507 €**	**100%**	**22.363.973 €**	**100%**	**21.208.890 €**	**100%**	**22.441.662 €**	**100%**	**22.380.888 €**	**100%**	**-0,27%**

A dotação corrigida do total da despesa foi de 32.444.936 euros, pelo que considerando que o total da despesa paga em 2012 foi de 22.380.888 euros, a taxa de execução global da despesa em 2012 foi de 68,98%, sendo a diferença entre as dotações previstas e a execução de 10.064.048 euros.

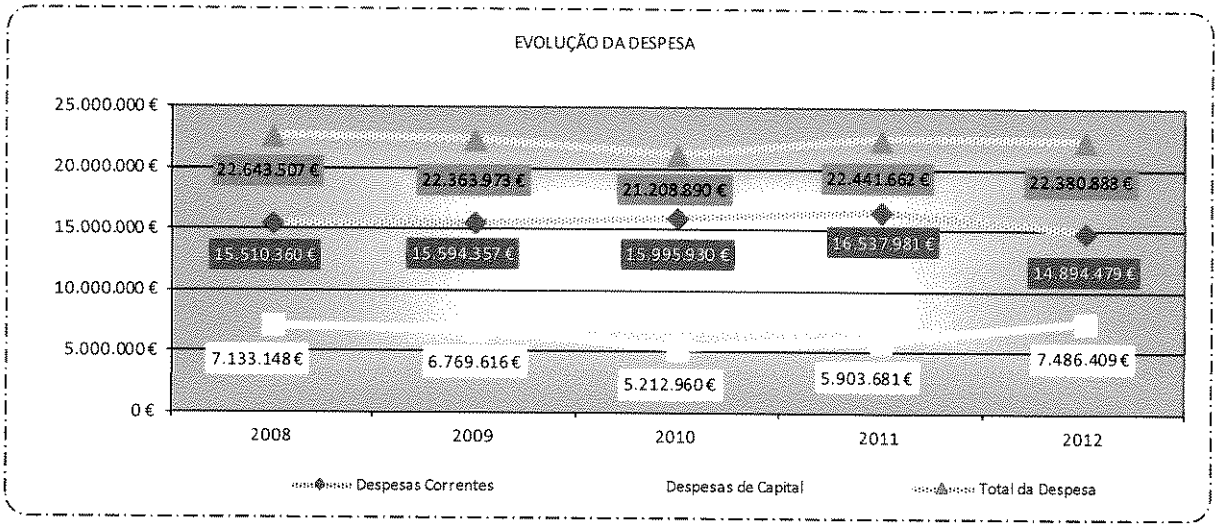
Considerando que no ano de 2011 o grau de execução orçamental da despesa foi de 69,9%, pode aferir-se um decréscimo do total da despesa executada de 2011 para 2012.

O gráfico seguinte reflete a evolução da despesa total do Município nos últimos cinco anos. A despesa total da autarquia apresenta uma tendência de descida desde 2008 e até 2010. O ano de 2011 registou um crescimento das despesas totais da autarquia, decorrente nomeadamente do aumento dos pagamentos efetuados, atentas as transferências substanciais de receita de capital no mês de dezembro de 2011, provenientes de pedidos de pagamentos efetuados no âmbito de candidaturas a fundos comunitários. O ano de 2012 veio novamente registar um decréscimo da despesa total paga.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 4: Evolução da despesa entre 2008 e 2012



O total das dotações corrigidas da Despesa Corrente no ano de 2012 foi de 18.657.732 euros, tendo sido efetuados pagamentos no montante de 14.894.479 euros, o que representa uma taxa de execução de 79,83%.

Em 2011 o total da Despesa Corrente executada foi de 16.537.981 euros, pelo que no ano de 2012 se regista uma diminuição face ano anterior de 9,94%, que corresponde em termos absolutos a 1.643.502 euros.

O total das Despesas de Capital previstas no ano de 2012 ascende a 13.787.204 euros, dos quais foram executados pagamentos de 7.486.409 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 54,30%.

No ano de 2011 os pagamentos de Despesas de Capital foram de 5.903.681 euros, pelo que o total da Despesa de Capital paga em 2012 foi superior ao montante pago em 2011, 26,81%, o que corresponde em termos absolutos a 1.582.728 euros.

No ano de 2012 com a publicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações significativas ao nível da assunção de despesas por parte destas entidades nomeadamente no caso do Município da Marinha Grande. Esta lei introduz o conceito de "fundos disponíveis" na ordem do dia da gestão autárquica determinando que não é possível a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis, que passam a ser calculados no início de cada mês, para períodos de três meses e com um horizonte móvel deslizante de um mês.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013

O controlo da execução orçamental e, em particular da despesa pública foi considerado um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), celebrado com a União Europeia (EU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE). Neste âmbito, o controlo dos pagamentos em atraso assume uma relevância particular, sendo a não acumulação de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
30 ABR. 2013

A interrupção de acumulação de dívidas implicou a adoção de procedimentos mais estritos e de emergência visando o controlo dos compromissos assumidos pelas entidades públicas. Até à publicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro o enfoque do controlo da despesa era colocado nos pagamentos. A eficácia do controlo obriga, no entanto, a que fosse antecipado para o momento da assunção do compromisso, momento a partir do qual a despesa é incorrida, não havendo alternativa que não seja o pagamento, facto que determinou a publicação do referido diploma legal. A ausência de registo da fatura, ou documento equivalente, no sistema contabilístico ou, simplesmente, o não pagamento, tem conduzido à acumulação de pagamentos em atraso por parte das entidades públicas. O princípio fundamental consagrado nesta lei é o de que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

De referir, no entanto, que apenas com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho foi aprovado o diploma que visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro — Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, abreviadamente designada LCPA —, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação.

No final de Julho de 2012 foram disponibilizados pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e pela DGO – Direção Geral do Orçamento os manuais que constituem o instrumento de apoio técnico à aplicação da LCPA.

Posteriormente, e no início de Agosto de 2012, foi disponibilizado pela empresa Medidata.net- Sistema Informação para Autarquias, S.A., o software que permitia o cálculo dos fundos disponíveis com base nos dados existentes na aplicação de contabilidade da Câmara Municipal da Marinha Grande, sendo de referir que antes da entrada em vigor do diploma legal, muitos tinham sido os compromissos já assumidos, atentos os procedimentos preceituados no POCAL, nomeadamente o compromisso de todas as despesas de funcionamento, empréstimos contratualizados, empreitadas de obras públicas financiadas pelo FEDER e outras.

O processo do cálculo dos fundos disponíveis no ano de 2012 revelou-se difícil e moroso, considerando que a informação decorrente da execução orçamental é diariamente atualizada, tendo-se revelado de extrema complexidade o apuramento dos fundos com base em folhas de *excel* dissociadas do sistema de informação contabilística utilizado diariamente pela autarquia, nomeadamente no que respeita ao controlo dos fundos disponíveis calculados *versus* compromissos assumidos.

Por força das normas preceituadas Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro houve um abrandamento significativo na assunção de nova despesa pública no ano de 2012, considerando a receita apurada atentos os requisitos preceituados na LCPA no que respeita ao cálculo dos Fundos Disponíveis.

O quadro seguinte demonstra a estrutura da despesa em 2012, atenta a execução orçamental, comparando-a com a estrutura de 2011:

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 23: Estrutura da Despesa em 2011 e 2012

Designação	2011			2012		
	VALOR	ESTRUTURA		VALOR	ESTRUTURA	
		Parcelar	Global		Parcelar	Global
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	5.602.358 €	33,88%	24,96%	4.751.134 €	31,90%	21,23%
Aquisição Serviços	9.222.515 €	55,77%	41,10%	8.360.094 €	56,13%	37,35%
Transferências Correntes	1.025.515 €	6,20%	4,57%	1.035.956 €	6,96%	4,63%
Subsídios	279.840 €	1,69%	1,25%	323.750 €	2,17%	1,45%
Encargos Financeiros	118.825 €	0,72%	0,53%	118.525 €	0,80%	0,53%
Outras Despesas Correntes	288.929 €	1,75%	1,29%	305.020 €	2,05%	1,36%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	**16.537.981 €**	**100,00%**	**73,69%**	**14.894.479 €**	**100,00%**	**66,55%**
DESPESAS DE CAPITAL						
Aquisição de Bens de Capital	4.663.285 €	78,99%	20,78%	6.285.306 €	83,96%	28,08%
Transferências de Capital	300.453 €	5,09%	1,34%	308.888 €	4,13%	1,38%
Activos Financeiros	0 €	0,00%	0,00%	0 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	939.942 €	15,92%	4,19%	892.214 €	11,92%	3,99%
Outras Despesas de Capital	0 €	0,00%	0,00%	0 €	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	**5.903.681 €**	**100,00%**	**26,31%**	**7.486.409 €**	**100,00%**	**33,45%**
DESPESAS TOTAIS	**22.441.662 €**		**100,00%**	**22.380.888 €**		**100,00%**

No que respeita à estrutura da despesa, no ano de 2012, o total da Despesa Corrente representa 66,55% do total global da despesa do ano, enquanto que o total da Despesa de Capital representa 33,45%.

Comparando com o ano de 2011, verifica-se que as Despesas Correntes apresentam um peso menos significativo em 2012 (66,55%) do que o registado no ano transato (73,69%), e consequentemente as Despesas de Capital aumentaram o seu peso relativo (33,45%) face ao ano anterior (26,31%).

As rubricas mais significativas das despesas correntes são:

- Aquisição de bens e serviços com um peso de 56,13% no total das Despesas Correntes e de 37,35% no total geral das despesas do Município;
- Despesas com Pessoal com um peso de aproximadamente 31,90% no total das Despesas Correntes e de aproximadamente 21,23% no total geral das despesas do Município no ano de 2012.

As despesas com encargos financeiros representam 0,80% do total das Despesas Correntes e de 0,53% no total geral das despesas totais do Município no ano de 2012, sendo a componente mais significativa desta despesa a que respeita ao pagamento de juros de empréstimos bancários contratualizados e já utilizados pelo Município.

As rubricas mais significativas das Despesas de Capital são:

- Aquisição de Bens de Capital, com um peso de cerca de 83,96% no total das despesas de capital e de 28,08% no total geral das despesas do Município;

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

- Passivos Financeiros onde se incluem as despesas com Amortização de Empréstimos de Médio e Longo Prazos, com um peso de cerca de 11,92% no total das despesas de capital e de 3,99% no total geral das despesas do Município no ano de 2012.

1.2.1. Despesas Correntes

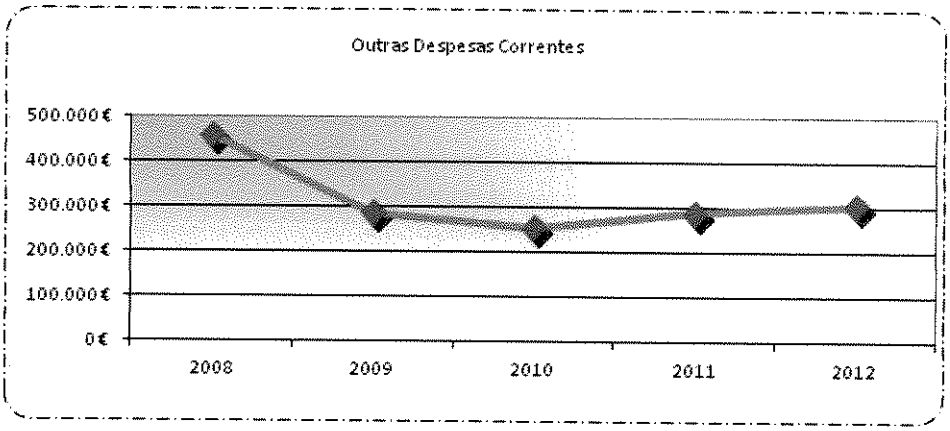
A Despesa Corrente reflete toda a despesa paga pelo Município relativa a pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, encargos financeiros com empréstimos, entre outros.

O montante global das Despesas Correntes pagas no ano de 2012 regista uma diminuição de 1.643.502 euros, quando comparado com o ano de 2011, o que representa um decréscimo de 9,94%.

As rubricas da Despesa Corrente que registaram um decréscimo no ano de 2012 foram a rubrica de Despesas com Pessoal (-15,19%), Aquisição de Bens e Serviços (-9,35%) e Juros e Outros Encargos (-0,25%), sendo que as rubricas de Subsídios, Outras Despesas Correntes e Transferências Correntes registaram um acréscimo quando comparadas com o ano transato de 15,69%, 5,57% e 1,02%, respetivamente.

Quadro 24: Evolução das Despesas Correntes entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas Correntes	15.510.360 €	15.594.357 €	15.995.930 €	16.537.981 €	14.894.479 €



	2008		2009		2010		2011		2012		Variação
Despesas com o Pessoal	5.600.780 €	36,11%	6.002.756 €	38,49%	6.179.903 €	38,63%	5.602.358 €	33,88%	4.751.134 €	31,90%	-15,19%
Aquisição de Bens e Serviços	7.710.954 €	49,71%	7.563.032 €	48,50%	8.260.732 €	51,64%	9.222.515 €	55,77%	8.360.094 €	56,13%	-9,35%
Juros e Outros Encargos	395.748 €	2,55%	290.645 €	1,86%	74.106 €	0,46%	118.825 €	0,72%	118.525 €	0,80%	-0,25%
Transferências Correntes	1.013.905 €	6,54%	1.011.473 €	6,49%	1.055.455 €	6,60%	1.025.515 €	6,20%	1.035.956 €	6,96%	1,02%
Subsídios	328.918 €	2,12%	439.351 €	2,82%	169.149 €	1,06%	279.840 €	1,69%	323.750 €	2,17%	15,69%
Outras Despesas Correntes	460.056 €	2,97%	287.100 €	1,84%	256.585 €	1,60%	288.929 €	1,75%	305.020 €	2,05%	5,57%
Total Despesa Corrente	**15.510.360 €**	**100%**	**15.594.357 €**	**100%**	**15.995.930 €**	**100%**	**16.537.981 €**	**100%**	**14.894.479 €**	**100%**	**-9,94%**

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013
CÂMARA DE MARINHA GRANDE

Importa ainda efetuar uma análise aos Índices de Pagamento e Índices de Realização, no que respeita à despesa corrente.

O índice de pagamentos mede o nível de execução face à despesa comprometida e apresenta em 2012 uma execução de 95,64%, o que significa que o montante não executado foi de 679.624 euros. No ano transato, este índice apresentou o valor de 95,30%.

O Índice de Realização mede o nível de execução face às dotações corrigidas. Este apresenta uma execução de 83,47%, o que significa que 3.083.629 euros da dotação prevista não foram alvo de compromissos assumidos. Em 2011 este índice apresentou o valor de 88,95%, sendo que 2.156.355 euros da dotação prevista, não foram alvo de compromissos assumidos.

Quadro 25: Índice de Pagamento e Índice de Realização

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	DESPESA POR PAGAR	ÍNDICE DE PAGAMENTOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Despesas com o Pessoal	5.958.245 €	4.772.889 €	4.751.134 €	21.755 €	99,54%	80,11%
Aquisição de Bens e Serviços	10.021.298 €	8.874.164 €	8.360.094 €	514.070 €	94,21%	88,55%
Juros e Outros Encargos	805.558 €	254.220 €	118.525 €	135.695 €	46,62%	31,56%
Transferências Correntes	1.117.712 €	1.043.416 €	1.035.956 €	7.460 €	99,29%	93,35%
Subsídios	368.790 €	323.750 €	323.750 €	- €	100,00%	87,79%
Outras Despesas Correntes	386.130 €	305.664 €	305.020 €	644 €	99,79%	79,16%
Total Despesa Corrente	**18.657.732 €**	**15.574.103 €**	**14.894.479 €**	**679.624 €**	**95,64%**	**83,47%**

1.2.1.1 Despesas com o Pessoal

A análise do gráfico das Despesas com Pessoal permite concluir que o ano de 2012 veio confirmar a tendência registada desde 2010, apresentando um decréscimo no valor executado, sendo que o montante global das despesas com pessoal pagas em 2012 ascende a 4.751.134 euros, o qual representa um decréscimo de 15,19%, face ao ano anterior o que, em termos absolutos, representa 851.225 euros.

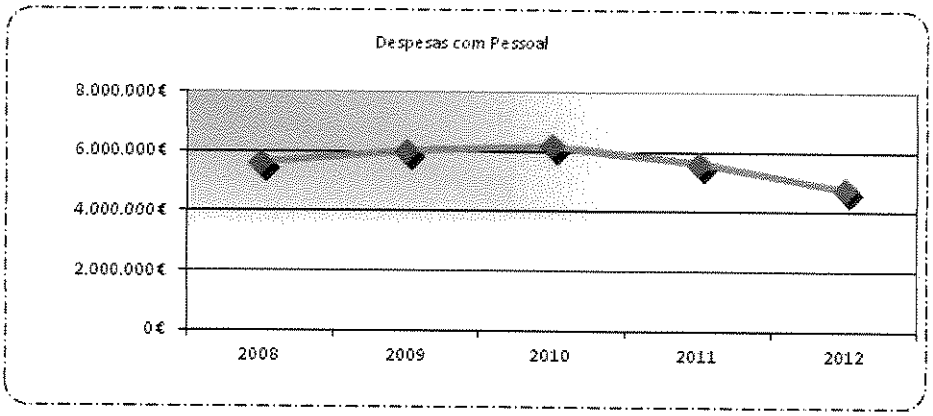
O peso relativo das Despesas com Pessoal no total geral das despesas é de 21,23%, sendo que o seu peso no total das Despesas Correntes em 2012 é de 31,90%, enquanto que em 2011 foi de 33,88%.

Quadro 26: Evolução das Despesas com pessoal entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com Pessoal	5.600.780 €	6.002.756 €	6.179.903 €	5.602.358 €	4.751.134 €

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



Uma análise mais pormenorizada permite aferir que existiram diminuições em todas as rubricas com exceção da rubrica de Outras Prestações Familiares e Outras despesas de Segurança Social.

De referir que as rubricas em que se registaram os maiores decréscimos foram a de Subsídios de Natal/Férias (-403.514 euros), Contribuições para a segurança social (-84.782 euros), Pessoal em qualquer outra Situação (81.379 euros), Encargos com a saúde (-57.314 euros), Remunerações por doença e maternidade/paternidade (-54.245 euros) e Pessoal dos quadros – RCIT- Regime do contrato individual de trabalho (-46.055 euros), conforme discriminado no quadro abaixo.

Por sua vez, na classificação económica 0101 verifica-se que 84,03% da redução registou-se nas despesas com Subsídios de férias e de Natal, Pessoal em Qualquer Outra Situação e Remunerações por doença e maternidade/paternidade.

Quadro 27: Análise das Despesas com pessoal em 2011 e 2012

Class. Económica Código	Descrição	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2012	DIFERENÇA
0101	**Remunerações certas e permanenets**	**4.541.395 €**	**3.899.778 €**	**-641.618 €**
010101	Titulares de orgãos de soberania e membros dos orgãos autárquicos	64.052 €	64.052 €	0 €
010104	Pessoal dos quadros - RCIT	2.813.230 €	2.767.176 €	-46.055 €
010106	Pessoal contratado a termo	17.887 €	- €	-17.887 €
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	41.168 €	38.271 €	-2.897 €
010108	Pessoal aguardando aposentação	9.626 €	5.704 €	-3.922 €
010109	Pessoal em qualquer outras situação	483.615 €	402.236 €	-81.379 €
010111	Representação	40.653 €	39.282 €	-1.371 €
010113	Subsídio de refeição	365.510 €	335.161 €	-30.349 €
010114	Subsídios de férias e de Natal	578.820 €	175.307 €	-403.514 €
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	126.833 €	72.588 €	-54.245 €
0102	**Abonos variáveis ou eventuais**	**109.388 €**	**60.504 €**	**-48.884 €**
0103	**Segurança social**	**951.574 €**	**790.852 €**	**-160.722 €**
010301	Encargos com a saúde	176.945 €	119.631 €	-57.314 €
010302	Outros encargos com a saúde	36.349 €	35.831 €	-519 €
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	22.855 €	19.463 €	-3.393 €
010304	Outras Prestações Familiares	- €	5.628 €	5.628 €
010305	Contribuições para a segurança social	613.066 €	528.284 €	-84.782 €
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	- €	1.530 €	1.530 €
010308	Outras pensões	1.380 €	1.208 €	-172 €
010309	Seguros	69.266 €	41.384 €	-27.881 €
010310	Outras despesas de segurança social	31.714 €	37.895 €	6.181 €
	TOTAL	5.602.358 €	4.751.134 €	-851.225 €

PRESENTE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
30 ABR. 2013

Importa salientar que existe uma grande disparidade entre os custos com pessoal, conta 64 da contabilidade patrimonial e as despesas pagas com pessoal ao nível da execução orçamental das despesas com pessoal, considerando que na sua sessão plenária de 5 de abril de 2013, o Tribunal Constitucional apreciou quatro pedidos de fiscalização abstrata sucessiva de constitucionalidade sobre normas da LOE 2013, tendo decidido, entre outras, declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, relativa à suspensão do pagamento do subsídio de férias de quem aufere remunerações pagas por verbas públicas.

Neste sentido, uma vez que o subsídio de férias será pago na sua totalidade independentemente da remuneração de cada trabalhador, e ainda que desconheçamos de que forma esse pagamento será assegurado, verifica-se a necessidade de proceder ao reconhecimento dos custos no ano de 2012, que apenas consubstanciam despesa com pessoal no ano de 2013, considerando o valor total das remunerações dos trabalhadores.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

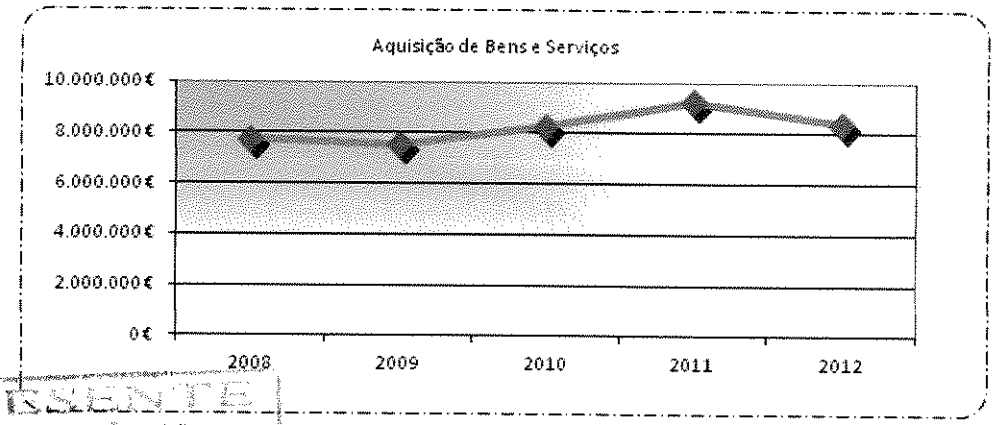
1.2.1.2. Aquisição de Bens e Serviços

As despesas pagas com a Aquisição de Bens e Serviços apresentam uma diminuição de 9,35% relativamente ao ano de 2011, tendo o montante global da despesa ascendido a 8.360.094 euros, correspondendo a uma variação absoluta de 862.421 euros.

A Aquisição de Bens e Serviços corresponde a 37,35% do total das despesas e a 56,13% do total das Despesas Correntes.

Quadro 28: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Aquisição de Bens e Serviços	7.710.954 €	7.563.032 €	8.260.732 €	9.222.515 €	8.360.094 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

No ano de 2010 foram alteradas as políticas contabilísticas relativas à contabilização do contrato de transportes escolares celebrado com a empresa municipal TUMG, EM.

Em anos anteriores este contrato foi contabilizado na rubrica de subsídios a empresas públicas municipais e intermunicipais, tendo sido utilizada a classificação económica da despesa 0501010101 e a classificação patrimonial preceituada na conta 63.2- Subsídios correntes concedidos.

Atenta orientação estabelecida pelos auditores às contas do município até ao ano de 2009, inclusive, foi efetuada uma alteração da política contabilística deste contrato no ano de 2010, o qual passou a ser classificado do ponto de vista da contabilidade orçamental na classificação económica da despesa 020225 e na classificação patrimonial 62.1- Subcontratos.

Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acréscimo na execução da classificação económica da despesa 020225 de 320.720 euros em 2010, de 280.090,16 euros em 2011 e 288.985,15 euros em 2012, em detrimento da classificação 0501010101, sendo que o mesmo se aplica ao acréscimo de custos na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

1.2.1.3 Juros e Outros Encargos

Esta rubrica é constituída pelos juros decorrentes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo, juros de locação financeira, outros juros e despesas financeiras. No Município da Marinha Grande esta despesa respeita essencialmente a juros decorrentes dos empréstimos contratualizados

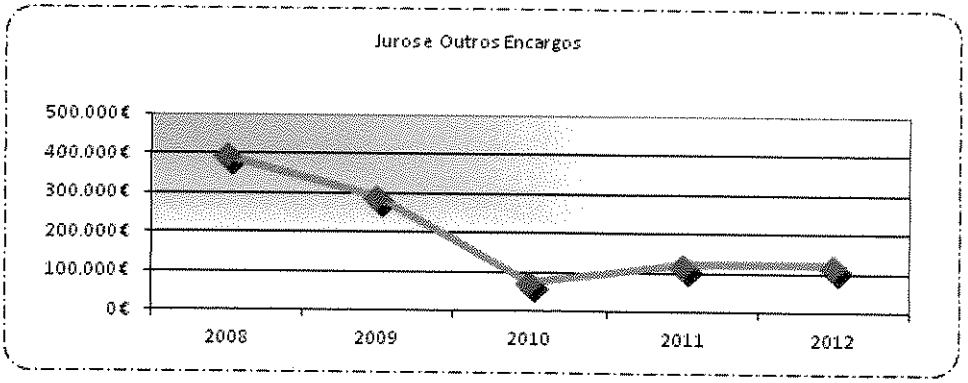
As despesas com Encargos Financeiros representam 0,53% do total da despesa da Autarquia no ano de 2012 e 0,80% das despesas correntes.

No ano de 2012, estas despesas ascenderam a 118.525 euros, tendo-se registado uma redução de 0,25% relativamente ao ano transato, no qual o total desta despesa tinha sido de 118.825 euros.

Quadro 29: Evolução das Despesas com Juros e Outros Encargos entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Juros e Outros Encargos	395.748 €	290.645 €	74.106 €	118.825 €	118.525 €

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

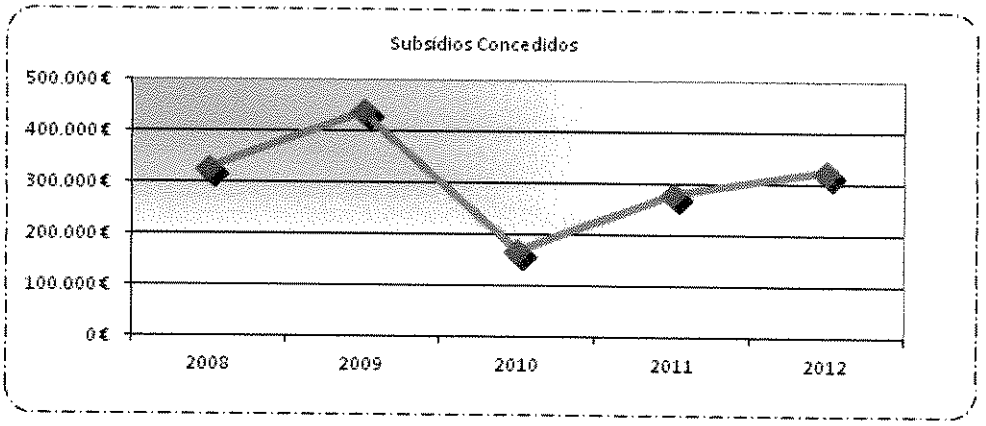


1.2.1.4 Subsídios Concedidos

Conforme deliberado em reunião de Câmara Municipal de 7 de dezembro de 2011, foi celebrado com a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., um Contrato de Gestão para o Serviço de Transporte Público Urbano de Passageiros e conforme preceituado nas cláusulas do mesmo no ano de 2012 foram efetuados pagamentos que ascenderam a 323.750 euros.

Quadro 30: Evolução das Despesas com Subsídios Concedidos entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Subsídios Concedidos	328.918 €	439.351 €	169.149 €	279.840 €	323.750 €



Salienta-se novamente o facto de no ano de 2010 terem sido alteradas as políticas contabilísticas relativas à contabilização do contrato de transportes escolares celebrado com a empresa municipal TUMG, EM.

Em anos anteriores este contrato foi contabilizado na rubrica de subsídios a empresas públicas municipais e intermunicipais, tendo sido utilizada a classificação económica da despesa 0501010101 e a classificação patrimonial preceituada na conta 63.2 – Subsídios correntes concedidos.

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR.
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Atenta orientação estabelecida pelos auditores às contas do município até ao ano de 2009, inclusive, foi efetuada uma alteração da política contabilística deste contrato no ano de 2010, o qual passou a ser classificado do ponto de vista da contabilidade orçamental na classificação económica da despesa 020225 e na classificação patrimonial 62.1 – Subcontratos.

Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acréscimo na execução da classificação económica da despesa 020225 de 320.720 euros em 2010, de 280.090,16 euros em 2011 e 288.985,15 euros em 2012, em detrimento da classificação 0501010101, sendo que o mesmo se aplica ao acréscimo de custos na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.2.1.5 Transferências Correntes

Esta classificação engloba as despesas pagas a organismos ou entidades para financiamento de Despesas Correntes, sem que tal implique por parte destas entidades recebedoras qualquer contraprestação direta para com o Município.

Considerando o exposto, incluem-se nesta classificação as despesas de natureza corrente, decorrentes dos pagamentos efetuados às Juntas de Freguesia do concelho da Marinha Grande, no âmbito dos protocolos estabelecidos entre as partes, os pagamentos efetuados às associações de municípios, outras instituições sem fins lucrativos e famílias.

As despesas com Transferências Correntes representam 4,63% das despesas totais de 2012 e 6,96% das Despesas Correntes.

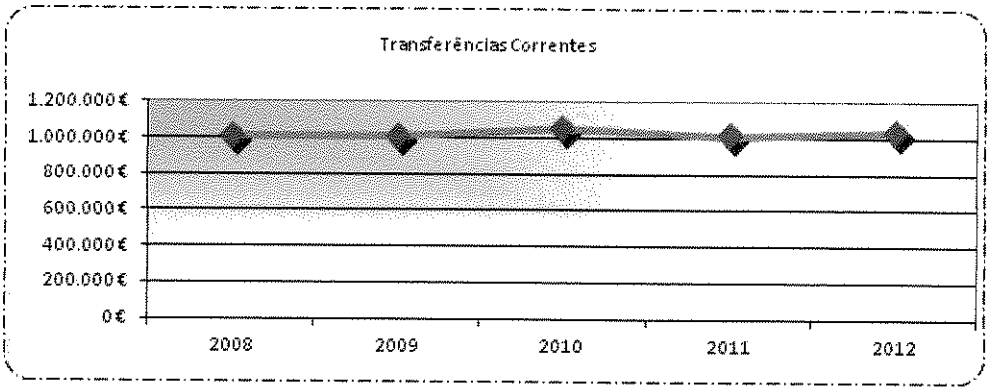
O montante global das Transferências Correntes efetuadas a Famílias no ano de 2012 ascendeu a 80.902 euros, e decorrem da atribuição de subsídios relativos ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, no concelho da Marinha Grande.

O montante global das despesas pagas com Transferências Correntes em 2012 ascendeu a 1.035.956 euros, o que representa um acréscimo de 10.442 euros (1,02%) em relação ao ano de 2011, sendo que a rubrica que apresentou um acréscimo mais significativo foram as transferências para as Famílias dado que o montante pago em 2012 ascendeu a 80.902 quando em 2011 tinha sido de apenas 55.200 euros.

Quadro 31: Evolução das Despesas com Transferências Correntes entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências Correntes	1.013.905 €	1.011.473 €	1.055.455 €	1.025.515 €	1.035.956 €

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
30 ABR. 2013



1.2.1.6 Outras Despesas Correntes

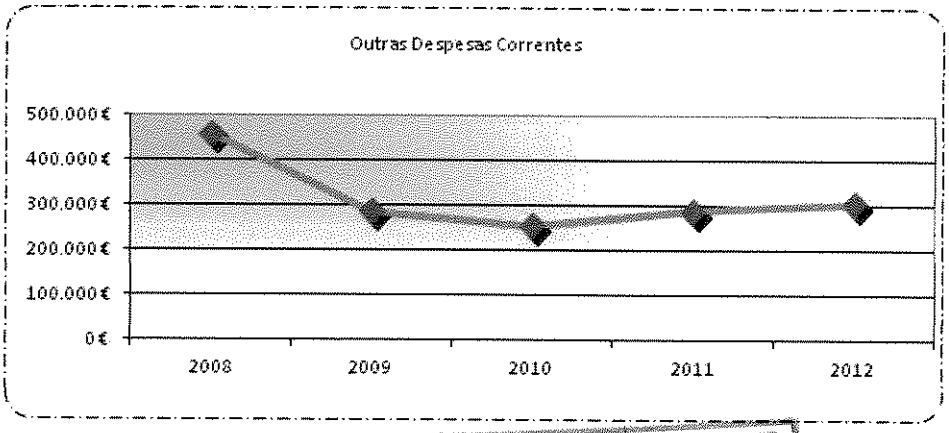
Nesta classificação são consideradas as despesas relativas a reembolsos e restituições de Impostos, Taxas e Serviços, IVA pago e outras.

Esta rubrica representa 2,05 % das Despesas Correntes e 1,36% das despesas totais da autarquia em 2012.

Estas despesas registam um acréscimo de 5,57% relativamente ao ano de 2011, tendo o seu montante ascendido em 2012 a 305.020 euros, enquanto que no ano transato tinha sido de 288.929 euros.

Quadro 32: Evolução de Outras Despesas Correntes entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Outras Despesas Correntes	460.056 €	287.100 €	256.585 €	288.929 €	305.020 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital refletem a despesa efetuada pela autarquia com a Aquisição de Bens de Capital, a despesa com as Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia e outras instituições, Ativos Financeiros, Passivos Financeiros e Outras Despesas, cujos movimentos são analisados de seguida.

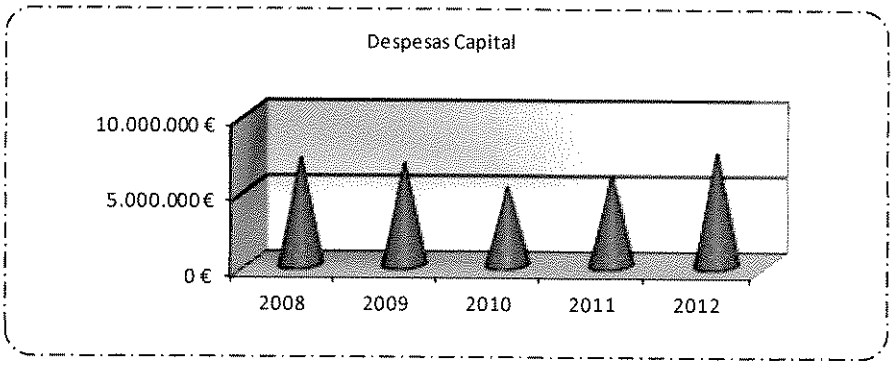
Em 2012 as Despesas de Capital registam um valor global de 7.486.409 euros, o que representa um aumento de 26,81% face ao ano anterior, o que representa em termos absolutos um acréscimo de 1.582.728 euros.

As rubricas com um peso mais significativo no total das Despesas de Capital pagas no ano de 2012 são a Aquisição de Bens de Capital (83,96%) e os Passivos Financeiros (11,92%).

Comparando a evolução das várias rubricas das Despesas de Capital com o ano anterior, verifica-se que as despesas com Aquisição de Bens de Capital e com as Transferências de Capital registam um acréscimo de 34,78% e 2,81%, respetivamente. As despesas com os Passivos Financeiros apresentam uma diminuição de 5,08%, face ao ano anterior.

Quadro 33: Evolução das Despesas de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas Capital	7.133.148 €	6.769.616 €	5.212.960 €	5.903.681 €	7.486.409 €



	2008		2009		2010		2011		2012		Variação
Aquisição de Bens de Capital	5.853.570 €	82,06%	5.311.153 €	78,46%	4.013.677 €	76,99%	4.663.285 €	78,99%	6.285.306 €	83,96%	34,78%
Transferências de Capital	375.353 €	5,26%	495.760 €	7,32%	242.689 €	4,66%	300.453 €	5,09%	308.888 €	4,13%	2,81%
Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Passivos Financeiros	904.224 €	12,68%	954.651 €	14,10%	956.593 €	18,35%	939.942 €	15,92%	892.214 €	11,92%	-5,08%
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	8.052 €	0,12%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Total	**7.133.148 €**	**100%**	**6.769.616 €**	**100%**	**5.212.960 €**	**100%**	**5.903.681 €**	**100%**	**7.486.409 €**	**100%**	**26,81%**

Importa ainda efetuar uma análise aos Índices de Pagamento e Índices de Realização, no que respeita à despesa de capital.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

O Índice de Pagamentos mede o nível de execução face à despesa comprometida e apresenta uma execução de 68,02%, o que significa que o montante não executado em 2012 foi de 3.519.405 euros. No ano de 2011 este índice apresentou o valor de 65,82%, sendo que o montante não executado foi de 3.066.027 euros.

O Índice de Realização mede o nível de execução face às dotações corrigidas. Este apresenta uma execução de 79,83%, o que significa que 2.781.390 euros da dotação prevista não foram alvo de compromissos assumidos em 2012. No ano de 2011, este índice apresentou o valor de 71,34%, sendo que nesse ano 3.604.348 euros da dotação prevista não foi alvo de compromissos assumidos.

Quadro 34: Índice de Pagamento e Índice de Realização

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	DESPESA POR PAGAR	ÍNDICE DE PAGAMENTOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Aquisição de Bens de Capital	11.949.572 €	9.714.478 €	6.285.306 €	3.429.171 €	64,70%	81,30%
Transferências de Capital	688.547 €	399.122 €	308.888 €	90.234 €	77,39%	57,97%
Activos Financeiros	- €	- €	- €	- €		
Passivos Financeiros	1.149.086 €	892.214 €	892.214 €	- €	100,00%	77,65%
Outras Despesas de Capital	- €	- €	- €	- €		
Total Despesa Capital	**13.787.204 €**	**11.005.814 €**	**7.486.409 €**	**3.519.405 €**	**68,02%**	**79,83%**

1.2.2.1 Aquisição de Bens de Capital

No ano de 2012 o montante global da despesa paga pela Autarquia, na componente de bens de capital, ascendeu a 6.285.306 euros. De referir que no ano de 2011, o montante global dos investimentos realizados ascendeu a 4.663.285 euros, pelo que se regista um aumento de 34,78% em 2012, a qual corresponde em termos absolutos a 1.622.021 euros.

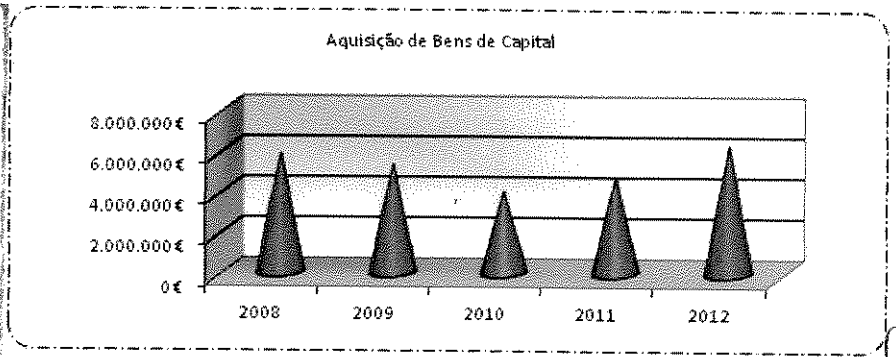
A despesa realizada com a rubrica de Aquisição de Bens de Capital representa 83,96% das Despesas de Capital e 28,08% das despesas totais, pelo que esta é a rubrica de Despesas de Capital mais significativa.

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 35: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Aquisição de Bens de Capital	5.853.570 €	5.311.153 €	4.013.677 €	4.663.285 €	6.285.306 €

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 30 ABR. 2013



PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

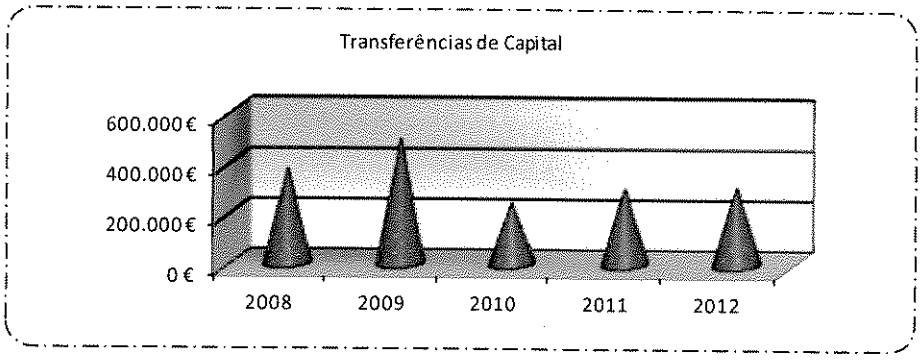
1.2.2.2 Transferências de Capital

O montante global das Transferências de Capital para outras entidades no ano de 2012 ascendeu a 308.888 euros, o que representou um acréscimo de 2,81% relativamente ao ano transato, o que em termos absolutos representa um aumento de 8.435 euros.

O peso das Transferências de Capital no total das Despesas de Capital é de 4,13%, enquanto que no montante global da despesa da Autarquia estas representam 1,38%.

Quadro 36: Evolução das Despesas com Transferências de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências de Capital	375.353 €	495.760 €	242.689 €	300.453 €	308.888 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

As rubricas que apresentaram um acréscimo mais significativo foram as transferências para a Junta de Freguesia da Moita e para as diversas Instituições sem Fins Lucrativos.

No que respeita à Junta de Freguesia da Moita, o montante transferido em 2012 foi de 84.266,09 euros, enquanto que em 2011 tinham sido efetuadas transferências no montante de 15.599,98 euros. Esta diferença deve-se ao pagamento dos protocolos celebrados com aquela entidade para a " *Execução de asfaltamentos na Rua da Faia, Travessa da Faia e Beco da Alegria"*, conforme deliberação de 23 de novembro de 2011 (40.065,65 euros) e para o "*Asfaltamento da Rua do Campo"*, conforme deliberação de 20 de dezembro de 2012 (28.600,46 euros).

Quanto às transferências para as Instituições sem Fins Lucrativos, o montante transferido em 2012 foi de 95.300 euros, enquanto que em 2011 o montante executado tinham ascendido a 66.518 euros.

De entre os subsídios atribuídos no ano de 2012, é de realçar a atribuição de um subsídio no valor de 15.000 euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria para a aquisição de uma ambulância de transportes múltiplos (ABTM), conforme deliberação de 18 de setembro de 2012 e a atribuição

de um apoio financeiro de 50.000 euros ao Sporting Clube Marinhense para obras de melhoramento do pavilhão desportivo sito na Embra.

1.2.2.3 Ativos Financeiros

A rubrica de Ativos Financeiros não apresenta valores de execução desde o ano de 2002.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.2.2.4 Passivos Financeiros

A amortização da dívida de empréstimos de longo prazo no ano de 2012 foi de 892.214 euros, registando um decréscimo de 5,08% relativamente ao ano de 2011.

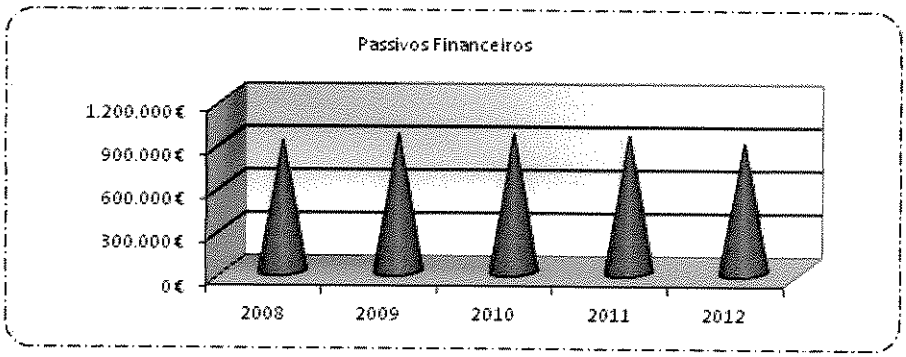
A 31 de dezembro de 2012, todos os empréstimos cujo capital já foi integralmente utilizado estão a ser amortizados, não existindo neste momento nenhum com prazo de carência de capital.

As despesas com Passivos Financeiros representam 11,92% das Despesas de Capital e 3,99% da totalidade da despesa da Autarquia em 2012.

Refira-se que o Município da Marinha Grande sempre cumpriu com o pagamento de todas as prestações de juros e amortização dos empréstimos contratualizados não se registando quaisquer situações de incumprimento ao longo dos anos em análise.

Quadro 37: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Passivos Financeiros	904.224 €	954.651 €	956.593 €	939.942 €	892.214 €



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Considerando que a autarquia não tem recorrido à contratação de novos empréstimos, verifica-se uma estabilidade nas despesas pagas na rubrica dos passivos financeiros, sendo que o ano de 2012 é o que

apresenta menor valor de execução no período em análise, atento o término, no ano de 2011, do empréstimo celebrado com o então Banco Totta & Açores.

1.2.2.5 Outras Despesas de Capital

A rubrica de Outras Despesas de Capital é uma rubrica residual a qual não apresenta qualquer execução em 2012.

Quadro 38: Evolução das Outras Despesas de Capital entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Outras Despesas de Capital	0 €	8.052 €	0 €	0 €	0 €

1.2.3. Análise de Desvios da Despesa em 2012

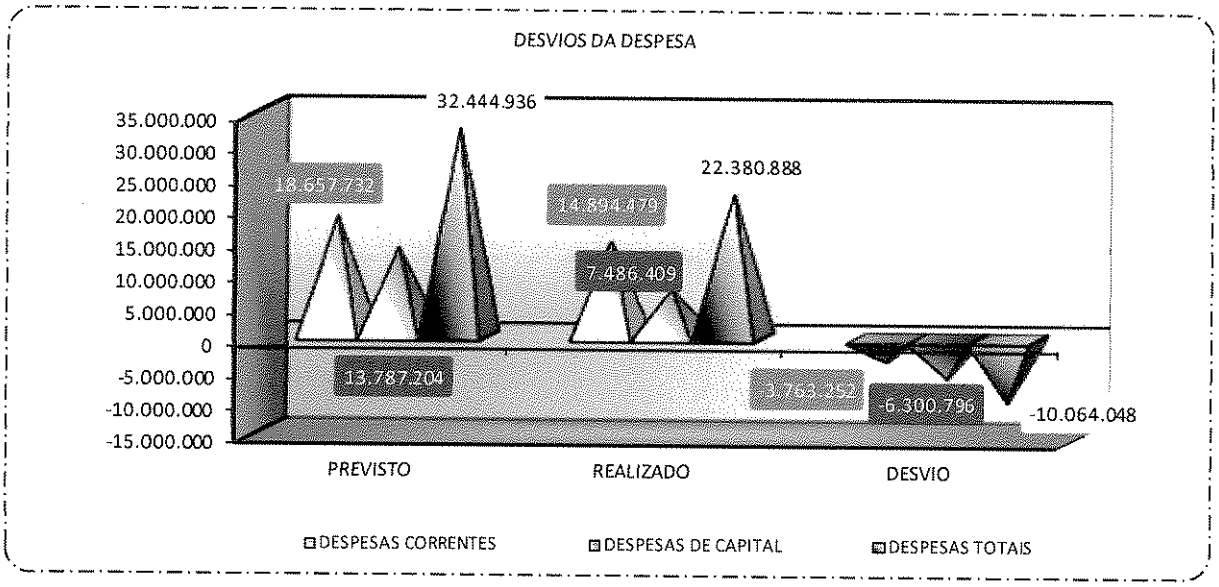
O quadro seguinte apresenta os desvios das despesas em 2012 quer em termos absolutos, quer em termos percentuais.

Quadro 39: Quadro dos Desvios

Designação	DESPESAS		DESVIOS	
	Previstas	Realizadas	Absoluto	%
DESPESAS CORRENTES				
01 - Despesas com o Pessoal	5.958.245	4.751.134	-1.207.111	-20%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	10.021.298	8.360.094	-1.661.204	-17%
03 - Juros e Outros Encargos	805.558	118.525	-687.033	-85%
04 - Transferências Correntes	1.117.712	1.035.956	-81.755	-7%
05 - Subsídios	368.790	323.750	-45.039	-12%
06 - Outras Despesas Correntes	386.130	305.020	-81.110	-21%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	**18.657.732**	**14.894.479**	**-3.763.252**	**-20%**
DESPESAS DE CAPITAL				
07 - Aquisição de Bens de Capital	11.949.572	6.285.306	-5.664.266	-47%
08 - Transferências de Capital	688.547	308.888	-379.658	-55%
09 - Ativos Financeiros	0	0	0	
10 - Passivos Financeiros	1.149.086	892.214	-256.872	-22%
11 - Outras Despesas de Capital	0	0	0	
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	**13.787.204**	**7.486.409**	**-6.300.796**	**-46%**
DESPESAS TOTAIS	**32.444.936**	**22.380.888**	**-10.064.048**	**-31%**

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



Da análise dos valores constantes do quadro anterior podemos aferir que o desvio entre as dotações da despesa e a sua execução foi de 10.064.048 euros, o que corresponde, no ano de 2012, a um desvio negativo na execução orçamental de 31%.

O desvio entre as Despesas Correntes previstas e as realizadas foi de -20% enquanto que nas Despesas de Capital este desvio foi mais acentuado, -46%.

1.2.4. Despesa por Classificação Orgânica

Neste tipo de análise desagregam-se os meios financeiros atribuídos e despendidos por cada um dos serviços municipais. Esta permite analisar os recursos financeiros que são utilizados para satisfazer o conjunto de necessidades públicas locais.

O quadro seguinte mostra a despesa executada por cada uma das unidades orgânicas da Câmara Municipal, ao longo de 2012, atentas as classificações económicas da despesa.

Em seguida são ainda apresentados os gráficos com as Despesa com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital por classificação orgânica, relativos ao ano de 2012.

PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

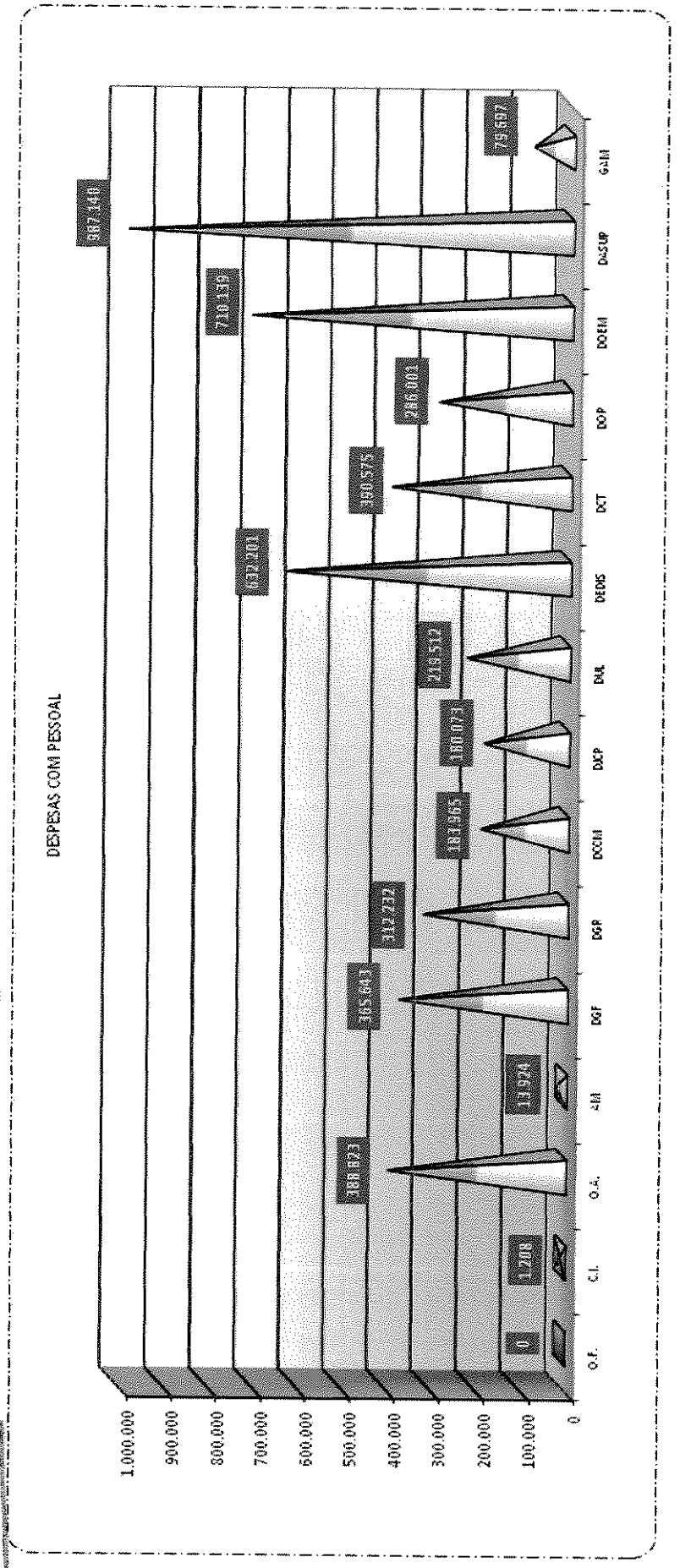
PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
PRESENTE EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
PRESENTE EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013

Quadro 40: Resumo das despesas segundo a classificação orgânica/económica

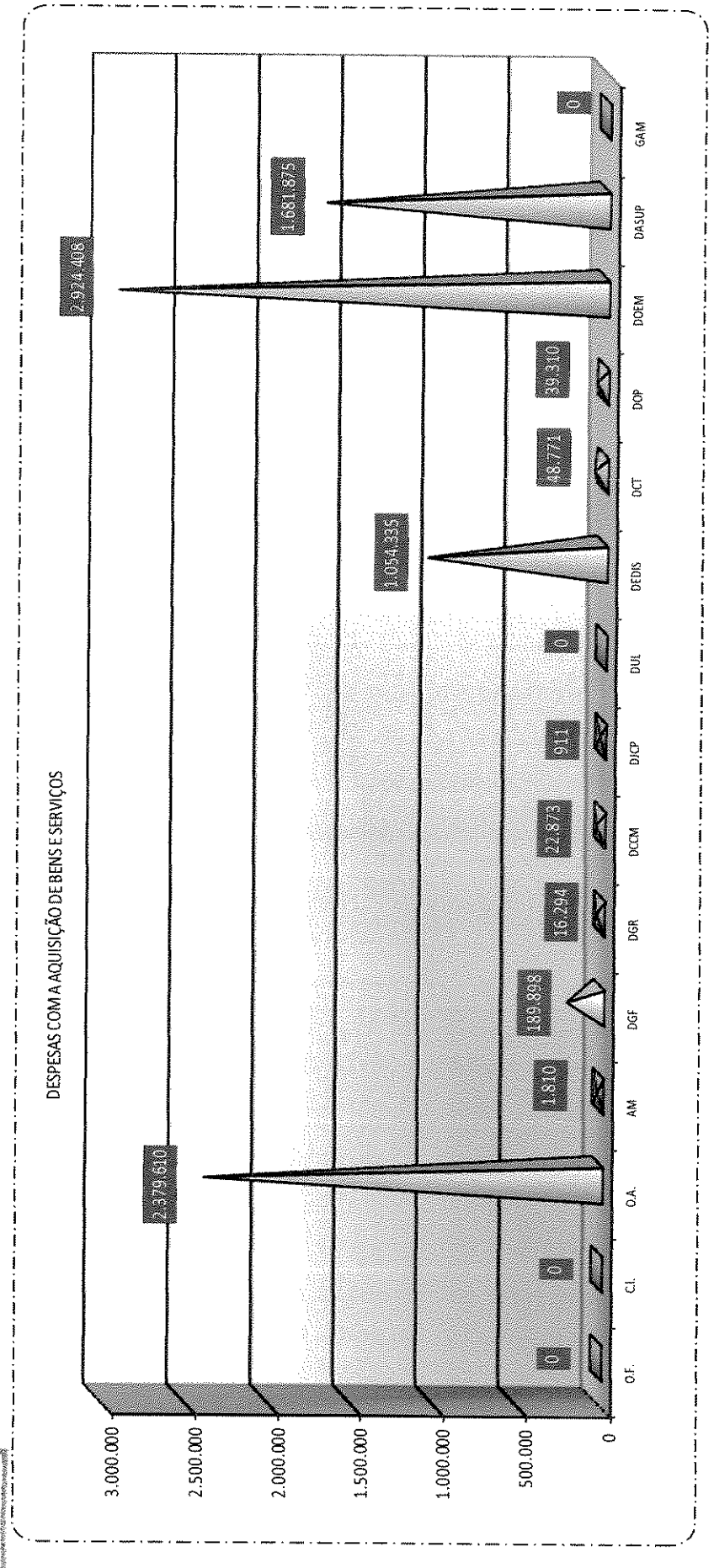
Económica \ Orgânica	O.F.	C.I.	O.A.	AM	DGF	DGR	DCCM	DJCP	DUL	DEDIS	DCT	DOP	DOEM	DASUP	GAM	TOTAL
DESPESAS CORRENTES																
01-PESSOAL		1208	388.823	13.924	365.643	312.232	183.965	180.073	219.512	632.201	390.575	286.001	710.139	987.140	79.697	**4.751.134**
02 - AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS			2.379.610	1810	189.898	16.294	22.873	911		1054.335	48.771	39.310	2.924.408	1681875		**8.360.094**
03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS	71385		47.140													**118.525**
04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			452.479							528.373	26.604			28.501		**1.035.956**
05 - SUBSÍDIOS			323.750													**323.750**
06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES			250.875								564			53.581		**305.020**
TOTAL DESPESAS CORRENTES	**71.385**	**1.208**	**3.842.678**	**15.735**	**555.541**	**328.525**	**206.838**	**180.984**	**219.512**	**2.214.908**	**466.513**	**325.311**	**3.634.547**	**2.751.097**	**79.697**	**14.894.480**
DESPESAS DE CAPITAL																
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			288.829				110.404			20.586	19.149	21796	5.493.142	331400		**6.285.306**
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			228.588							76.710	4.190					**309.488**
09 - ACTIVOS FINANCEIROS																**0**
10 - PASSIVOS FINANCEIROS	892.214															**892.214**
11- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL																**0**
TOTAL DESPESAS CAPITAL	**892.214**	**0**	**517.417**	**0**	**0**	**0**	**110.404**	**0**	**0**	**97.296**	**23.339**	**21.796**	**5.493.142**	**331.400**	**0**	**7.487.009**
DESPESAS TOTAIS	**963.599**	**1.208**	**4.360.095**	**15.735**	**555.541**	**328.525**	**317.242**	**180.984**	**219.512**	**2.312.205**	**489.852**	**347.107**	**9.127.689**	**3.082.498**	**79.697**	**22.381.488**

Gráfico 5: Despesas com o pessoal por orgânica



PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

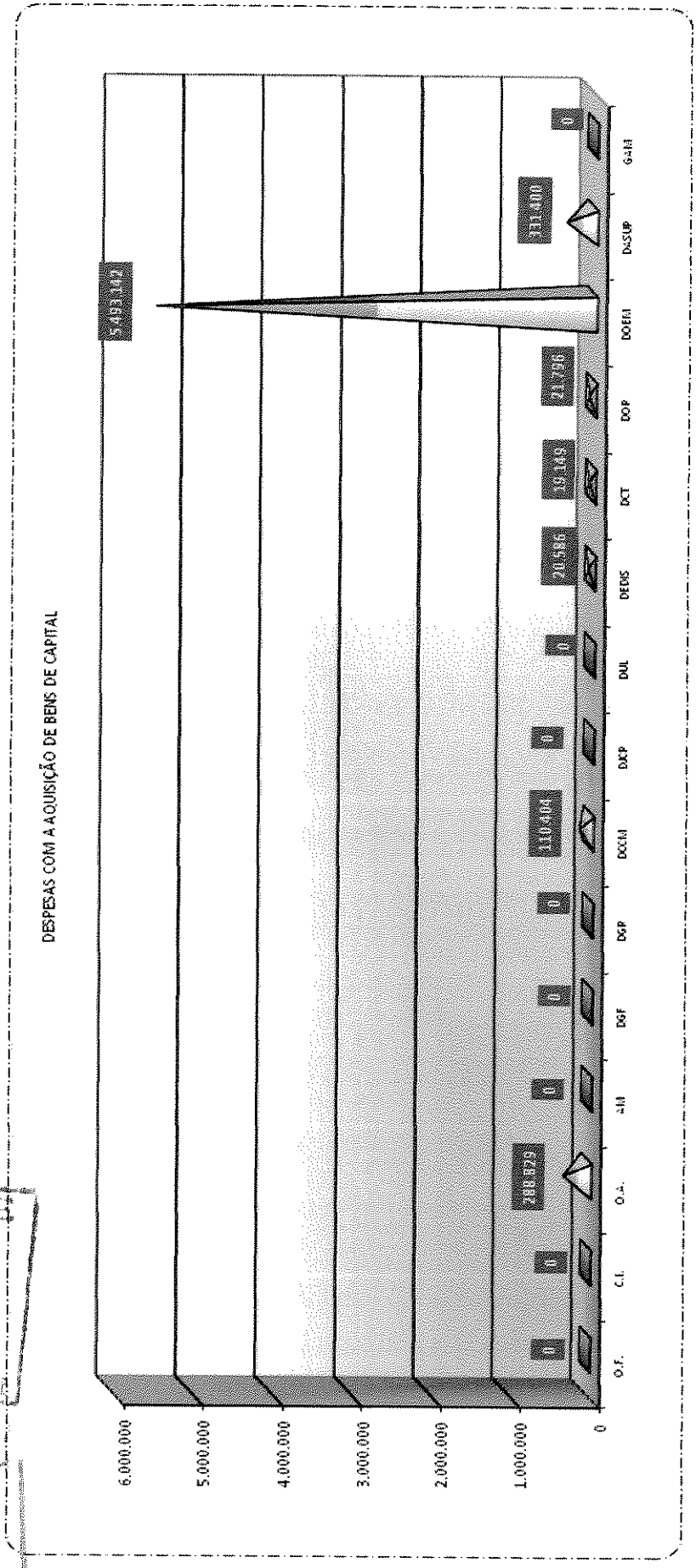
Gráfico 6: Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços por orgânica



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 7: Despesas com a Aquisição de Bens de Capital por orgânica



PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.2.5. Despesa por Classificação Funcional

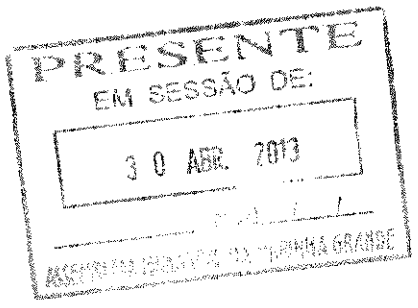
A análise da despesa por classificação funcional permite verificar o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, nas diversas áreas de intervenção, e no cumprimento das suas atribuições, por funções.

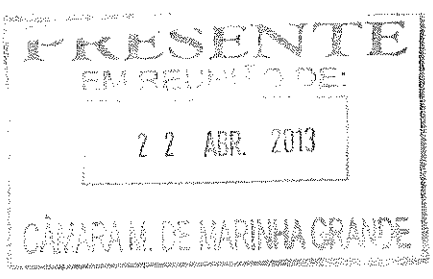
O classificador funcional, apresentado no ponto 10.1 do POCAL, estrutura as despesas em quatro tipos de funções: 1. Funções Gerais; 2. Funções Sociais; 3. Funções Económicas e 4. Outras Funções.

Estas são posteriormente desagregadas em vários níveis, sendo o primeiro representativo do meio a atingir e o segundo, a forma de executar as funções.

Como é possível aferir pelos valores do quadro e gráfico seguintes, as Funções Sociais são aquelas onde são despendidos mais recursos, apresentando uma taxa de 43,11% do total das despesas do município em 2012. De entre os meios a atingir nesta função, aquele que apresenta uma maior execução de despesa é o Ordenamento do Território onde foram despendidos 3.164.307 euros.

As Funções Gerais registam uma execução de 2.346.097 euros (10,48%), as Funções Económicas absorveram 2.235.813 euros (9,96%) e, por último, as Outras Funções com 2.099.011 euros (6,72%).



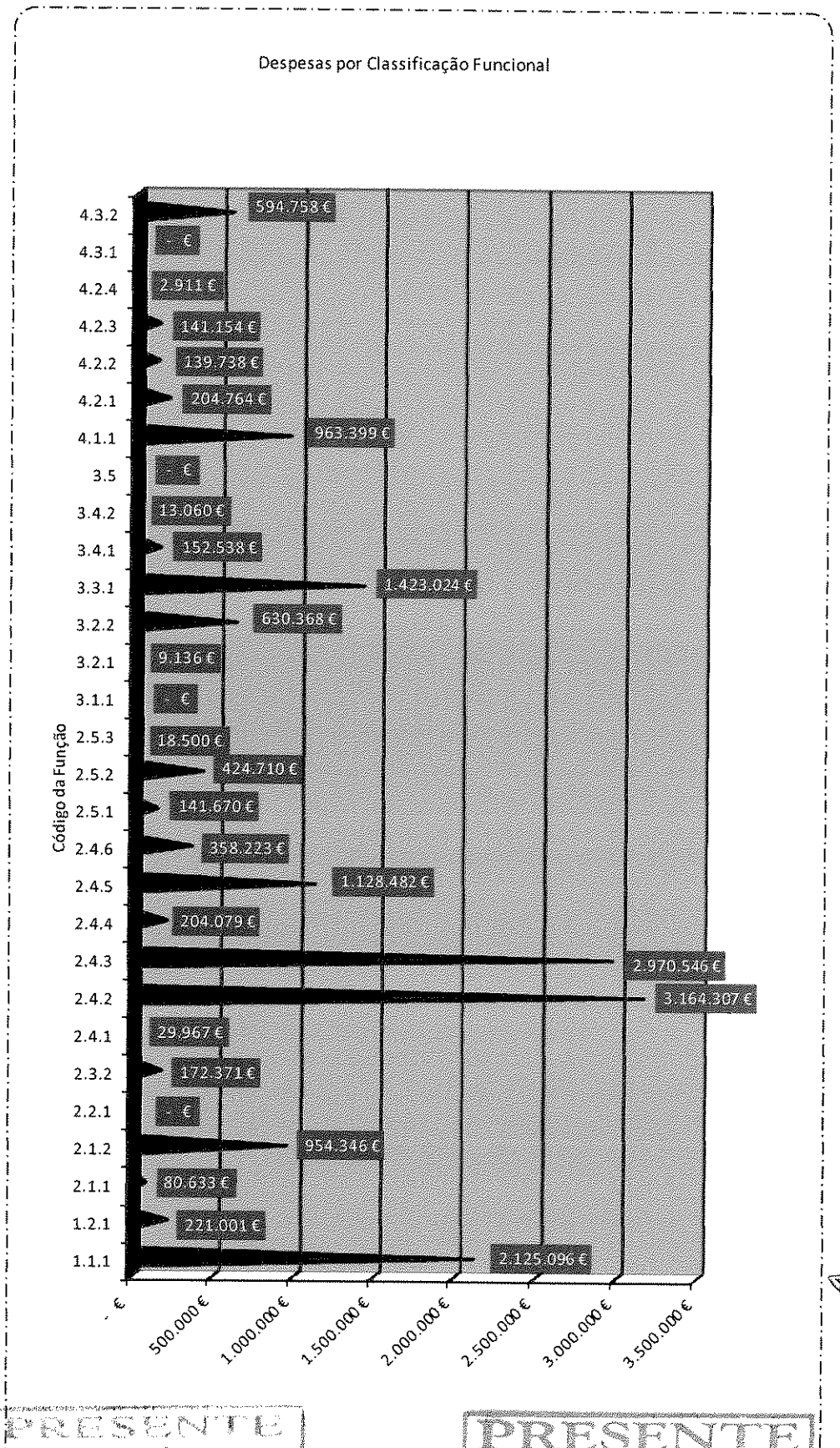


PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013

Quadro 41: Despesa por Classificação Funcional

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	2011 DESPESAS	%	2012 DESPESAS	%
1	**FUNÇÕES GERAIS**				
1.1	**Serviços Gerais da Administração Pública**				
1.1.1	Administração Geral	1.021.171 €	4,55%	2.125.096 €	9,50%
1.2	**Segurança e Ordens Públicas**				
1.2.1	Protecção Civil e Luta contra Incêndios	205.578 €	0,92%	221.001 €	0,99%
	Total 1	**1.226.749 €**	**5,47%**	**2.346.097 €**	**10,48%**
2	**FUNÇÕES SOCIAIS**				
2.1	**Educação**				
2.1.1	Ensino não Superior	124.233 €	0,55%	80.633 €	0,36%
2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	1.083.851 €	4,83%	954.346 €	4,26%
2.2	**Saúde**				
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	- €	0,00%	- €	0,00%
2.3	**Segurança e Acções Sociais**				
2.3.2	Acção Social	156.242 €	0,70%	172.371 €	0,77%
2.4	**Habitação e Serviços Colectivos**				
2.4.1	Habitação	40.745 €	0,18%	29.967 €	0,13%
2.4.2	Ordenamento do Território	1.012.509 €	4,51%	3.164.307 €	14,14%
2.4.3	Saneamento	2.678.532 €	11,94%	2.970.546 €	13,27%
2.4.4	Abastecimento de Água	497.535 €	2,22%	204.079 €	0,91%
2.4.5	Resíduos Sólidos	1.488.644 €	6,63%	1.128.482 €	5,04%
2.4.6	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	470.844 €	2,10%	358.223 €	1,60%
2.5	**Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**				0,00%
2.5.1	Cultura	341.697 €	1,52%	141.670 €	0,63%
2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	755.065 €	3,36%	424.710 €	1,90%
2.5.3	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	19.000 €	0,08%	18.500 €	0,08%
	Total 2	**8.668.896 €**	**38,63%**	**9.647.834 €**	**43,11%**
3	**FUNÇÕES ECONÓMICAS**				
3.1	**Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca**				
3.1.1	Luta contra Incêndios	- €	0,00%	- €	0,00%
3.2	**Indústria e Energia**				
3.2.1	Parques Industriais	102.120 €	0,46%	9.136 €	0,04%
3.2.2	Iluminação Pública	4.385 €	0,02%	630.368 €	2,82%
3.3	**Transportes e Comunicações**				
3.3.1	Transportes Rodoviários	1.809.796 €	8,06%	1.423.024 €	6,36%
3.4	**Comércio e Turismo**				
3.4.1	Mercados e Feiras	55.349 €	0,25%	152.538 €	0,68%
3.4.2	Turismo	19.400 €	0,09%	13.060 €	0,06%
3.5	**Outras Funções Económicas**				
3.5	**Outras Funções Económicas**				
3.5.1	FAME - Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	1.621 €	0,01%	7.688 €	0,03%
3.5.2	Agenda XXI Local	- €	0,00%	- €	0,00%
3.5.3	Projecto Europeu Clusterplast	- €	0,00%	- €	0,00%
	Total 3	**1.992.671 €**	**8,87%**	**2.235.813 €**	**9,96%**
4	**OUTRAS FUNÇÕES**				
4.1	**Operações da Dívida Autárquica**				
4.1.1	Empréstimos	1.023.387 €	4,56%	963.399 €	4,30%
4.2	**Transferências entre Administrações**				
4.2.1	Junta de Freguesia da Marinha Grande	205.819 €	0,92%	204.764 €	0,91%
4.2.2	Junta de Freguesia de Vieira de Leiria	174.870 €	0,78%	139.738 €	0,62%
4.2.3	Junta de Freguesia da Moita	73.281 €	0,33%	141.154 €	0,63%
4.2.4	Associação Municipios da Alta Estremadura	2.945 €	0,01%	2.911 €	0,01%
4.2.5	Área Metropolitana de Leira	16.666 €	0,07%	- €	0,00%
4.2.6	Comunidade Intermunicipal Pinhal Litoral	52.287 €	0,23%	52.287 €	0,23%
4.3	**Diversas não Especificadas**				
4.3.1	Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
4.3.2	Contrato Programa TUMG	559.930 €	2,50%	594.758 €	2,66%
	Total 4	**2.109.185 €**	**6,90%**	**2.099.011 €**	**6,72%**
	TOTAL DESPESAS IMPUTADAS	**13.997.501 €**	**62,37%**	**16.328.756 €**	**72,96%**
	DESPESAS NÃO IMPUTÁVEIS	**8.444.161 €**	**37,63%**	**6.052.132 €**	**27,04%**
	TOTAL DESPESA	**22.441.662 €**	**100,00%**	**22.380.888 €**	**100,00%**

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.2.6. Análise dos Compromissos por pagar e para exercícios futuros

No que respeita aos compromissos por pagar que transitaram de 2012 para 2013 à data de 31 de dezembro de 2012 estes ascendem a 4.199.029 euros, enquanto que à data de 31 de dezembro de 2011, este montante ascendia a 3.881.514 euros.

O total dos compromissos não faturados à data de 31-12-2012 ascende a 4.087.472,79 euros, sendo que a diferença entre os compromissos assumidos até 31-12-2012, 4.199.029 euros e os não faturados ascende a 111.556,23 euros que corresponde ao total das faturas processadas por pagar à data de 31-12-2012.

No que respeita ao total dos compromissos assumidos no exercício de 2012 para os anos seguintes estes ascendem a 11.787.789 euros, dos quais 4.335.694 euros são compromissos assumidos para o ano de 2013, e o restante para os anos seguintes.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

Comparando o total dos compromissos assumidos em 2011 para exercícios futuros (19.067.160 euros) com o total dos compromissos assumidos em 2012 para exercícios futuros (11.787.789 euros), verifica-se uma diminuição de 7.279.371 euros.

Face ao exposto, importa referir que o somatório dos compromissos assumidos para anos seguintes com os compromissos assumidos por pagar a 31 de dezembro de 2012 ascende a 15.986.818 euros e à data de 31 de dezembro de 2011 este montante era de 22.948.675 euros.

Dos 4.335.694 euros de compromissos assumidos em 2012 para o ano de 2013, importa salientar os seguintes:

- Económica 01: 146.486 euros respeitam a Despesas com Pessoal, nomeadamente, Contratos de Emprego de Inserção (80.697 euros), seguros relacionados com pessoal (27.755 euros) e contrato em regime de tarefa e avença (38.034 euros) para prestação de serviços de patrocínio judiciário.
- Económica 02: 2.240.840 euros respeitam à aquisição de bens e serviços, sendo que nestes a parte mais significativa destina-se à aquisição do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos a aterro (520.379,44 euros); trabalhos especializados no valor de 236.122 euros, dos quais se destacam os serviços relacionados com as atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013 (214.584,23euros); prestação de serviços de transporte escolar para o ano de 2012 (396.076 euros); prestação de serviços de alimentação escolar (286.746 euros); varredura manual das ruas do concelho (105.707,52 euros); combustíveis e lubrificantes (232.735,03 euros); recolha de efluentes domésticos (23.819,79 euros); serviços de vigilância e segurança de instalações municipais (60.552,90 euros); comunicações (106.535,42 euros); contratos de serviços de assistência técnica (16.714,11 euros), entre outros;
- Económica 03: 63.332 euros dos quais 60.008 respeitam a juros e comissões de processamento decorrentes de empréstimos bancários e contratos de locação financeira;
- Económica 04: 44.938 euros respeitam a transferências correntes para outras entidades, entre elas, as entidades desportivas e recreativas do concelho, as associações de bombeiros no âmbito das Equipas de

Intervenção Permanente (Protocolo para o período de 2012 a 2015) e transferências a famílias por conta dos subsídios de incentivo à natalidade;

- Económica 05: 418.888 euros respeitam ao subsídio a pagar no ano de 2013 à empresa municipal, TUMG, EM atento "Contrato Programa de Serviços de interesse geral de transporte de passageiros" celebrado a 19 de novembro de 2012;
- Económica 06: 42,93 euros, os quais respeitam à taxa de audiovisual relativa ao fornecimento de energia elétrica;
- Económica 07: 615.166 euros respeitam a despesas de investimento decorrentes de adjudicações de empreitadas de obras públicas;
- Económica 08: 6.249 euros respeitam a transferências de capital a efetuar para entidades desportivas e recreativas na sequência de deliberações camarárias e para a associação de municípios no âmbito do empréstimo para aquisição da sede da AMAE.
- Económica 10: 799.753 euros respeitam a amortização de capital decorrente dos empréstimos bancários;

Dos restantes compromissos assumidos para anos seguintes, para além de 2013, 7.452.094 euros, importa salientar os seguintes:

- Amortizações de Empréstimos Contratualizados: 3.918.386 euros;
- Juros e Outros Encargos de Empréstimos: 399.753 euros;
- Aquisição de Bens e Serviços: 1.689.642 euros de onde se destaca o Contrato de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfeção de contentores e baldes no concelho: 1.164.264 euros.

Cumpre referir que no ano de 2011 o Município da Marinha Grande procedeu à contratação de dois empréstimos de médio e longo prazos, ao abrigo do contrato de empréstimo quadro, designado por QREN-EQ, celebrado entre o Governo Português e o Banco Europeu de Investimento e que visam o financiamento das obras em curso relativas à "Requalificação do Património Stephens - Casa da Cultura" e " Reabilitação da Fábrica da Resinagem", tendo os encargos decorrente dos mesmos sido registados em exercícios futuros.

Os referidos empréstimos ainda não obtiveram o Visto do Tribunal de Contas, considerando que o pedido de exceção ao endividamento apresentado pela autarquia à DGAL em Junho de 2011 foi indeferido, atenta comunicação remetida pelo Sr. Secretário de Estado do Orçamento, Dr. Luís Morais Sarmento, em Março de 2012 a esta autarquia, alegando a aprovação de novo quadro normativo. A saber, o pedido de exceção formulado pela autarquia em junho de 2011 foi efetuado ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e aquando a sua apreciação pela Secretaria de Estado do Orçamento já se encontrava em vigor a Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 SECRETÁRIO / / ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Face ao exposto e atenta a publicação de novo mapa de rateio em julho de 2012 foi formulado novo pedido de exceção apresentado pela Câmara Municipal da Marinha Grande à DGAL neste mesmo mês, sendo que até 31-12-2012 ainda não tinha sido apresentada qualquer resposta ao pedido formulado, apesar de se aguardar esta decisão para posterior remessa dos novos elementos ao Tribunal de Contas para efeitos da obtenção do Visto dos contratos de empréstimo.

1.3. POUPANÇA CORRENTE

O presente ponto pretende analisar a evolução da Poupança Corrente, diferença entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente ao longo dos vários anos.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, a poupança corrente previsional corrigida não tem registado uma tendência certa ao longo dos anos em análise. Em 2012 esta apresenta uma redução relativa ao ano transato.

Em relação à poupança corrente executada, esta também não apresenta uma tendência ao longo do período em análise. O ano de 2012 apresenta um crescimento relativamente ao ano transato de 2011 de cerca de 63,25%, o que representa um decréscimo em termos absolutos de 1.253.080 euros.

Importa salientar que, o equilíbrio corrente foi alcançado, quer ao nível da previsão, quer ao nível da execução.

Quadro 42: Evolução da Poupança Corrente entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes Previstas Corrigidas	17.741.511 €	18.992.413 €	19.085.681 €	19.936.441 €	18.814.970 €
Despesa Correntes Previstas Corrigidas	17.710.393 €	18.817.480 €	19.065.681 €	19.509.824 €	18.657.732 €
POUPANÇA CORRENTE PREVISIONAL	**31.119 €**	**174.933 €**	**20.000 €**	**426.618 €**	**157.238 €**
Receita Correntes Executadas	18.769.128 €	18.154.741 €	18.647.750 €	18.519.206 €	18.128.784 €
Despesa Corrente Executadas	15.510.360 €	15.594.357 €	15.995.930 €	16.537.981 €	14.894.479 €
POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA	**3.258.768 €**	**2.560.384 €**	**2.651.820 €**	**1.981.225 €**	**3.234.305 €**

1.4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A análise das contas da autarquia através da apresentação de indicadores tem como objetivo essencial supervisionar a gestão autárquica. Estes permitem a verificação e acompanhamento das decisões tomadas ao longo do ano financeiro, as quais terão reflexo na execução do orçamento e nas grandes opções do plano.

Face ao exposto importa efetuar uma análise à execução orçamental, pelo que se apresentam alguns indicadores, para este efeito.

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.4.1. Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de cobertura global das receitas e despesas da autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução. De um modo geral, estes indicadores pretendem avaliar a capacidade das receitas para cobrirem as despesas.

Quadro 43: Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas entre 2008 e 2012

	RÁCIOS	2008	2009	2010	2011	2012
	Receitas Totais (*)	25.224.577 €	22.696.140 €	21.749.555 €	22.606.104 €	23.219.777 €
1	Despesas Totais	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		1,11	**1,01**	**1,03**	**1,01**	**1,04**
	Receita Corrente	18.769.128 €	18.154.741 €	18.647.750 €	18.519.206 €	18.128.784 €
2	Despesa Corrente	15.510.360 €	15.594.357 €	15.995.930 €	16.537.981 €	14.894.479 €
		1,21	**1,16**	**1,17**	**1,12**	**1,22**
	Receita Capital	4.555.298 €	1.904.224 €	2.757.629 €	3.499.180 €	4.901.672 €
3	Despesa de Capital	7.133.148 €	6.769.616 €	5.212.960 €	5.903.681 €	7.486.409 €
		0,64	**0,28**	**0,53**	**0,59**	**0,65**
	Receitas Próprias	13.636.179 €	12.809.549 €	13.141.095 €	13.722.428 €	13.377.572 €
4	Despesa Total	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		0,60	**0,57**	**0,62**	**0,61**	**0,60**
	Fundos Municipais	6.010.056 €	6.310.559 €	6.375.246 €	5.840.961 €	5.522.979 €
5	Despesa Total	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		0,27	**0,28**	**0,30**	**0,26**	**0,25**

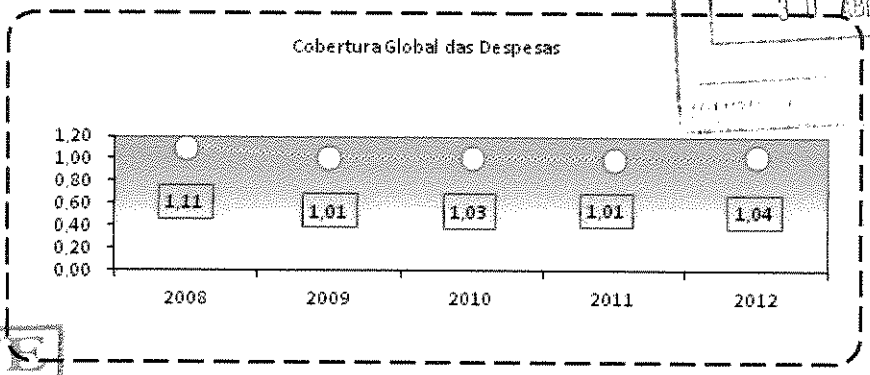
(*) O critério de preparação de análise dos mapas do Controlo Orçamental da Receita foi alterado a partir deste ano, sendo que os valores apresentados incluem, na Receita Total, o valor do Saldo da Gerência Anterior.

RÁCIO 1 – Cobertura Global das Despesas

Este rácio pretende medir a capacidade que as receitas totais têm para cobrirem as despesas totais.

Este indicador tem-se mantido próximo da unidade o que significa que as receitas totais cobrem a totalidade das despesas totais.

Gráfico 8: Cobertura Global das Despesas entre 2008 e 2012



PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

RÁCIO 2 – Cobertura Global das Despesas de Correntes

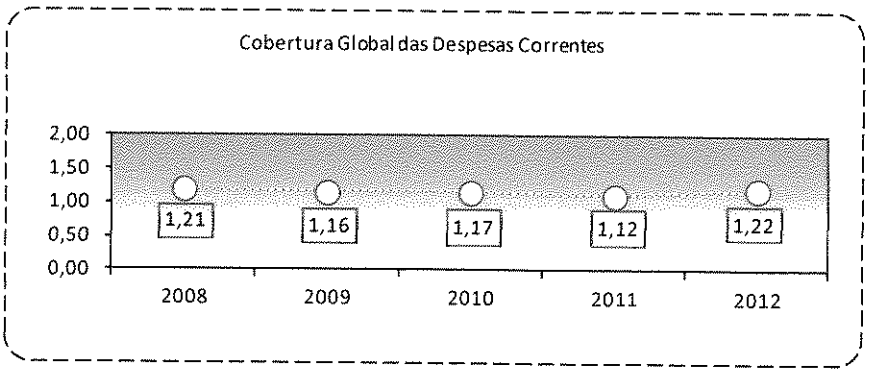
Este rácio tem como objetivo medir a capacidade que as Receitas Correntes têm para cobrir as Despesas Correntes.

Este indicador tem sofrido oscilações sendo que, no entanto, tem apresentado valores superiores à unidade. Desta forma pode concluir-se que as Receitas Correntes têm sido suficientes para cobrir a totalidade das Despesas Correntes do município ao longo dos últimos cinco anos.

A poupança corrente efetiva do Município no ano de 2012 foi de 3.234.305 euros a qual resulta da diferença entre o total da Receita Corrente arrecadada e a Despesa Corrente paga. Esta análise permite-nos aferir que foram libertos 3.234.305 euros de Receita Corrente para financiamento de Despesas de Capital.

Importa ainda referir que a poupança corrente prevista, que resulta da diferença entre as previsões da Receita Corrente e as dotações da Despesa Corrente, corrigidas, era de 157.238 euros.

Gráfico 9: Cobertura Global das Despesas Correntes entre 2008 e 2012



RÁCIO 3 – Cobertura Global das Despesas de Capital

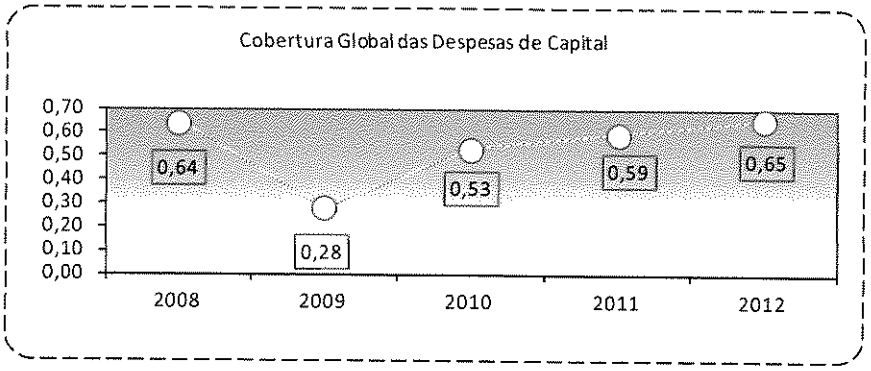
Através do rácio de cobertura global das Despesas de Capital pretende-se medir a capacidade das Receitas de Capital cobrirem as Despesas de Capital.

Da análise a este indicador verifica-se que, no decorrer das últimas cinco gerências, a capacidade das Receitas de Capital cobrirem as Despesas de Capital tem vindo a aumentar, sendo que o ano de 2009 é o que apresenta o valor mais baixo do período em análise, 28%. Os anos seguintes têm registado um crescimento sustentável, sendo o ano de 2012 o que apresenta o valor mais alto do período em análise, 65%. Isto significa que em 2012 as Receitas de Capital cobrem cerca de 65% das Despesas de Capital, quando em 2010 apenas cobriam 53% e em 2011, 59%.

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 10: Cobertura Global das Despesas de Capital entre 2008 e 2012

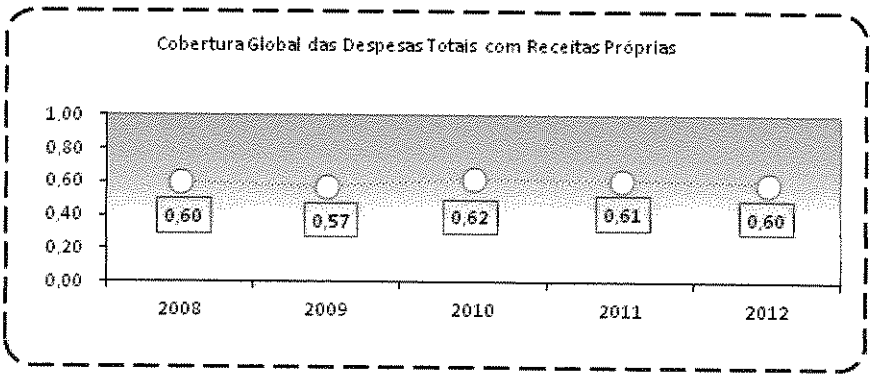


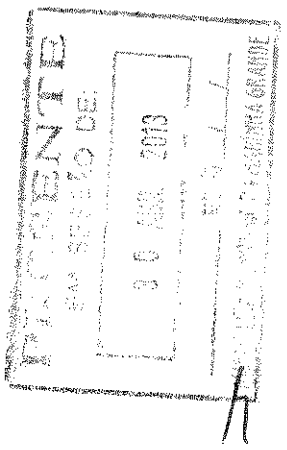
RÁCIO 4 – Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias

Este rácio pretende medir o grau de cobertura das despesas totais através das receitas próprias da Autarquia.

Tendo como base os valores apresentados, verifica-se que este rácio apresentou uma tendência de descida desde 2010, o que significa que a capacidade das receitas próprias cobrirem as despesas totais diminuiu gradualmente ao longo do tempo. De acordo com o gráfico seguinte, pode verificar-se que as receitas próprias cobrem cerca de 60% das despesas totais, igualando o valor ao registado no ano de 2008.

Gráfico 11: Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias entre 2008 e 2012





RÁCIO 5 – Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais

Com o cálculo deste rácio pretende-se medir o grau de cobertura das despesas totais através dos fundos municipais.

Pela análise dos valores apresentados, verifica-se que este rácio apresenta uma tendência de descida desde 2010. O ano de 2012 vem apresentar novamente uma descida, sendo que apresenta o valor mais baixo do período em análise, o que significa que os fundos municipais apenas cobrem cerca de 25% das despesas totais da autarquia, quando em 2010, valor mais elevado do período em análise, os fundos municipais apenas cobriam cerca de 30% das despesas totais da autarquia.

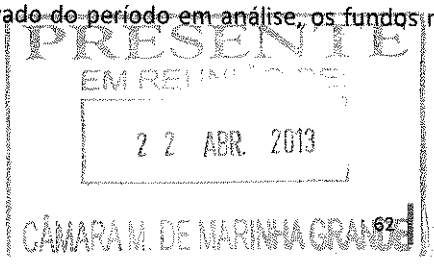
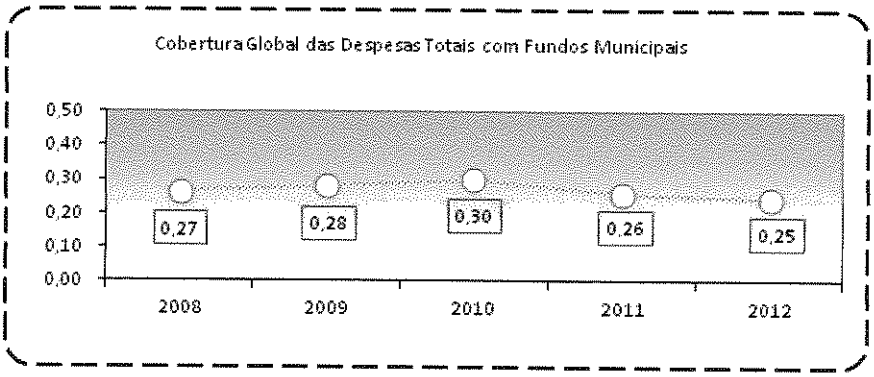


Gráfico 12: Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais entre 2008 e 2012



1.4.2. Rácios de Estrutura da Receita

PRESENTE EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de estrutura da receita da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução.

Quadro 44: Rácios de Estrutura da Receita entre 2008 e 2012

	RÁCIOS	2008	2009	2010	2011	2012
1	Receitas Próprias	13.636.179 €	12.809.549 €	13.141.095 €	13.722.428 €	13.377.572 €
	Receita Total (*)	25.224.577 €	22.696.140 €	21.749.555 €	22.606.104 €	23.219.777 €
		0,54	**0,56**	**0,60**	**0,61**	**0,58**
2	Receitas cobradas localmente	5.770.605 €	6.581.931 €	6.707.900 €	7.083.663 €	6.869.316 €
	Receita Total (*)	25.224.577 €	22.696.140 €	21.749.555 €	22.606.104 €	23.219.777 €
		0,23	**0,29**	**0,31**	**0,31**	**0,30**
3	Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
	Receita Total (*)	25.224.577 €	22.696.140 €	21.749.555 €	22.606.104 €	23.219.777 €
		0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4	Venda Bens e Serviços Correntes	5.283.281 €	5.926.414 €	6.196.193 €	6.402.238 €	6.081.950 €
	Venda Bens e Serv. Investimento	26.753 €	12.076 €	- €	314 €	250.362 €
	Receita Total (*)	25.224.577 €	22.696.140 €	21.749.555 €	22.606.104 €	23.219.777 €
		0,21	**0,26**	**0,28**	**0,28**	**0,27**

(*) O critério de preparação de análise dos mapas do Controlo Orçamental da Receita foi alterado a partir deste ano, sendo que os valores apresentados incluem, na Receita Total, o valor do Saldo da Gerência Anterior.

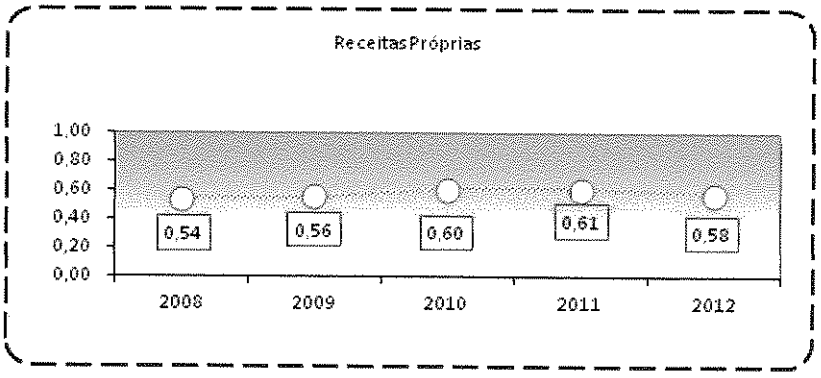
RÁCIO 1 – Receitas Próprias

Este rácio mede o peso das receitas próprias do Município no total das receitas arrecadadas.

Da análise dos valores verifica-se que este rácio apresenta em 2012 uma inversão na tendência de subida verificada em 2011. O numerador (receitas próprias) apresenta um decréscimo, enquanto que o denominador (receitas totais) apresenta um aumento em 2012.

Assim, em 2012, 58% das receitas totais da autarquia respeitam a receitas próprias, enquanto que em 2011 esse valor era de 61%.

Gráfico 13: Receitas Próprias entre 2008 e 2012

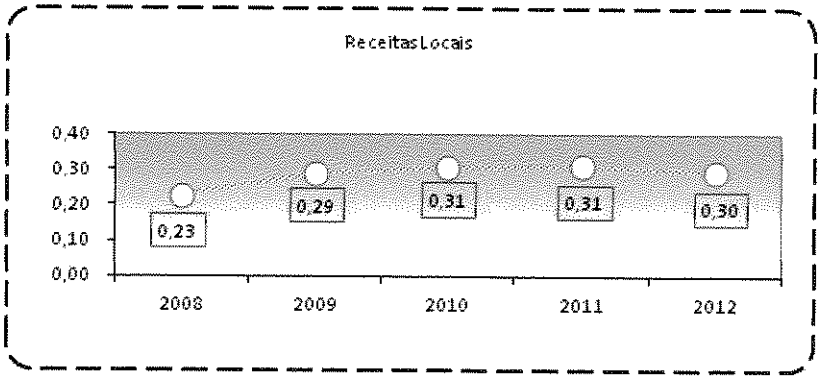


RÁCIO 2 – Receitas Locais

Este rácio faz o apuramento do peso das receitas cobradas localmente pela Autarquia nas receitas totais.

Face aos valores apresentados pode concluir-se que o valor das receitas locais não apresenta uma tendência fixa no período em análise. O ano de 2012 regista uma ligeira descida face ao ano transato de 2011, sendo que neste ano as receitas cobradas localmente representam 30% das receitas totais, quando em 2011 representavam 31%.

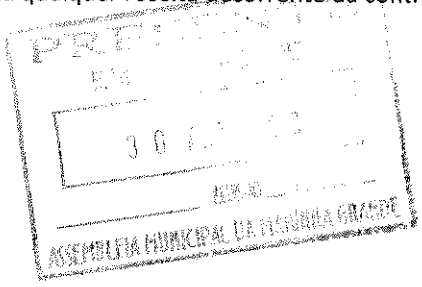
Gráfico 14: Receitas Locais entre 2008 e 2012



RÁCIO 3 – Passivos Financeiros

Este rácio pretende medir a importância dos empréstimos contratualizados na receita total da autarquia.

Este rácio tem vindo a apresentar valores nulos desde 2008. Face ao exposto, pode concluir-se que o peso da contratação de empréstimos na receita total é nulo, atendendo ao facto de que nos cinco últimos anos não foi arrecadada qualquer receita decorrente da contratação ou da utilização de empréstimos.



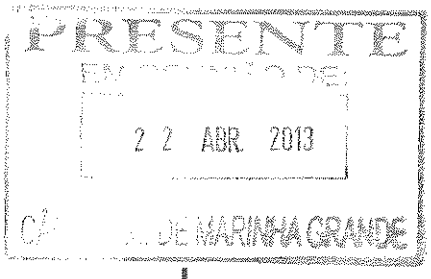
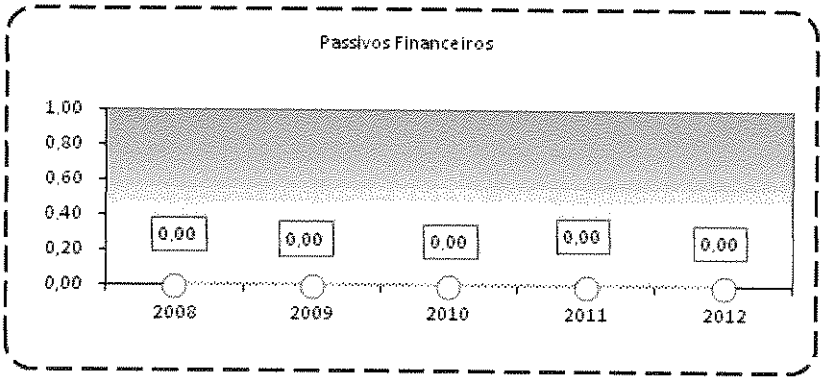


Gráfico 15: Passivos Financeiros entre 2008 e 2012

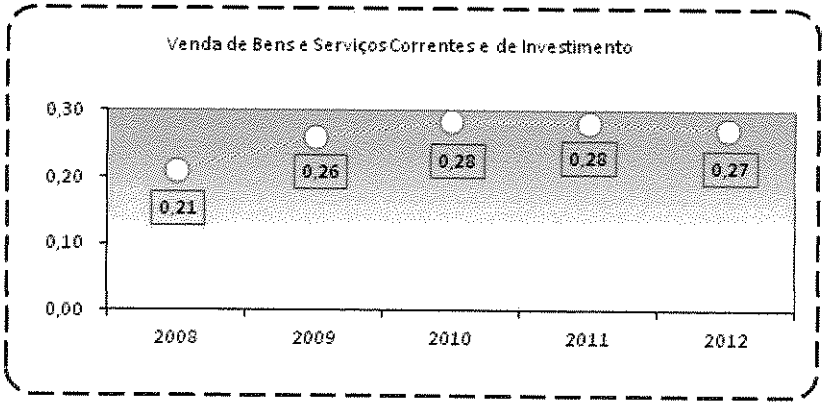


RÁCIO 4 – Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento

Este rácio pretende medir o peso da receita proveniente da Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento na Receita Total.

Pode concluir-se que as vendas de bens e serviços correntes e de investimento representam cerca de 27% das receitas da autarquia, valor este semelhante ao registados nas últimas duas gerências.

Gráfico 16: Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento entre 2008 e 2012



1.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de estrutura da despesa da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução. De um modo geral, estes indicadores pretendem medir o peso das despesas face a determinadas componentes.

Quadro 45: Rácios de Estrutura da Despesa entre 2008 e 2012

	RÁCIOS	2008	2009	2010	2011	2012
	Despesa de Capital	7.133.148 €	6.769.616 €	5.212.960 €	5.903.681 €	7.486.409 €
1	Despesa Total	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		0,32	**0,30**	**0,25**	**0,26**	**0,33**
	Pessoal	5.600.780 €	6.002.756 €	6.179.903 €	5.602.358 €	4.751.134 €
2	Despesa Total	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		0,25	**0,27**	**0,29**	**0,25**	**0,21**
	Aquis. Bens e Serviços Correntes	7.710.954 €	7.563.032 €	8.260.732 €	9.222.515 €	8.360.094 €
3	Despesa Total	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		0,34	**0,34**	**0,39**	**0,41**	**0,37**
	Serviço da dívida	1.299.972 €	1.245.296 €	1.030.700 €	1.058.767 €	1.010.739 €
4	Despesa Total	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
		0,06	**0,06**	**0,05**	**0,05**	**0,05**

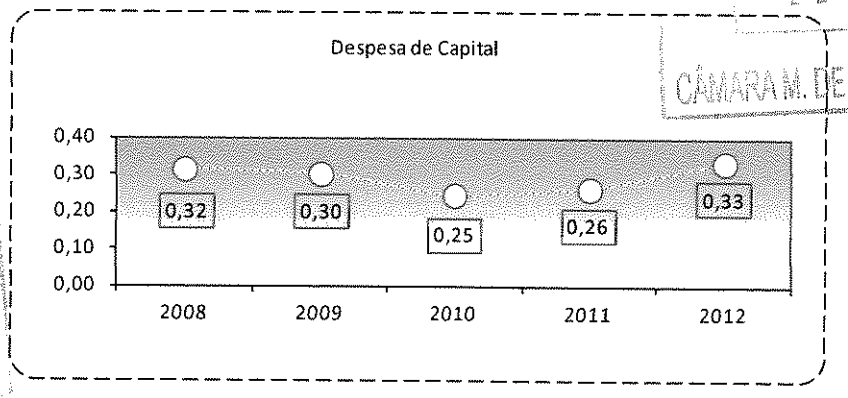
RÁCIO 1 – Despesa de Capital

Este rácio mede o peso da Despesa de Capital na Despesa Total.

Da análise aos valores apresentados verifica-se que a Despesa de Capital em 2012 apresentou um acréscimo relativamente ao ano de 2011, o que significa que a importância destas despesas na despesa total aumentou no ano de 2012, representando 33%, valor mais alto do período em análise. No ano transato as despesas de capital representavam 26% das despesas totais.

EM DEFINITIVO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 17: Despesa de Capital entre 2008 e 2012



ENTRADA DE DOCUMENTOS EM 30 ABR. 2013

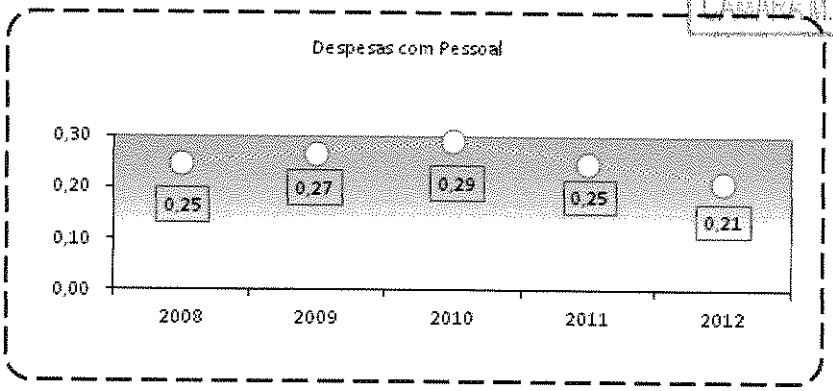
RÁCIO 2 – Despesas com Pessoal

Este rácio dá-nos informação relativa ao peso das Despesas com Pessoal na despesa total do Município.

De acordo com os valores constantes do gráfico seguinte, as Despesas com Pessoal em 2012 representam 21% da despesa total da Autarquia, sendo mesmo o valor mais baixo do período analisado, verificando-se, assim, uma diminuição relativamente ao ano transato, no qual este tipo de despesa representavam 25% das despesas totais.

PRESENTE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 18: Despesas com Pessoal entre 2008 e 2012



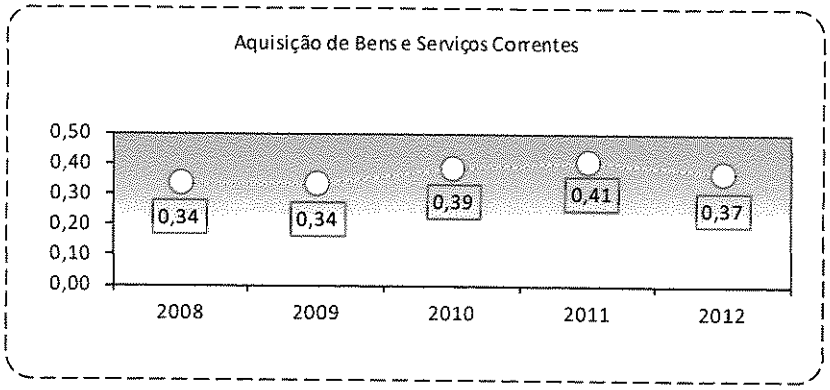
RÁCIO 3 – Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Com este rácio pretende-se medir o peso da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total.

Face aos valores apresentados verifica-se que a Aquisição de Bens e Serviços Correntes vinha a ganhar maior peso na despesa total da autarquia desde 2008, representando em 2011, 41% da despesa do Município, valor mais alto no período em análise. O ano de 2012 veio inverter esta tendência ao apresentar um decréscimo relativamente ao ano transato, representando, neste ano, 37% das despesas totais da Autarquia.

PRESENTE
EM SESSÃO
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

Gráfico 19: Aquisição de Bens e Serviços Correntes entre 2008 e 2012



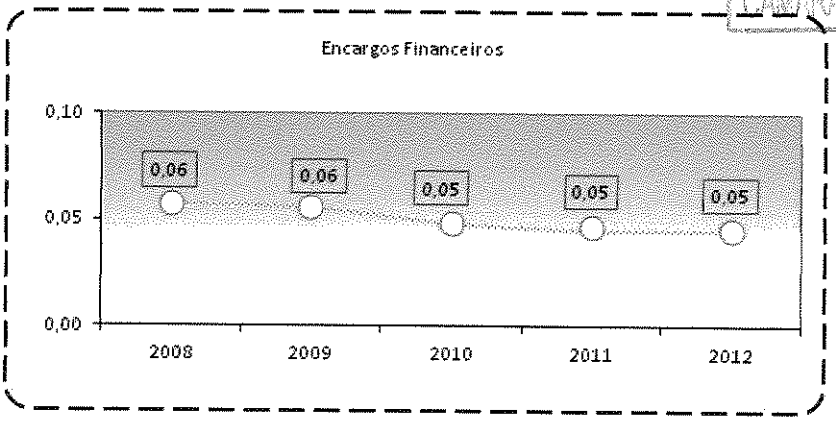
RÁCIO 4 – Encargos Financeiros

Este rácio dá-nos informação relativa ao peso da despesa com os custos financeiros, nomeadamente, inerentes à contratação e utilização de empréstimos e contratos de locação financeira, na despesa total.

Da análise do rácio conclui-se que as despesas inerentes ao serviço da dívida têm mantido um peso semelhante ao longo dos últimos cinco anos, representando em 2012 cerca de 5% desse total.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 20: Encargos Financeiros entre 2008 e 2012



PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR 2013

1.4.4. Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente

No quadro seguinte estão expressos os indicadores que permitem estabelecer uma relação dos Fundos Municipais Correntes com as Componentes da Despesa Corrente.

Quadro 46: Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente entre 2008 e 2012

	RÁCIOS	2008	2009	2010	2011	2012
	Pessoal	5.600.780 €	6.002.756 €	6.179.903 €	5.602.358 €	4.751.134 €
1	Fundos Municipais Correntes	4.305.759 €	4.533.887 €	4.578.057 €	4.126.361 €	3.939.336 €
		1,30	**1,32**	**1,35**	**1,36**	**1,21**
	Aquisição de Bens e Serviços	7.710.954 €	7.563.032 €	8.260.732 €	9.222.515 €	8.360.094 €
2	Fundos Municipais Correntes	4.305.759 €	4.533.887 €	4.578.057 €	4.126.361 €	3.939.336 €
		1,79	**1,67**	**1,80**	**2,24**	**2,12**

RÁCIO 1 – Despesas com Pessoal face aos Fundos Municipais Correntes

Este rácio mede a relação do acréscimo dos Fundos Municipais correntes com o acréscimo da Despesa com o Pessoal.

No corrente ano, 2012, assiste-se a um decréscimo significativo deste rácio dada a redução em ambas as componentes, sendo que a redução nas despesas com pessoal (851.225 euros) foi superior à diminuição dos Fundos Municipais correntes (187.025 euros).

RÁCIO 2 – Aquisição de Bens e Serviços face aos Fundos Municipais Correntes

Este rácio mede a relação do acréscimo dos Fundos Municipais Correntes com o acréscimo da despesa com Aquisição de Bens e Serviços necessários à atividade da autarquia.

Quando comparado com os anos anteriores verifica-se que este sofre diversas oscilações ao longo dos anos, sendo que em 2011 houve um grande aumento do seu valor, dado que houve um aumento da despesa com Aquisição de Bens e Serviços (961.783 euros) face a uma redução nas receitas decorrentes dos Fundos Municipais Correntes (-451.696 euros). No ano de 2012, volta a verificar-se uma redução do rácio dado que ambas as componentes apresentam uma diminuição, sendo que o decréscimo nas despesas com a aquisição de bens e serviços correntes (862.421 euros) foi superior ao decréscimo dos Fundos Municipais correntes (187.025 euros).

1.4.5. Rácios para avaliar o Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamento pretende medir o tempo médio que a Autarquia demora para pagar as dívidas a terceiros.

Quando este indicador apresenta um valor baixo, significa que o financiamento que os terceiros fazem à exploração também é reduzido. No entanto, também pode demonstrar que a entidade não tem capacidade de negociação com os seus fornecedores. Um valor muito alto, por outro lado, pode significar que a entidade apresenta algumas dificuldades para satisfazer as suas obrigações.

Ao analisar-se os valores do Prazo Médio de Pagamento dos últimos cinco anos, verifica-se que este não tem sofrido oscilações significativas, embora se saliente a inversão de tendência de descida até 2011, a qual já vinha desde o ano de 2008. O ano de 2012 veio inverter a tendência de diminuição deste indicador ao apresentar um ligeiro acréscimo.

Quadro 47: Prazo Médio de Pagamento entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Compromissos assumidos no ano	27.772.400 €	27.122.812 €	25.072.726 €	26.323.177 €	26.579.917 €
Despesa Paga	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €	22.441.662 €	22.380.888 €
	1,23	**1,21**	**1,18**	**1,17**	**1,19**

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
30 ABR. 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Câmara Municipal da Marinha Grande
www.cm-mgrande.pt

ANÁLISE PATRIMONIAL

Marinha Grande, Abril 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
30 ABR. 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2. ANÁLISE PATRIMONIAL

Neste capítulo irá proceder-se a uma análise mais detalhada aos custos e proveitos contabilizados no ano de 2012.

2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS

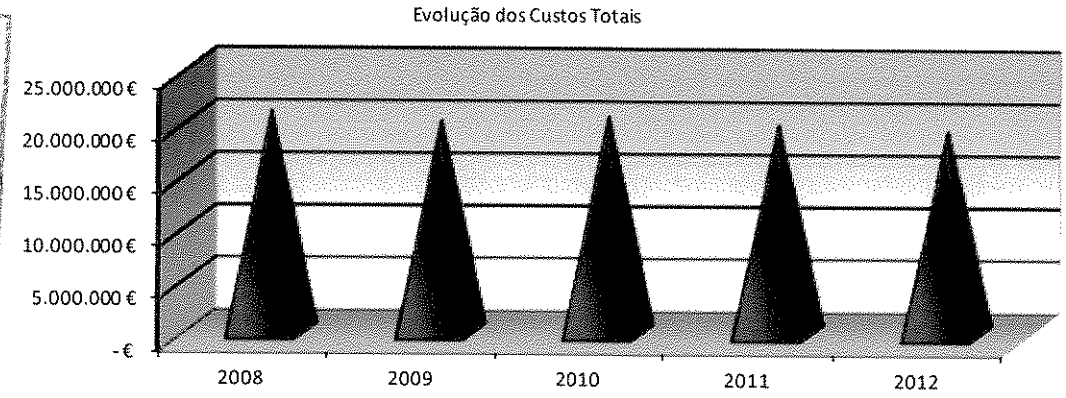
Nas contas da Classe 6 – Custos e Perdas, registam-se todos os custos que a entidade incorre ao longo do ano financeiro, na sequência da sua atividade.

Analisando a evolução dos custos totais, verifica-se que no ano de 2012 se regista uma redução de 2,83% face ao ano anterior, o que corresponde em termos absolutos a um decréscimo de 567.905 euros.

Quadro 48: Evolução dos custos totais

	2008	2009	2010	2011	2012
Custos Totais	21.188.319 €	20.315.565 €	20.740.058 €	20.047.996 €	19.480.091 €

PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE



A classe 6 é composta por nove grandes grupos de contas que registam de forma mais desagregada o tipo de custos incorridos na gestão autárquica, pelo que importa verificar as principais alterações registadas em cada um dos grupos de modo a explicitar a diminuição dos custos totais verificada do ano de 2011 para 2012.

No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução, ao longo dos últimos cinco anos, dos custos de cada um dos grupos da classe 6.

Como se pode verificar as contas da classe 6 que apresentaram uma variação negativa quando comparadas com o ano transato, são: Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, de ora em diante designado por CMVMC (-28,38%), Fornecimentos e Serviços Externos (-12,10%), Custos e Perdas Financeiros (-6,95%), Custos com Pessoal (-5,98%).

As restantes contas da classe 6 registaram um acréscimo face ao ano de 2011, a saber: Custos e Perdas Extraordinários (141,47%), Provisões (13,82%), Outros Custos e Perdas Operacionais (10,32%), Transferências e Subsídios Correntes (5,49%) e Amortizações do Exercício (0,39%).

Quadro 49: Evolução dos custos globais entre 2008 e 2012

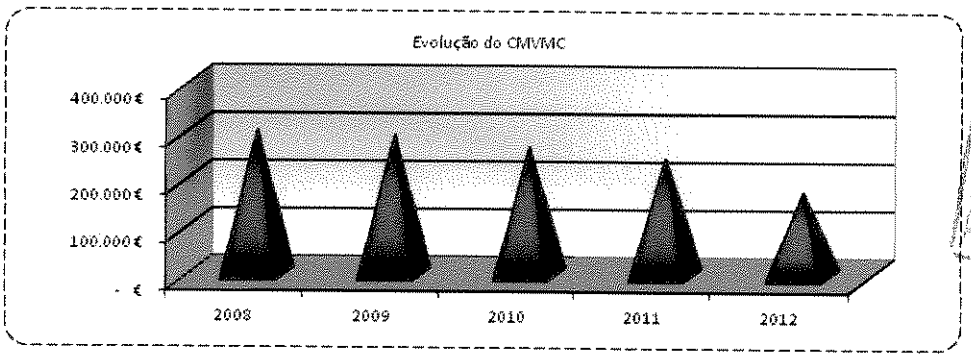
CUSTOS TOTAIS	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
C.M.V.M.C.	301.975 €	292.657 €	-3,09%	268.027 €	-8,42%	245.991 €	-8,22%	176.189 €	- 69.802 €	-28,38%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.236.966 €	7.654.949 €	5,78%	8.577.043 €	12,05%	8.342.923 €	-2,73%	7.333.343 €	- 1.009.580 €	-12,10%
Transferências e Subsídios Correntes	1.316.095 €	1.454.474 €	10,51%	1.223.352 €	-15,89%	1.299.825 €	6,25%	1.371.198 €	71.373 €	5,49%
Custos com o Pessoal	5.685.428 €	5.951.502 €	4,68%	5.891.689 €	-1,00%	5.190.122 €	-11,91%	4.879.938 €	- 310.184 €	-5,98%
Outros Custos e Perdas Operacionais	82.001 €	69.575 €	-15,15%	63.717 €	-8,42%	63.126 €	-0,93%	69.644 €	6.518 €	10,32%
Amortizações do Exercício	3.550.022 €	3.651.897 €	2,87%	3.646.473 €	-0,15%	3.817.777 €	4,70%	3.832.659 €	14.882 €	0,39%
Provisões do Exercício	1.408.528 €	38.333 €	-97,28%	341.803 €	791,68%	390.618 €	14,28%	444.589 €	53.971 €	13,82%
Custos e Perdas Financeiros	479.317 €	243.097 €	-49,28%	313.867 €	29,11%	210.220 €	-33,02%	195.602 €	- 14.618 €	-6,95%
Custos e Perdas Extraordinários	1.127.988 €	959.081 €	-14,97%	414.086 €	-56,82%	487.394 €	17,70%	1.176.929 €	689.535 €	141,47%
Total	**21.188.319 €**	**20.315.565 €**		**20.740.058 €**		**20.047.996 €**		**19.480.091 €**	**- 567.905 €**	

2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)

A conta 61 regista o custo tido com as mercadorias vendidas e matérias consumidas no processo produtivo do Município da Marinha Grande, inerente à prossecução das suas atribuições.

Quadro 50: Evolução dos CMVMC entre 2008 e 2012

C.M.V.M.C.	2008	2009	2010	2011	2012
Mercadorias	17.206 €	15.646 €	13.611 €	3.693 €	1.285 €
Matérias - Primas, Subs. e Consumo	284.768 €	277.011 €	254.415 €	242.299 €	174.904 €
Total	**301.975 €**	**292.657 €**	**268.027 €**	**245.991 €**	**176.189 €**



PRESENTE EM REUNIÃO DE 30 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Pela análise do gráfico verifica-se que o CMVMC registou em 2012 um decréscimo face ao ano anterior de 69.802 euros, confirmando a tendência registada desde 2008. Este decréscimo representa uma variação negativa de cerca de 28,38% e está relacionado, nomeadamente, com a diminuição dos custos com a aquisição de matérias-primas o que se vai, posteriormente, refletir no custo das matérias aquando da sua saída de armazém, bem como com o rigor na afetação de material às diversas atribuições municipais.

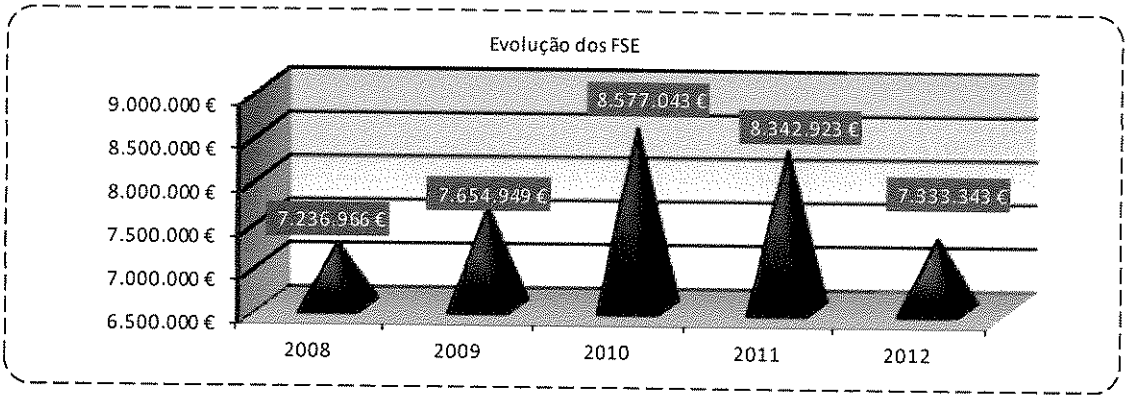
PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Na conta 62 registam-se todas as despesas realizadas com a aquisição de bens e serviços de natureza corrente, bem como os serviços prestados por terceiros, essenciais ao normal funcionamento da Autarquia.

A análise dos valores apresentados permite aferir que se assistiu a um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos de 2008 e até 2010, sendo que o ano de 2011 vem contrariar essa tendência de crescimento a qual foi confirmada no ano de 2012 ao registar-se uma diminuição de cerca de 12,10%, o que corresponde em termos absolutos a uma redução de 1.009.580 euros.

Gráfico 21: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos entre 2008 e 2012

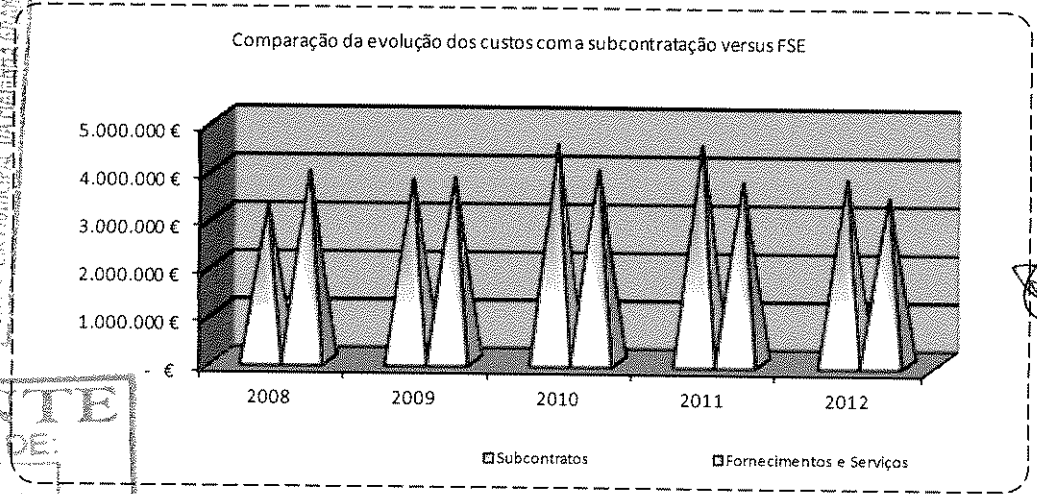


Nos custos totais com Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se que, ambas as rubricas contribuíram para este decréscimo: a rubrica de Subcontratos apresenta uma redução de 15,33%, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 698.281 euros; e a rubrica de Fornecimentos e Serviços, apresenta uma redução de 8,22%, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 311.299 euros.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representam, em 2012, 37,65% dos custos totais do Município da Marinha Grande.

Quadro 51: Comparação da evolução dos custos com a subcontratação versus FSE entre 2008 e 2012

FSE	2008	2009	2010	2011	2012
Subcontratos	3.259.382 €	3.809.339 €	4.548.799 €	4.554.410 €	3.856.129 €
Fornecimentos e Serviços	3.977.584 €	3.845.610 €	4.028.244 €	3.788.513 €	3.477.214 €
Total	**7.236.966 €**	**7.654.949 €**	**8.577.043 €**	**8.342.923 €**	**7.333.343 €**



PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

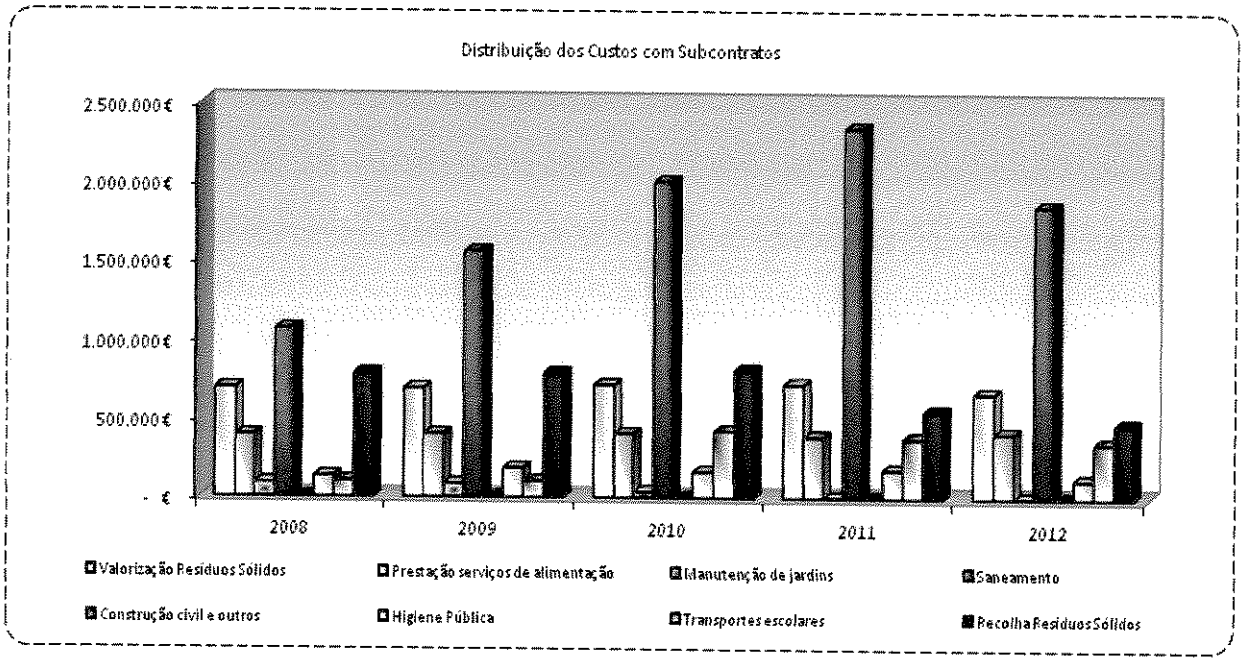
SUBCONTRATOS

Fazendo uma análise mais pormenorizada aos custos com os subcontratos verifica-se que, em conjunto, os custos com a Recolha e a Valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos e o Saneamento (tratamento de águas residuais e outros serviços relacionados) representam cerca de 77,26% dos custos totais com subcontratos no ano de 2012. No ano transato essa relação era de 79,25%.

Quadro 52: Distribuição dos Custos com Subcontratos entre 2008 e 2012

SUBCONTRATOS	2008	2009	2010	2011	2012
Recolha Resíduos Sólidos	783.670 €	787.162 €	807.745 €	549.405 €	468.354 €
Valorização Resíduos Sólidos	691.134 €	688.585 €	712.445 €	717.311 €	662.945 €
Prestação serviços de alimentação	393.358 €	400.179 €	404.408 €	387.045 €	410.091 €
Manutenção de jardins	88.755 €	85.899 €	36.598 €	- €	- €
Saneamento	1.064.805 €	1.555.857 €	2.002.076 €	2.342.665 €	1.848.009 €
Construção civil e outros	- €	4.260 €	740 €	1.973 €	51 €
Higiene Pública	132.521 €	184.417 €	162.993 €	178.466 €	117.371 €
Transportes escolares	105.138 €	102.980 €	421.795 €	377.546 €	349.308 €
Total	**3.259.382 €**	**3.809.339 €**	**4.548.799 €**	**4.554.410 €**	**3.856.129 €**

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
SESSÃO DE:
30 ABR. 2013



A componente de Subcontratos, com uma maior importância, continua a estar diretamente relacionada com os custos inerentes à cedência de exploração de várias infra estruturas de saneamento situadas no concelho da Marinha Grande, nomeadamente, a Estação Elevatória da Praia da Vieira, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vieira de Leiria, a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Zona Industrial da Marinha Grande, as Estações Elevatórias de S. Pedro de Moel e a Estação de Tratamento de Águas Residuais de S. Pedro de Moel à empresa intermunicipal SIMLIS- Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA, com efeitos a partir de 2 de

Janeiro de 2008. Esta empresa passou a efetuar a recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho da Marinha Grande, atento contrato celebrado com o Município em 24 de Janeiro de 2000, no qual foram estipuladas as condições em que o serviço seria prestado.

Em 2012 o custo com o transporte e tratamento de efluentes efetuado pela SIMLIS, S.A. foi de 1.766.628,56 euros, valor este muito inferior ao registado em 2011, 2.237.641,16 euros, apresentando uma redução de cerca de 21,05%, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 471.012,60 euros. De referir que os custos contabilizados são inferiores ao montante efetivamente faturado pela SIMLIS ao longo do ano de 2012, cerca de 2.470.911 euros, uma vez que a empresa fatura, desde o ano de 2010, com base no método dos caudais desfasados.

Este método, adotado com base nas recomendações do IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos, consiste numa faturação mensal constante durante o ano, com base nos caudais reais, recolhidos e tratados em períodos anteriores, num desfasamento temporal de cerca de ano e meio. Assim, no ano de 2012, o valor faturado foi apurado com base nos caudais reais, recolhidos e tratados no período de julho de 2010 a junho de 2011.

Atento o exposto, desde o ano de 2010 que se tem verificado a necessidade de proceder à regularização dos custos da SIMLIS uma vez que a faturação não corresponde, desde essa data, aos efluentes efetivamente tratados, como se pode verificar pela análise dos dados que de seguida se apresentam:

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 53: Diferença entre efluentes tratados e efluentes faturados entre 2010 e 2012

PRESENTE
EM
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Ano faturação	Período utilizado para apuramento do valor a faturar	Efluente tratado	Efluente faturado	Diferença
2010	julho de 2008 a junho de 2009	3.155.852	2.279.911	875.941
2011	julho de 2009 a junho de 2010	1.823.151	3.141.204	-1.318.053
2012	julho de 2010 a junho de 2011	2.444.984	3.425.435	-980.451

No ano de 2010 o valor registado tinha ascendido a 1.891.526,83 euros e em 2009 a 1.434.160,61 euros. Até ao ano de 2007 a gestão da prestação destes serviços à população era efetuada e gerida pela autarquia.

No que respeita aos transportes escolares, no ano de 2010 foi efetuada uma alteração na política contabilística das contas do município no que respeita ao enquadramento dos custos com transportes escolares, o que justifica, substancialmente, o aumento registado nesta conta de 2009 para 2010 e consequentemente em 2011. Concretizando, no que respeita ao contrato de Transportes Escolares celebrado com a empresa municipal TUMG, EM, no ano de 2010 e 2011, os custos incorridos com este passaram a ser classificados na conta 62.1 – Subcontratos enquanto anteriormente eram registados na conta 63 - Subsídios correntes concedidos. Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acréscimo de custos na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

Cumpre ainda referir que se procedeu a uma alteração da política contabilística no que respeita à classificação dos custos incorridos com o contrato de manutenção de jardins. Até ao ano de 2010 os custos incorridos com este contrato eram contabilizados na conta 62.1 e a partir do ano de 2011 os mesmos passaram a ser registados na conta 62.2.32 por se entender que o enquadramento numa conta de custos com conservação e manutenção era mais adequado.

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

Após análise às principais rubricas dos custos com fornecimentos e serviços, conclui-se que em 2012 cerca de 56,25% deste custo total se reparte por duas rubricas: trabalhos especializados e eletricidade. Em 2011 esse valor foi idêntico, 49,96%, o que significa que se manteve o peso relativo destas duas rubricas no total destes custos.

Quadro 54: Distribuição dos Custos com Fornecimentos e Serviços entre 2008 e 2012

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO ABSOLUTA	% s/ TOTAL
Electricidade	1.027.995 €	1.041.664 €	1.075.481 €	1.138.508 €	1.255.601 €	117.093 €	36,11%
Combustíveis	55.104 €	67.019 €	81.299 €	90.628 €	70.219 €	- 20.410 €	2,02%
Outros Fluidos	94.126 €	90.118 €	90.526 €	100.440 €	120.664 €	20.224 €	3,47%
Ferramentas e Utensílios	3.806 €	3.127 €	1.722 €	1.401 €	935 €	- 465 €	0,03%
Livros e Documentação Técnica	1.098 €	1.445 €	306 €	420 €	174 €	- 246 €	0,00%
Material de Escritório	20.511 €	23.358 €	18.027 €	11.526 €	5.645 €	- 5.881 €	0,16%
Artigos para Oferta	45.593 €	26.434 €	19.586 €	7.423 €	5.712 €	- 1.711 €	0,16%
Rendas e Alugueres	421.852 €	325.054 €	320.429 €	313.489 €	260.936 €	- 52.553 €	7,50%
Despesas de Representação	15.689 €	5.091 €	3.884 €	2.667 €	528 €	- 2.139 €	0,02%
Comunicação	188.669 €	193.657 €	178.844 €	178.433 €	128.819 €	- 49.614 €	3,70%
Seguros	88.071 €	97.688 €	103.592 €	96.254 €	73.382 €	- 22.872 €	2,11%
Deslocações e Estadas	2.463 €	2.613 €	1.066 €	320 €	67 €	- 253 €	0,00%
Honorários	45.724 €	34.296 €	17.242 €	1.687 €	1.946 €	259 €	0,06%
Contencioso e Notariado	49.200 €	51.258 €	49.212 €	51.103 €	45.786 €	- 5.317 €	1,32%
Conservação e Reparação	372.157 €	414.843 €	441.550 €	356.037 €	289.853 €	- 66.183 €	8,34%
Publicidade	71.241 €	84.587 €	55.548 €	45.392 €	17.290 €	- 28.102 €	0,50%
Limpeza, Higiene e Conforto	11.297 €	21.179 €	12.686 €	10.749 €	1.123 €	- 9.626 €	0,03%
Vigilância e Segurança	154.741 €	147.992 €	152.887 €	158.091 €	78.844 €	- 79.246 €	2,27%
Trabalhos Especializados	937.084 €	834.326 €	897.634 €	754.061 €	700.257 €	- 53.804 €	20,14%
Encargos de Cobrança	209.690 €	201.609 €	204.310 €	198.110 €	170.914 €	- 27.196 €	4,92%
Outros Fornecimentos e Serviços	161.475 €	178.250 €	302.414 €	271.776 €	248.519 €	- 23.256 €	7,15%
Total	**3.977.584 €**	**3.845.610 €**	**4.028.244 €**	**3.788.513 €**	**3.477.214 €**	**- 311.299 €**	**100%**

De acordo com os valores apresentados no quadro anterior verifica-se que praticamente todas as rubricas apresentam um decréscimo quando comparadas com o ano transato, sendo que apenas a Eletricidade, Outros Fluidos e Honorários apresentam um ligeiro aumento face a 2011.

No ano de 2012 os custos com iluminação pública ascenderam a 632.614,46 euros sendo que no de 2011 estes custos ascenderam a 525.859,59 euros. O aumento dos custos com a eletricidade está também relacionado com o aumento do preço unitário no ano de 2012 e com o aumento da taxa do IVA de 6% para 23%, a partir do último trimestre de 2011.

O aumento dos custos com a rubrica de Outros Fluidos, onde se registam os custos com o fornecimento de gás de botija e gás natural, utilizados nas cantinas escolares, pavilhões municipais, estádio municipal, escolas, jardins-de-infância e outras instalações municipais, está substancialmente relacionado com o aumento do preço unitário do gasóleo e da gasolina, verificado ao longo do ano de 2012.

No que respeita à redução dos custos cumpre ainda referir que, para além da política de contenção de custos adotada na gestão da autarquia, no ano de 2012 foi ainda dado cumprimento ao disposto no artigo 19.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pelo que aos contratos celebrados no ano de 2012 foi aplicada a redução remuneratória preceituada nas disposições legais atrás referidas.

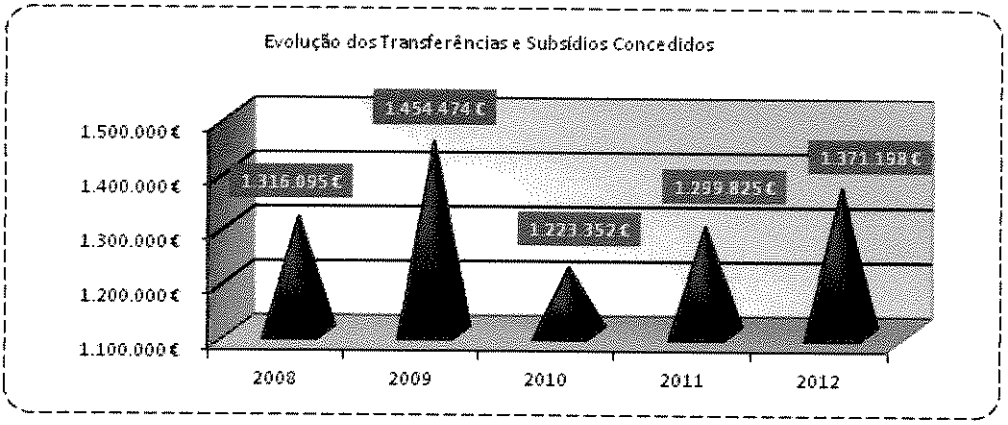
PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

A conta 63 regista as transferências correntes, subsídios e prestações de natureza social concedidas às unidades institucionais e a famílias.

Face aos valores apresentados podemos verificar que de 2011 para 2012 se assistiu a um aumento dos custos com transferências e subsídios concedidos, o qual foi de cerca de 5,49%.

Gráfico 22: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos entre 2008 e 2012



Através da análise do quadro infra, verifica-se que o aumento dos custos globais com transferências e subsídios correntes se ficou a dever essencialmente ao acréscimo das transferências para as Famílias, cerca de 60,69%, bem como ao aumento das transferências para as empresas, cerca de 15,69%, face ao ano anterior.

Os custos registados na rubrica Famílias dizem respeito às transferências efetuadas para particulares no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade. No ano de 2012 o valor transferido ascendeu a 88.702 euros, o que significa um aumento de 33.502 euros face ao ano de 2011.

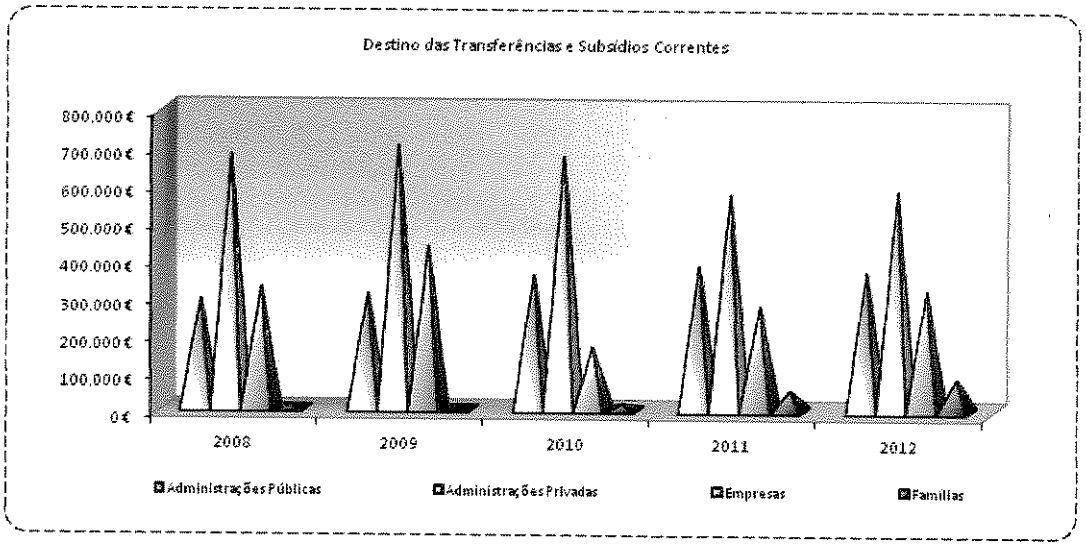
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

As transferências para a empresa municipal sofreram uma alteração da política contabilística relativamente ao contrato dos Transportes Escolares no ano de 2010 e que se manteve em 2011 e 2012, sendo que os custos com este contrato passaram a ser classificados do ponto de vista da contabilidade orçamental na classificação económica da despesa 020225 e na classificação patrimonial 62.1 – Subcontratos, o que justifica a diminuição dos custos de 2009 para 2010. Esta alteração da política contabilística, consubstanciou em 2010, 2011 e 2012, uma alteração/acréscimo na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

No ano de 2012, as transferências para a empresa municipal sofreram um aumento de cerca de 15,69%, ao registar o montante de 323.750 euros, quando no ano de 2011 tinham ascendido a 279.840 euros.

Quadro 55: Destino das Transferências Correntes entre 2008 e 2012

TRANSFERÊNCIA CORRENTES	2008	2009	2010	2011	2012
Administrações Públicas	295.530 €	310.865 €	360.431 €	387.232 €	372.074 €
Administrações Privadas	680.322 €	705.838 €	677.272 €	577.553 €	586.671 €
Famílias	11.325 €	750 €	16.500 €	55.200 €	88.702 €
Empresas	328.918 €	437.022 €	169.149 €	279.840 €	323.750 €
Total	**1.316.095 €**	**1.454.474 €**	**1.223.352 €**	**1.299.825 €**	**1.371.198 €**



Os custos com transferências para administrações públicas, refletem os custos incorridos no exercício de 2012 com as transferências correntes efetuadas para as Juntas de Freguesia do Concelho da Marinha Grande, agrupamentos de escolas e associações de municípios.

Os custos refletidos na conta das administrações privadas, refletem os custos do exercício de 2012 com transferências a instituições desportivas, recreativas e culturais.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

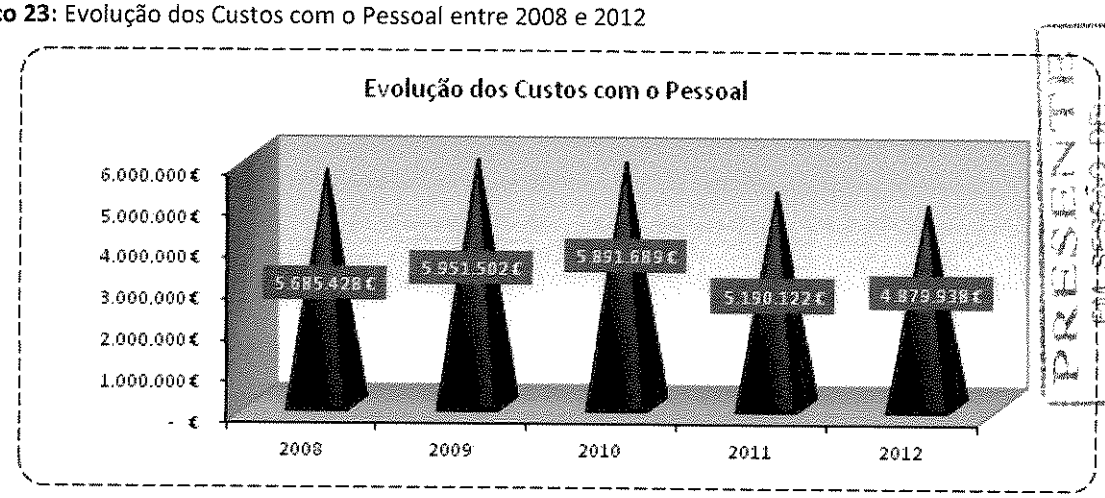
PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013
CÂMARA DE MARINHA GRANDE

2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal

Na conta 64 registam-se todos os encargos tidos com o pessoal ao serviço da Autarquia, remunerações e outros, como por exemplo, as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal.

De acordo com os valores apresentados, verifica-se que, de 2011 para 2012, se assistiu a uma descida dos Custos com Pessoal, registando-se um decréscimo de cerca de 5,68% face ao ano anterior.

Gráfico 23: Evolução dos Custos com o Pessoal entre 2008 e 2012



PRESENTE
EM REUNIÃO DE
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Fazendo uma análise à distribuição dos Custos com Pessoal, conforme consta do quadro seguinte, verifica-se que as rubricas que registaram um decréscimo em 2012 face a 2011 foram: as Remunerações com uma redução de 250.303 euros (-5,68%), Outros Custos com Pessoal com menos 45.604 euros (-30,92%) e Seguros com uma diminuição de 20.715 euros (-39,76%).

As rubricas relativas a Pensões e Encargos com Remunerações apresentam um acréscimo em 2012 face a 2011 de 931 euros (67,50%) e 5.507 euros (0,95%), respetivamente.

De referir que a maior fatia dos Custos com Pessoal diz respeito às remunerações, representando cerca de 85,25% dos custos totais, mantendo-se assim o mesmo peso quando comparado com o ano anterior em que representavam cerca de 84,98%.

Quadro 56: Distribuição dos Custos com o Pessoal entre 2008 e 2012

CUSTOS COM PESSOAL	2008	2009	2010	2011	2012
Remunerações	4.839.432 €	5.066.408 €	5.008.815 €	4.410.439 €	4.160.136 €
Pensões	1.376 €	25.720 €	9.080 €	1.380 €	2.311 €
Encargos com remunerações	630.880 €	674.342 €	647.883 €	578.735 €	584.242 €
Seguros	38.927 €	44.781 €	56.024 €	52.098 €	31.382 €
Outros	174.813 €	140.251 €	169.888 €	147.470 €	101.867 €
Total	**5.685.428 €**	**5.951.502 €**	**5.891.689 €**	**5.190.122 €**	**4.879.938 €**

EM SESSÃO DE
30 ABR. 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

As componentes incluídas na rubrica das remunerações são as constantes do quadro seguinte:

Quadro 57: Componentes da rubrica Remunerações entre 2008 e 2012

REMUNERAÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
Rem. Membros Autárquicos	219.071 €	178.489 €	115.571 €	89.576 €	85.985 €
Remunerações de Pessoal	4.010.415 €	4.341.771 €	4.297.098 €	3.815.344 €	3.626.542 €
Suplemento de Remunerações	552.141 €	489.771 €	516.357 €	453.723 €	384.683 €
Prestações Sociais Diretas	57.806 €	56.378 €	79.789 €	51.796 €	62.927 €
Total	**4.839.432 €**	**5.066.408 €**	**5.008.815 €**	**4.410.439 €**	**4.160.136 €**

Da análise aos valores apresentados verifica-se que as rubricas de Prestações Sociais Diretas são a única componente que apresenta um acréscimo de cerca de 21,49%. As rubricas relativas a Suplemento de Remunerações, Remunerações de Pessoal e Remunerações dos Membros Autárquicos apresentam uma diminuição de 15,22%, 4,95% e 4,01%, respetivamente.

No que respeita à redução de custos com as remunerações de pessoal parte está relacionada, substancialmente, com a aplicação da redução remuneratória aos vencimentos dos trabalhadores da autarquia, em cumprimento do disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2012 e com a saída de pessoal via aposentação.

Importa ainda referir que a conta 64 – Custos com o pessoal, reflete não apenas os custos com pessoal pagos no exercício económico de 2012 mas também os Acréscimos de Custos com Pessoal relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos relativos ao ano de 2012 que apenas serão pagos em 2013. Assim, nesta conta foram registados os custos a reconhecer no próprio exercício, para os quais ainda não existe documentação vinculativa e cuja despesa só irá incorrer em exercícios seguintes.

No entanto cumpre referir que nos termos dos artigos 172.º, n.º 1 e 171.º, n.º 4 do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, o direito a férias adquire-se com a celebração do contrato, vence-se no dia 1 de janeiro de cada ano e reporta-se, em regra, ao trabalho prestado no ano civil anterior.

A conta 27.3.2 do POCAL, designada por "Remunerações a liquidar" compreende, entre outras, as remunerações (mês e subsídio de férias) e respetivos encargos devidos por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorram no ano seguinte. O POCAL ao preceituar esta conta, considera que as despesas com as férias dos trabalhadores, no ano n, são custos a registar no exercício do ano n-1, isto é, estamos perante um custo no exercício de n-1 que só será despesa e pagamento no ano n. O que se pretende com esta conta é imputar o custo suportado pela autarquia relativo às férias e respetivos encargos, ao ano a que efetivamente dizem respeito.

Com a assinatura, a 17-05-2011, do memorando de entendimento sobre o programa de assistência económica e financeira (PAEF), Portugal viu-se obrigado à adoção de novos modelos de gestão e de desenvolvimento em

PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR 2013
REGISTO / /
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

matéria de despesas públicas, sob pena de não cumprir com o acordo firmado com a TROIKA, designadamente ao nível do défice.

Neste contexto enquadram-se, entre outras medidas, a suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores que exercem funções públicas, que neste âmbito importa analisar.

O Orçamento de Estado para 2012, aprovado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, previu no seu artigo 21.º, durante a vigência do PAEF e como medida excecional de estabilidade orçamental, a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, a todos aqueles que auferem por verbas públicas, cuja remuneração base mensal seja superior a € 1.100,00. As pessoas cuja remuneração base mensal seja superior a € 600,00 e inferior a € 1.100,00, ficam sujeitas a uma redução nos subsídios auferindo o montante calculado nos seguintes termos: subsídios = 1320 – 1,2 x remuneração base mensal.

Em estrita obediência ao disposto neste preceito, em 2012, os serviços efetuaram o pagamento do subsídio de férias tendo como premissa a suspensão do mesmo aos trabalhadores com remunerações superiores a € 1.100,00 e a redução do seu valor a todos aqueles cujo vencimento se situava no intervalo entre € 600,00 e € 1.100,00. Não obstante o pagamento ter sido efetuado no ano de 2012 é, conforme já explicitado, um custo registado no ano de 2011.

Esta mudança de paradigma no que respeita ao pagamento dos subsídios justifica o decréscimo acentuado registado entre 2010 e 2011, que representam aproximadamente 261.890 euros.

A estimativa dos valores a pagar no ano de 2013 (custo a registar em 2012), foi inicialmente elaborada em respeito pela limitação prevista no artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013 (LOE 2013), isto é, não foi considerado o valor do subsídio dos trabalhadores cuja remuneração base é superior a 1.100,00€, tendo o dos restantes, quando superior a 600,00€ e inferior a 1.100,00€, sido calculado em função da fórmula prevista no n.º 2 do referido preceito (subsídio = 1320 - 1,2 x remuneração base mensal).

Todavia, na sua sessão plenária de 5 de abril de 2013, o Tribunal Constitucional apreciou quatro pedidos de fiscalização abstrata sucessiva de constitucionalidade sobre normas da LOE 2013, tendo decidido, entre outras, declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, relativa à suspensão do pagamento do subsídio de férias de quem aufere remunerações pagas por verbas públicas (vide Acórdão 187/2013).

PRESENTE
EM SESSÃO DE
22 ABR 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Neste sentido, uma vez que o subsídio de férias será pago na sua totalidade independentemente da remuneração de cada trabalhador, e ainda que desconheçamos de que forma esse pagamento será assegurado, verifica-se a necessidade de proceder ao reconhecimento dos custos no ano de 2012, considerando o valor total das remunerações dos trabalhadores.

Tal facto induz a um aumento exponencial relativamente aos acréscimos de custos registados em 2011, a que acresce o aumento dos encargos da entidade empregadora no que respeita às contribuições para a CGA e CRSS. A CGA regista um aumento de 15% para 20% e o CRSS um aumento de 17,2% para 18,6% para os trabalhadores com nomeação definitiva a 31/12/2008 e um aumento de 22,3% para 23,75% para os restantes). Este aumento representa aproximadamente 233.987 euros.

Importa ainda esclarecer, que ao contrário dos anos anteriores, na estimativa efetuada aos acréscimos de custos com subsídio de férias e respetivos encargos com pessoal não foram contemplados os eleitos locais em exercício de funções, uma vez que nos termos da Lei n.º 29/87 de 30 de junho, na sua redação atual, que define o Estatuto dos Eleitos Locais – E.E.L., e ao contrário do que acontece com o R.C.T.F.P., as férias dos eleitos não se vencem no dia 1 de janeiro de cada ano e não dizem respeito ao serviço prestado no ano anterior, conforme se poderá concluir da leitura do art.º 14. do E.E.L.

Assim, assinala-se que os acréscimos de custos com remunerações a liquidar em 2012 e que respeitam a 2011 (como sejam as férias, subsídios de férias e respetivos encargos) ascendem ao montante de 708.518,34 euros, enquanto que no ano de 2011 ascendiam a 474.531,84 euros e no ano de 2010 este montante era de 736.421,99 euros.

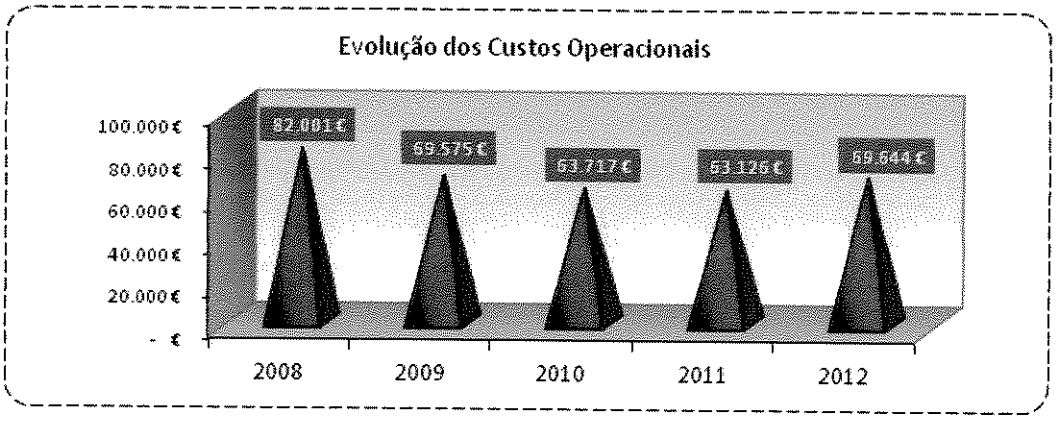
PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR 2013
ASSEMBLEIA PRINCIPAL DA MARINHA GRANDE

2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais

A conta 65 é uma conta residual onde a autarquia regista outros custos tidos com a atividade principal.

O gráfico seguinte mostra que os Custos Operacionais registaram um acréscimo face a idêntico período de 2011, de cerca de 10,32%.

Gráfico 24: Evolução dos Custos Operacionais entre 2008 e 2012

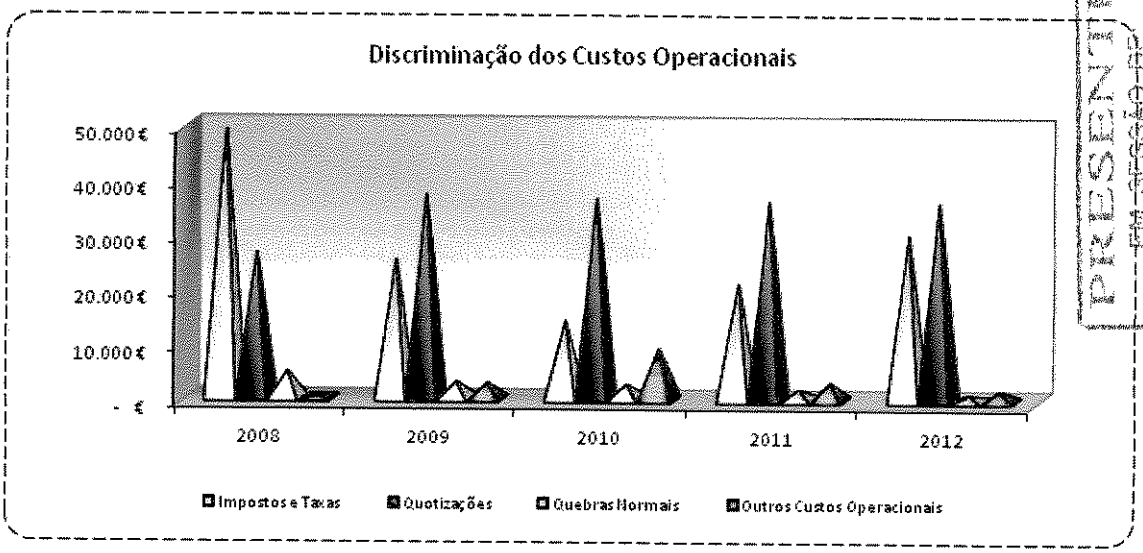


Considerando o aumento registado, importa verificar qual a rubrica que mais contribuiu para isso.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 58: Discriminação dos Custos Operacionais entre 2008 e 2012

CUSTOS OPERACIONAIS	2008	2009	2010	2011	2012
Impostos e Taxas	49.414 €	25.677 €	14.491 €	21.409 €	30.318 €
Quotizações	26.860 €	37.585 €	36.945 €	36.529 €	36.339 €
Quebras Normais	5.108 €	3.240 €	2.840 €	1.916 €	1.082 €
Outros Custos Operacionais	619 €	3.073 €	9.441 €	3.272 €	1.905 €
Total	**82.001 €**	**69.575 €**	**63.717 €**	**63.126 €**	**69.644 €**



PRESENTE EM REUNIÃO DE: 30 ABR. 2013

Da análise do quadro/gráfico anterior pode verificar-se que o aumento dos Custos Operacionais ficou a dever-se essencialmente ao acréscimo verificado na rubrica de Impostos e Taxas, cerca de 41,61%. As rubricas de Quebras Normais, Outros Custos Operacionais e Quotizações apresentam uma redução de 43,55%, 41,78% e 0,52%, respetivamente.

O aumento dos custos operacionais com impostos e taxas está diretamente relacionado com o acréscimo nos custos relativos à Taxa de Controlo da Qualidade Água à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Taxa referente à homologação da Cartografia à escala 1/2000 ao Instituto Geográfico Português, como se verifica no quadro seguinte:

Quadro 59: Discriminação dos Impostos e Taxas entre 2008 e 2012

IMPOSTOS E TAXAS	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto s/ IRC	34.882 €	13.989 €	3.024 €	5.550 €	6.021 €
Retenção Impostos s/ Outros Rendimentos		404 €	- €	- €	- €
Imposto de Circulação	1 €	- €	- €	- €	- €
Licenças Diversas	4.052 €	373 €	655 €	1.007 €	- €
Taxa de Contribuição do Audio-Visual	7.020 €	7.150 €	7.210 €	9.437 €	9.155 €
Taxa de Controlo Qualidade Água/Gestão Resíduos-IRAR	3.459 €	3.762 €	3.603 €	27 €	3.462 €
Taxa de Recursos Hídricos-ARH do Tejo,I.P.	- €	- €	- €	5.387 €	5.024 €
Outras Taxas	- €	- €	- €	- €	6.655 €
Total	**49.414 €**	**25.677 €**	**14.491 €**	**21.409 €**	**30.318 €**

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

A diminuição registada na rubrica de Quebras Normais ficou a dever-se tanto a uma redução de quebras em existências (-28,11%), como em quebras de mercadorias (-74,35%), tal como se pode verificar pelos valores do quadro seguinte:

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013

Quadro 60: Discriminação dos Quebras Normais entre 2008 e 2012

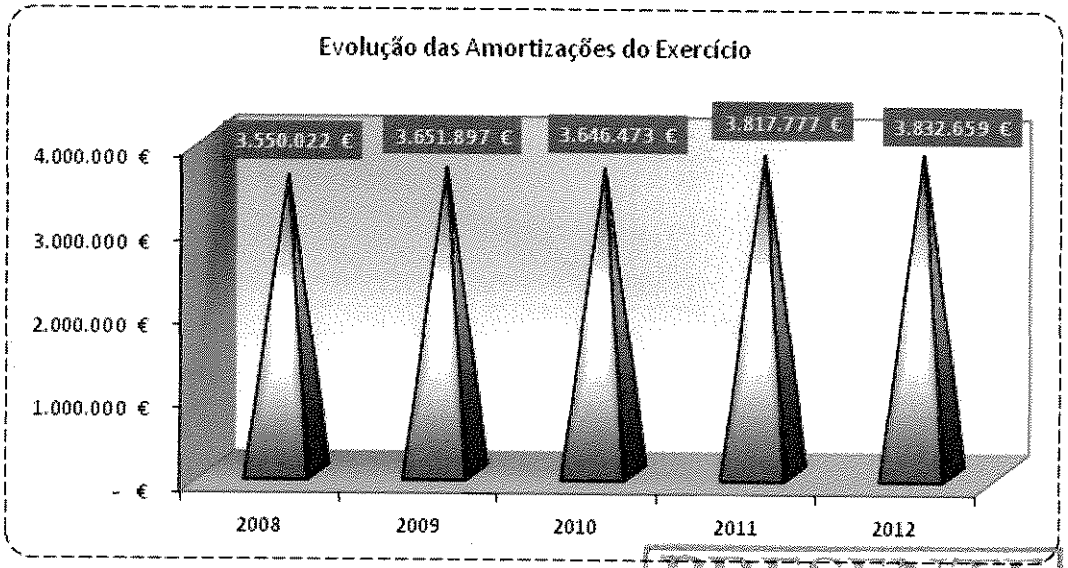
QUEBRAS NORMAIS	2008	2009	2010	2011	2012
Mercadorias	540 €	1.485 €	888 €	640 €	164 €
Existências	4.568 €	1.755 €	1.952 €	1.276 €	918 €
Total	**5.108 €**	**3.240 €**	**2.840 €**	**1.916 €**	**1.082 €**

2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício

A conta 66 - Amortizações do Exercício regista a depreciação do imobilizado corpóreo e incorpóreo no ano de 2012.

De acordo com a análise do gráfico seguinte, verifica-se que em 2012 se regista um acréscimo face a igual período de 2011 de cerca de 0,39%, o que em termos absolutos representa um acréscimo de cerca de 14.882 euros.

Gráfico 25: Evolução dos Custos com Amortizações do Exercício entre 2008 e 2012



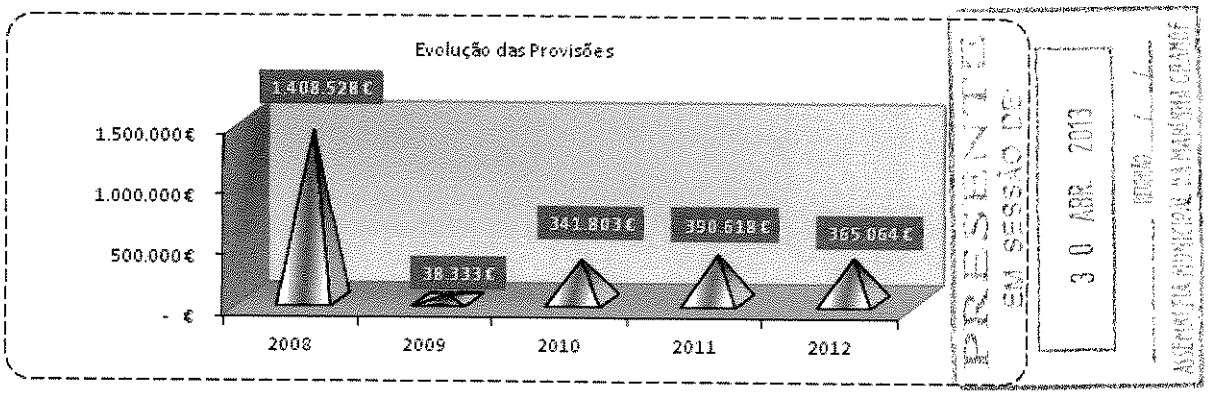
PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013

2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício

A conta 67 permite o registo de forma global, no final do período contabilístico, da variação positiva da estimativa dos riscos em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos consecutivos que tiver características de custo operacional.

Como mostra o gráfico seguinte, os custos com provisões registaram um acréscimo de 2011 para 2012 de cerca de 13,82%, o que em termos absolutos representa um decréscimo de 53.971 euros.

Gráfico 26: Evolução das Provisões entre 2008 e 2012



PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2013

Considerando o aumento registado de 2011 para 2012, importa analisar a rubrica que mais contribuiu para esse aumento.

Quadro 61: Discriminação das Provisões entre 2008 e 2012

PROVISÕES	2008	2009	2010	2011	2012
Cobranças Duvidosas	21.643 €	27.862 €	171.114 €	390.618 €	365.064 €
Riscos e Encargos	1.386.885 €	10.471 €	157.485 €	- €	77.191 €
Depreciação de Existências	- €	- €	13.205 €	- €	2.334 €
Total	**1.408.528 €**	**38.333 €**	**341.803 €**	**390.618 €**	**444.589 €**

Considerando o quadro anterior verifica-se que o acréscimo se ficou a dever à constituição de provisões nas componentes de Provisões para Riscos e Encargos e para Depreciação de Existências. De referir que no ano de 2011 não existiram provisões nestas componentes.

No que respeita às Provisões para Cobranças Duvidosas, estas registaram uma redução de 25.554 euros sendo que a rubrica de Provisões de Outros Devedores foi a que mais contribuiu para a diminuição verificada, com menos 212.507 euros que em igual período de 2011.

Quadro 62: Discriminação das Provisões para Cobranças Duvidosas entre 2008 e 2012

PROVISÕES PARA COBRANÇA DUVIDOSAS	2008	2009	2010	2011	2012
Clientes/Contribuintes/Utentes	20.396 €	18.562 €	133.009 €	149.596 €	336.549 €
Outros devedores	1.247 €	9.300 €	38.105 €	241.022 €	28.515 €
Total	**21.643 €**	**27.862 €**	**171.114 €**	**390.618 €**	**365.064 €**

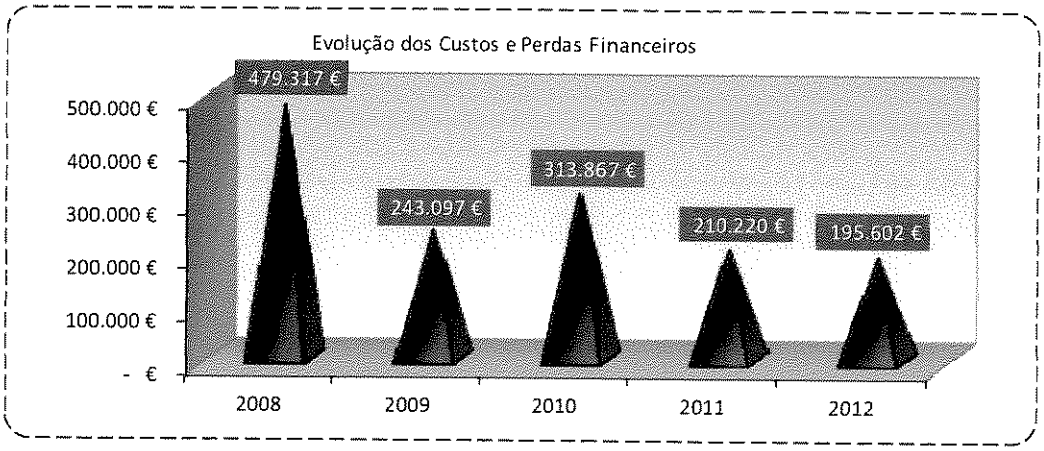
2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros

A conta 68 da Demonstração de Resultados permite efetuar o registo dos custos do exercício com a utilização de capital alheio.

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Relativamente a 2011, os Custos e Perdas Financeiros registaram, em 2012, um decréscimo de cerca de 6,95%, como se verifica no gráfico seguinte.

Gráfico 27: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros entre 2008 e 2012



A análise do quadro seguinte permite-nos concluir que a redução dos custos e perdas financeiros se ficou a dever ao decréscimo dos custos nas seguintes componentes: juros suportados (cerca de -7,66%) e Amortizações de Investimentos de Imóveis (-0,72%). A rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiros apresentam um acréscimo de 33,04%).

Quadro 63: Distribuição dos Custos Financeiros entre 2008 e 2012

CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	2008	2009	2010	2011	2012
Juros suportados	471.540 €	235.197 €	306.098 €	202.460 €	186.954 €
Amort. Investimentos em Imóveis	4.963 €	4.963 €	4.966 €	4.966 €	4.930 €
Outros Custos Perdas Financeiros	2.813 €	2.937 €	2.803 €	2.794 €	3.718 €
Total	**479.317 €**	**243.097 €**	**313.867 €**	**210.220 €**	**195.602 €**

Fazendo uma análise mais pormenorizada à componente de juros suportados, pode verificar-se que as rubricas com uma diminuição, de 2011 para 2012, foram os Juros de pagamentos ao pessoal (-100,00%), Juros de Fornecimento de Bens e Serviços (-99,66%), Juros de Locação Financeira (-67,05%) e Juros de Empréstimos Bancários (-32,11%). A única rubrica que apresenta um crescimento em 2012 face ao ano transato é a relativa a Outros Juros (21,59%), na qual são registados os custos com os diversos serviços bancários, nomeadamente a taxa de serviço por pagamentos efetuados por multibanco.

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 64: Distribuição dos Juros Suportados entre 2008 e 2012

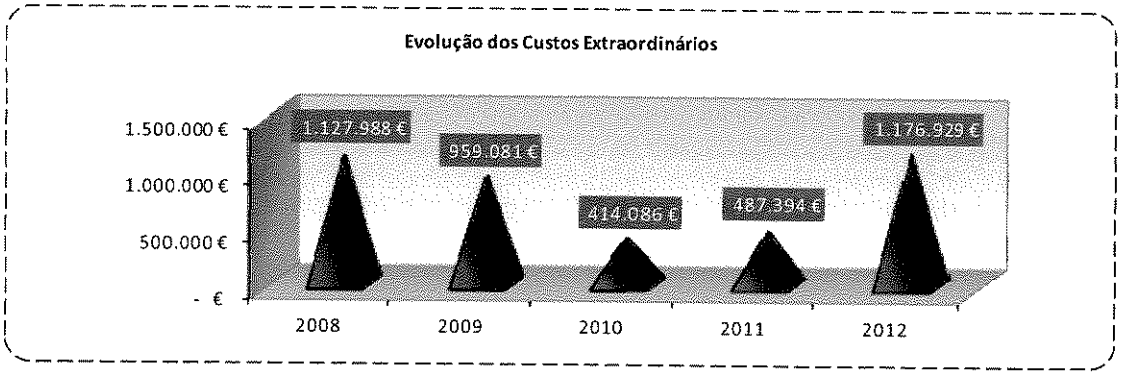
JUROS SUPORTADOS	2008	2009	2010	2011	2012
Juros Empreitadas	- €	43.513 €	1.853 €	- €	23.115 €
Juros Compensatórios - Pessoal	- €	8.289 €	21.594 €	13.050 €	- €
Emp. Bancários	380.540 €	170.439 €	68.336 €	86.271 €	58.573 €
Locação Financeira	641 €	780 €	656 €	607 €	200 €
Fornecimento de Bens e Serviços	2.010 €	595 €	814 €	16.170 €	55 €
Outros	88.350 €	11.581 €	212.846 €	86.362 €	105.012 €
Total	**471.540 €**	**235.197 €**	**306.098 €**	**202.460 €**	**186.954 €**

2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários

Na conta 69, registam-se os valores considerados extraordinários à atividade normal da entidade.

Da análise do gráfico podemos concluir que em 2012 se assiste a um aumento da rubrica de Custos Extraordinários em cerca de 65,88%.

Gráfico 28: Evolução dos Custos Extraordinários entre 2008 e 2012



As rubricas desta conta que contribuíram para o aumento em 2012 face a 2011 foram as seguintes: Outros Custos e Perdas Extraordinários (2.781,87%), Perdas em Imobilizações (428,69%) Dívidas Incobráveis (364,40%), Correções relativas a exercícios anteriores (39,59%) e Transferências de Capital (4,90%).

Apenas a rubrica de Perdas em Existências regista uma diminuição quando comparada com o ano transato, 82,57%.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

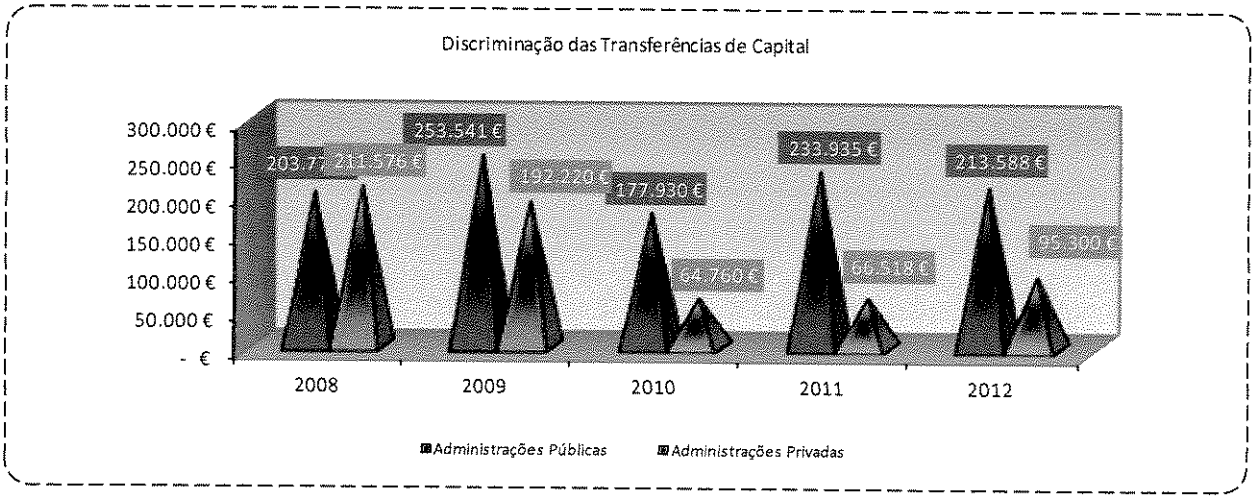
Quadro 65: Distribuição dos Custos Extraordinários entre 2008 e 2012

CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências de Capital	415.353 €	445.760 €	242.689 €	300.453 €	308.888 €
Dívidas Incobráveis	45 €	136.715 €	6.229 €	34.211 €	158.875 €
Perdas em Existências	67 €	26 €	15 €	12 €	2 €
Perdas em Imobilizações	13.400 €	34.416 €	2.790 €	14.807 €	78.284 €
Multas e Penalidades	200 €	120 €	- €	- €	703 €
Aumentos de Amort. e Provisões	500.000 €	- €	- €	- €	374.717 €
Correções relativas a anos anteriores	172.213 €	327.442 €	154.858 €	135.615 €	189.301 €
Outros Custos e Perdas Extraordinários	26.710 €	14.603 €	7.505 €	2.296 €	66.159 €
Total	**1.127.988 €**	**959.081 €**	**414.086 €**	**487.394 €**	**1.176.929 €**

Da análise do quadro poder-se-á concluir que a quase totalidade dos custos em 2012 se deve a três rubricas: ao aumento de amortizações e provisões, às transferências de capital, às correções relativas a anos anteriores e Dívidas Incobráveis, representando, em conjunto, cerca de 74,16% dos custos extraordinários.

Considerando o peso que a rubrica das transferências de capital assume no total dos Custos Extraordinários, importa analisar o destino das mesmas, sendo que, conforme se verifica no gráfico seguinte, 69,15% do seu valor destina-se à Administração Pública, onde estão incluídas as freguesias do concelho da Marinha Grande e a Associação de Municípios da Região de Leiria, e 30,85% destina-se à Administração Privada, onde estão incluídos todas as associações, clubes e coletividades do concelho da Marinha Grande.

Gráfico 29: Distribuição das Transferências de Capital entre 2008 e 2012



Importa ainda referir que no ano de 2012 foram reconhecidas dívidas incobráveis no montante de 158.875 euros, ou seja, mais 124.664 euros que no ano de 2011.

PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS

Na classe 7 são registados os proveitos e ganhos que a autarquia obtém com a prossecução das suas atribuições.

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, verifica-se que os proveitos totais da autarquia não apresentam uma tendência de evolução consistente ao longo do período em análise.

No ano de 2009 regista-se um decréscimo de cerca de 5,15%, em 2010 verifica-se aumento de cerca de 2,70%, e em 2011 assiste-se novamente a um aumento de cerca de 6,97%. No ano em análise regista-se um decréscimo face ao ano transato de cerca de 5,63%, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 1.276.812 euros.

PRESENTE
EM SESSÃO DE
30 ABR 2013

Quadro 66: Evolução dos Proveitos entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Proveitos	21.782.749 €	20.661.535 €	21.218.591 €	22.698.582 €	21.421.770 €

A classe 7 é composta por sete grandes grupos, os quais tipificam o tipo de proveitos, pelo que importa verificar as principais alterações em cada um dos grupos de modo a explicitar a diminuição verificada de 2011 para 2012.

No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 7 ao longo dos últimos cinco anos. Todas as rubricas, com exceção de Venda de Bens e Prestações de Serviços, Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, seguiram a evolução de diminuição dos proveitos, registando uma evolução negativa de 2011 para 2012.

Quadro 67: Evolução global dos proveitos entre 2008 e 2012

PROVEITOS TOTAIS	2008	2009	%	2010	2011	%	2012	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO %
Vendas Bens e Prestações de Serviços	5.673.964 €	5.855.064 €	3,19%	6.076.391 €	6.278.026 €	3,32%	6.351.011 €	72.985 €	1,16%
Impostos e Taxas	7.657.749 €	6.163.860 €	-19,51%	6.442.607 €	6.478.392 €	0,56%	6.460.317 €	-18.075 €	-0,28%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.797.157 €	7.080.002 €	4,16%	7.214.541 €	6.684.214 €	-7,35%	6.327.018 €	-357.196 €	-5,34%
Trabalhos para a Própria Entidade	21.926 €	22.723 €	3,64%	18.605 €	8.255 €	-55,63%	5.178 €	-3.077 €	-37,28%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	37.314 €	4.909 €	-86,85%	12.568 €	8.478 €	-32,55%	9.035 €	557 €	6,58%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	239.080 €	145.573 €	-39,11%	85.199 €	171.191 €	100,93%	109.854 €	-61.337 €	-35,83%
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.355.560 €	1.389.404 €	2,50%	1.368.680 €	3.070.026 €	124,31%	2.159.357 €	-910.669 €	-29,66%
Total	**21.782.749 €**	**20.661.535 €**		**21.218.591 €**	**22.698.582 €**		**21.421.770 €**	**- 1.276.812 €**	**-5,63%**

2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços

A conta 71 permite contabilizar os proveitos decorrentes da Venda de Bens e Prestações de Serviços, valor que não inclui a taxa de IVA, nem qualquer outro imposto a que estejam sujeitas.

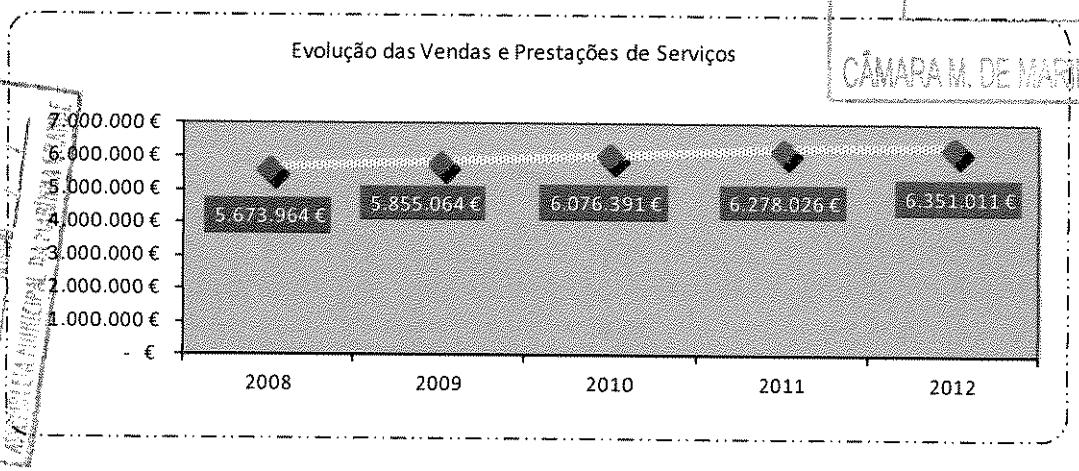
No ano de 2012, foram contabilizados acréscimos de proveitos de faturas emitidas em 2013 relativas a consumos de água, serviços de saneamento, de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) e outros similares registados no ano de 2012.

Cumpre referir que em anos anteriores não foi efetuada a especialização do exercício dos proveitos provenientes dos serviços de água, saneamento e RSU's por inexistência de informação fiável e adequada para efeitos desta contabilização, situação ultrapassada em 2012 com a utilização de um novo sistema de gestão comercial, o que permitiu a contabilização de proveitos de 147.668,61 euros.

Conforme demonstra o gráfico seguinte esta rubrica apresenta um aumento de cerca de 1,16% face ao ano transato, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 72.985 euros.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 30: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços entre 2008 e 2012



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR 2013

Conforme se verifica no quadro seguinte, o acréscimo de cerca de 1,16% dos proveitos provenientes das Vendas e das Prestações de Serviços ficou a dever-se essencialmente ao acréscimo da rubrica Vendas com cerca de 2,80% (137.371 euros).

Quadro 68: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços entre 2008 e 2012

VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2008	2009	2010	2011	2012
Vendas	1.428.294 €	1.589.989 €	1.470.057 €	1.363.792 €	1.299.406 €
Prestações de Serviços	4.245.670 €	4.265.075 €	4.606.333 €	4.914.233 €	5.051.604 €
Total	**5.673.964 €**	**5.855.064 €**	**6.076.391 €**	**6.278.026 €**	**6.351.011 €**

VENDAS

No que se refere à distribuição das Vendas, pode verificar-se que a quase totalidade destas, respeita à Venda de Produtos Acabados e Intermédios, 99,89%, como é o caso da água. De referir, no entanto, que em 2012 os proveitos resultantes de Produtos Acabados e Intermédios diminuíram cerca de 4,47% e os proveitos da venda de Mercadorias sofreram um decréscimo de cerca de 71,36%, face ao ano anterior. A redução dos proveitos

provenientes da venda de mercadorias está relacionado com o encerramento das instalações do Museu do Vidro, atentas obras a decorrer no edifício e nos espaços contíguos.

Quadro 69: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens entre 2008 e 2012

VENDAS	2008	2009	2010	2011	2012
Mercadorias	22.459 €	19.328 €	17.063 €	5.040 €	1.444 €
Produtos Acabados e Intermédios	1.405.835 €	1.570.661 €	1.452.994 €	1.358.752 €	1.297.963 €
Total	**1.428.294 €**	**1.589.989 €**	**1.470.057 €**	**1.363.792 €**	**1.299.407 €**

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os proveitos decorrentes das Prestações de Serviços são os que constam do quadro seguinte, do qual se pode aferir que a quase totalidade dos proveitos relacionados com a prestação de serviços respeitam a 3 rubricas: Saneamento, Resíduos Sólidos e Outros Serviços, 95,65% do total. No ano transato esse valor era de 94,53%.

Quadro 70: Distribuição dos Proveitos de Prestação de Serviços

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2008	2009	2010	2011	2012
Saneamento	980.451 €	986.443 €	945.403 €	1.306.107 €	1.375.488 €
Resíduos Sólidos	835.189 €	828.187 €	857.470 €	978.491 €	1.027.443 €
Transportes Colectivos Pessoas e Mercadorias	16.521 €	12.644 €	12.540 €	13.447 €	7.734 €
Trabalhos por conta de particulares	4.938 €	2.994 €	122.189 €	- €	3.071 €
Cemitérios	6.682 €	17.380 €	184.557 €	71.865 €	75.684 €
Mercados e Feiras	26.564 €	27.245 €	72.086 €	98.283 €	97.589 €
Inst. Desportivas e Recreativas	54.651 €	55.295 €	47.769 €	35.932 €	31.122 €
Parques de Campismo	44.532 €	41.766 €	53.635 €	49.291 €	- €
Outros Serviços	2.276.143 €	2.293.122 €	2.310.684 €	2.360.818 €	2.433.474 €
Total	**4.245.670 €**	**4.265.075 €**	**4.606.333 €**	**4.914.233 €**	**5.051.604 €**

Relativamente à componente de Outros Serviços que representa cerca de 48,04% do total dos proveitos de Prestação de Serviços no ano de 2012, verifica-se que esta rubrica registou um aumento de cerca de 3,08% face ao ano de 2011. De entre as componentes desta rubrica, conforme demonstra o gráfico seguinte, podemos verificar que a rubrica mais significativa respeita a Outras Rendas onde se destaca a renda de concessão de exploração da EDP (1.300.909,52 euros), seguida da rubrica de Outros Serviços Prestados onde se salienta a Tarifa Fixa de Disponibilidade (671.446,71 euros).

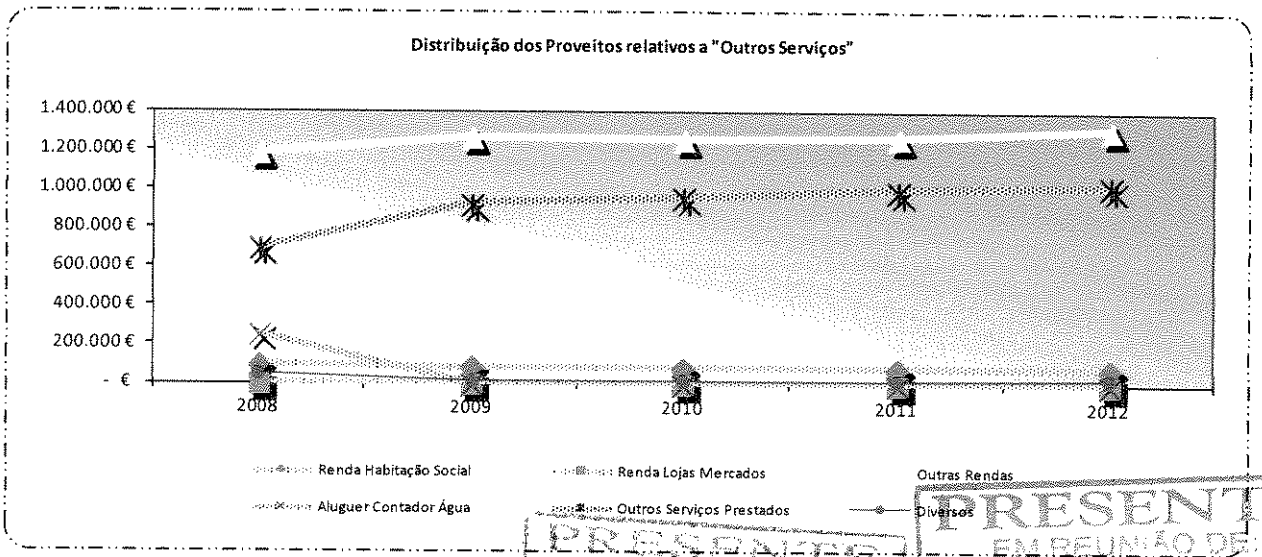
PRESENTE EM SESSÃO DE: 30 ABR. 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE: 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 71: Distribuição dos Proveitos relativos a "Outros Serviços" entre 2008 e 2012

OUTROS SERVIÇOS	2008	2009	2010	2011	2012
Renda Habitação Social	95.838 €	87.590 €	83.848 €	80.364 €	78.573 €
Renda Lojas Mercados	2.344 €	2.557 €	2.327 €	2.219 €	2.971 €
Outras Rendas	1.182.627 €	1.265.289 €	1.252.086 €	1.265.880 €	1.308.661 €
Aluguer Contador Água	249.295 €	224 €	10 €	218 €	- €
Imóveis Municipais sob Gestão Municipal	- €	- €	- €	- €	8 €
Outros Serviços Prestados	694.932 €	923.654 €	955.866 €	996.273 €	1.018.131 €
Diversos	51.108 €	13.809 €	16.547 €	15.865 €	25.131 €
Total	**2.276.143 €**	**2.293.122 €**	**2.310.684 €**	**2.360.818 €**	**2.433.474 €**

Gráfico 31: Distribuição dos Proveitos relativos a "Outros Serviços" entre 2008 e 2012

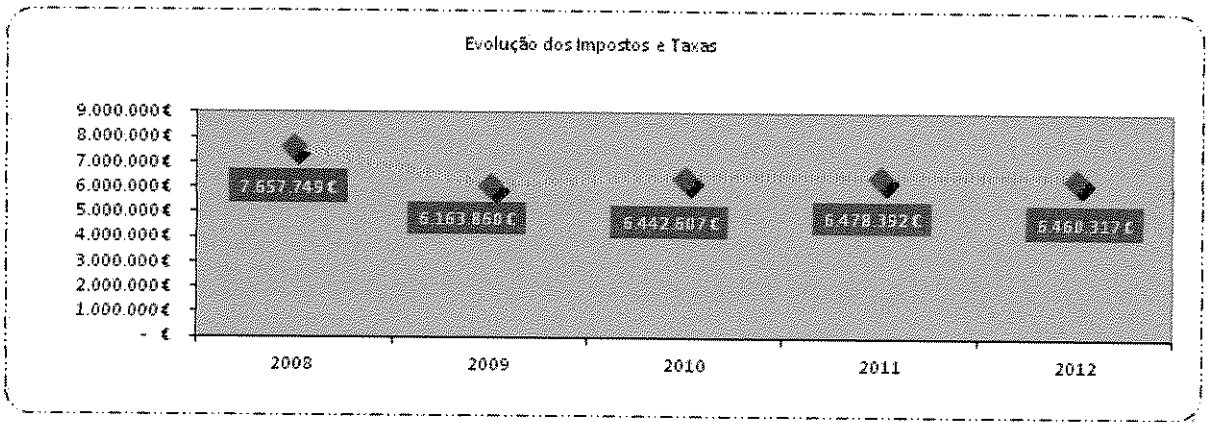


PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR. 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
PRESENTE EM REUNIÃO DE 30 ABR. 2013

2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas

No que respeita à conta 72, pode verificar-se que, de 2011 para 2012, se assistiu a uma diminuição dos proveitos relativos a impostos e taxas, líquidos de reembolsos, restituições e anulações, cifrando-se essa descida em cerca de 0,28% face ao ano anterior, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 18.075 euros.

Gráfico 32: Evolução dos Impostos e Taxas entre 2008 e 2012



Fazendo uma análise pormenorizada pode verificar-se que a componente mais significativa é a de Impostos Diretos cujo valor dos proveitos em 2012 ascendeu a 6.292.472 euros, não contando com os reembolsos, restituições e anulações devidamente explicitados no quadro infra, o que representa um decréscimo de cerca de 4,02% face a 2011 cujo valor de proveitos ascendeu a 6.555.705 euros, o que em termos absolutos significa um decréscimo de 263.234 euros.

Quadro 72: Distribuição dos Proveitos de Impostos e Taxas entre 2008 e 2012

IMPOSTOS E TAXAS	2008	2009	2010	2011	2012
Impostos Diretos	7.863.305 €	6.440.493 €	6.424.235 €	6.555.705 €	6.292.472 €
Impostos Indiretos	97.487 €	310.966 €	168.279 €	167.805 €	180.781 €
Taxas	56.931 €	20.539 €	128.838 €	149.773 €	117.842 €
Reembolsos e Restituições (-)	277.884 €	155.586 €	112.811 €	174.951 €	102.352 €
Anulações (-)	82.090 €	452.552 €	165.933 €	219.941 €	28.426 €
Total	**7.657.749 €**	**6.163.860 €**	**6.442.607 €**	**6.478.392 €**	**6.460.317 €**

Considerando que a rubrica com maior peso é a de Impostos Diretos importa analisar qual o tipo de imposto que representa um maior proveito para a autarquia em cada um dos anos em análise.

Quadro 73: Distribuição dos Proveitos de Impostos Diretos entre 2008 e 2012

IMPOSTOS DIRETOS	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto Municipal sobre Imóveis	3.375.791 €	3.302.929 €	3.333.906 €	3.521.134 €	3.671.850 €
Imposto Único de Circulação	598.463 €	632.048 €	663.990 €	730.598 €	825.802 €
Imposto Municipal sobre as Transmissões	2.533.155 €	1.481.069 €	1.493.158 €	1.107.678 €	682.327 €
Derrama	1.250.855 €	1.020.097 €	927.158 €	1.165.754 €	1.111.463 €
Contribuição Autárquica	16.188 €	1.540 €	6.020 €	627 €	- €
Imposto Municipal de SISA	88.854 €	2.811 €	2 €	29.916 €	1.030 €
Total	**7.863.305 €**	**6.440.493 €**	**6.424.235 €**	**6.555.705 €**	**6.292.472 €**

De acordo com análise do quadro anterior verifica-se que as rubricas que contribuíram para o decréscimo de proveitos de 4,02% dos Impostos Diretos foram as seguintes: Contribuição Autárquica (-100%), Imposto Municipal de SISA (96,56%), Imposto Municipal sobre as Transmissões (- 38,40%) e Derrama (-4,66%).

As rubricas de Imposto Único de Circulação e Imposto Municipal sobre Imóveis registam um acréscimo face a 2011 de 13,03% e 4,28%, respetivamente.

Mais se salienta o facto de o Imposto Municipal sobre Imóveis representar, em 2012, 58,35% do total dos proveitos de Impostos Diretos. Em 2011 esse valor era de 53,71%.

PRESENTE EM SESSÃO DE 30 ABR 2013

PRESENTE EM REUNIÃO DE 22 ABR 2013 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares

A conta 73 pretende registar os proveitos obtidos com o valor acrescentado das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia.

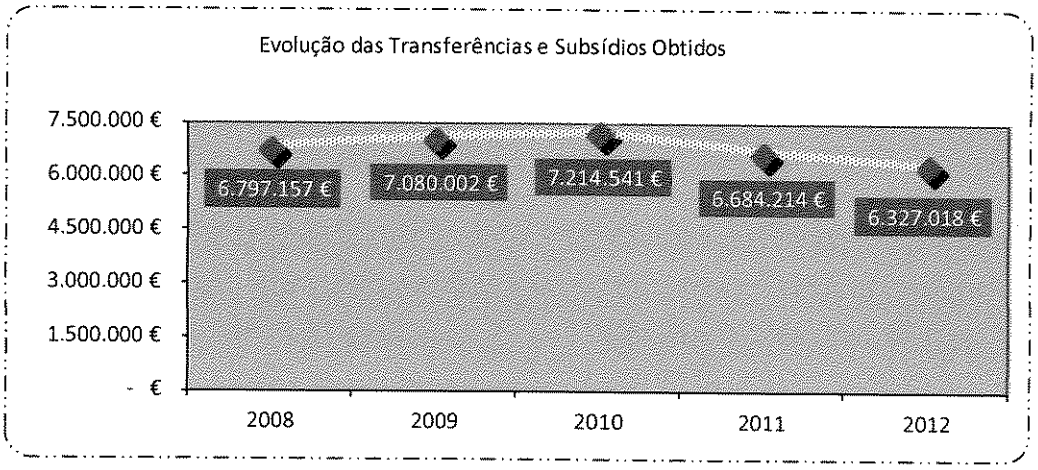
No caso específico do Município da Marinha Grande, e no que concerne ao ano de 2012, tal como também verificado nos anos transatos, esta conta não apresentou qualquer movimento.

2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos

Na conta 74 registam-se as transferências efetuadas e arrecadadas nos cofres da tesouraria, atento o disposto na Lei das Finanças Locais e na Lei do Orçamento de Estado, em cada exercício económico.

A conta 74 regista em 2012, um decréscimo de cerca de 5,34%, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 357.196 euros, sendo mesmo o valor mais baixo dos proveitos no período em análise.

Gráfico 33: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos entre 2008 e 2012



De acordo com o quadro seguinte, a quase totalidade das transferências e subsídios obtidos referem-se a transferências provenientes do Orçamento de Estado, cerca de 88,48%. Em 2011 representava cerca de 88,51% do valor total das transferências e subsídios obtidos.

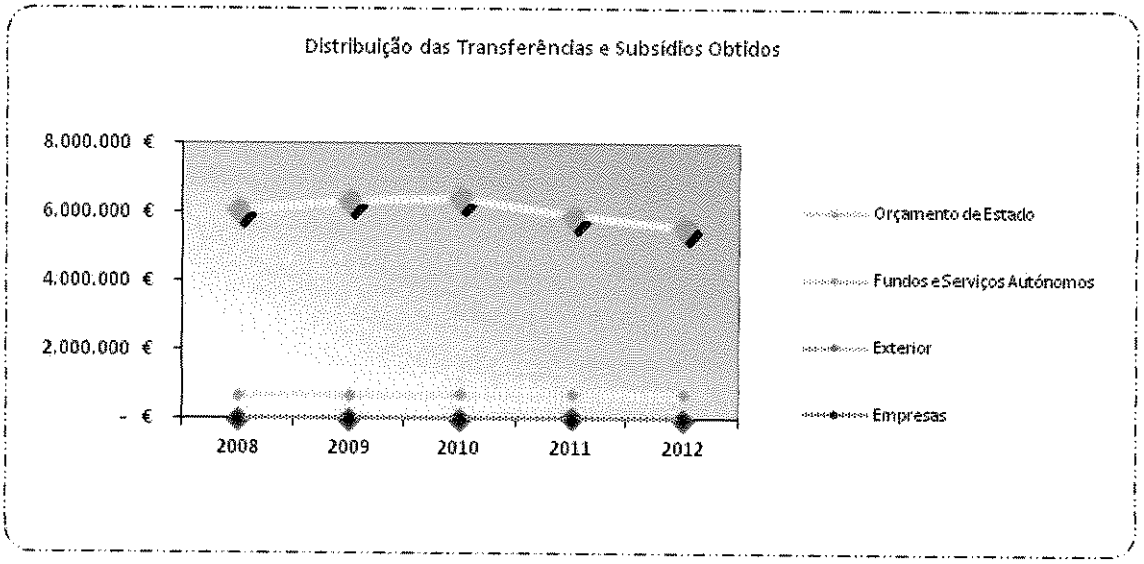
A rubrica que mais contribuiu para o decréscimo das Transferências Obtidas foram as provenientes do Orçamento de Estado com uma redução de cerca de 5,37%, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 317.982 euros. As transferências provenientes dos Fundos e Serviços Autónomos também registaram um decréscimo de cerca de 1,65%.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 74: Distribuição das Transferências e Subsídios Obtidos entre 2008 e 2012

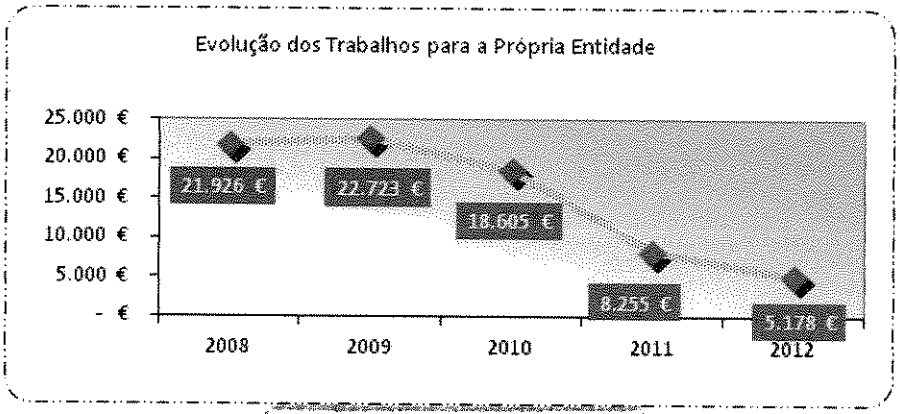
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	2008	2009	2010	2011	2012
Orçamento de Estado	6.083.230 €	6.359.388 €	6.449.075 €	5.916.414 €	5.598.432 €
Fundos e Serviços Autónomos	703.926 €	720.614 €	765.466 €	740.827 €	728.586 €
Exterior	- €	- €	- €	26.973 €	- €
Empresas	10.000 €	- €	- €	- €	- €
Total	**6.797.157 €**	**7.080.002 €**	**7.214.541 €**	**6.684.214 €**	**6.327.018 €**



2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade

A conta 75 regista os trabalhos que a entidade realiza para si própria, trabalhos esses que dependem da administração direta da autarquia e são realizados através da aplicação de meios próprios e adquiridos para esse efeito e que se destinam ao imobilizado.

Gráfico 34: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade entre 2008 e 2012



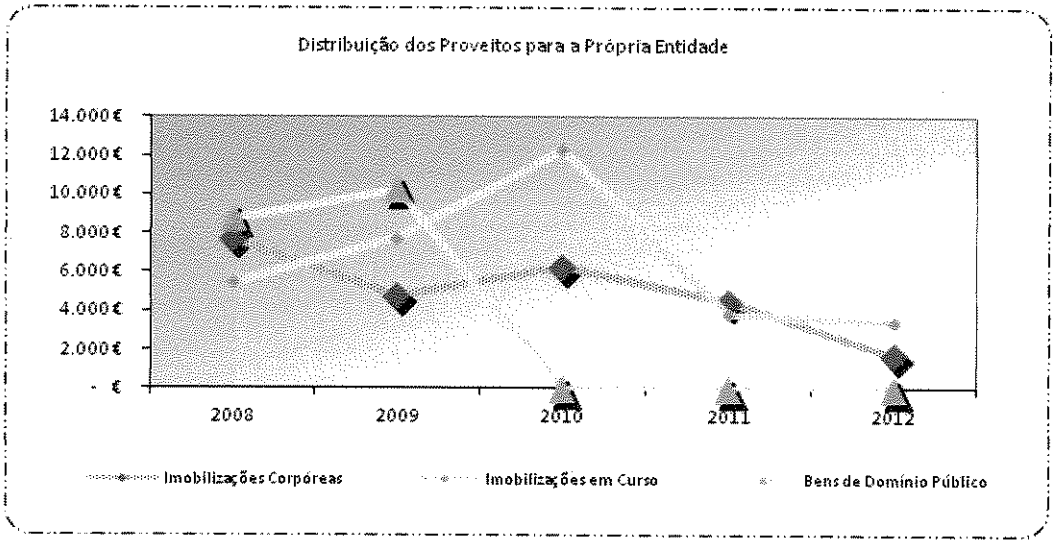
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013

Face aos valores apresentados conclui-se que os proveitos relativos a trabalhos para a própria entidade diminuíram cerca de 37,28% face ao ano anterior, confirmando assim a tendência de decréscimo registada desde 2009.

Quadro 75: Distribuição dos Trabalhos para a própria entidade entre 2008 e 2012

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2008	2009	2010	2011	2012
Imobilizações Corpóreas	7.691 €	4.760 €	6.277 €	4.411 €	1.724 €
Imobilizações em Curso	5.484 €	7.720 €	12.328 €	3.844 €	3.454 €
Bens de Domínio Público	8.751 €	10.243 €	- €	- €	- €
Total	**21.926 €**	**22.723 €**	**18.605 €**	**8.255 €**	**5.178 €**



Através da análise ao quadro/gráfico anterior verifica-se que ambas as rubricas, Imobilizações Corpóreas e Imobilizações em Curso, contribuíram para o acentuado decréscimo registado na conta de Trabalhos para a própria entidade, ao registarem uma redução de cerca de 60,92% e 10,14%, respetivamente.

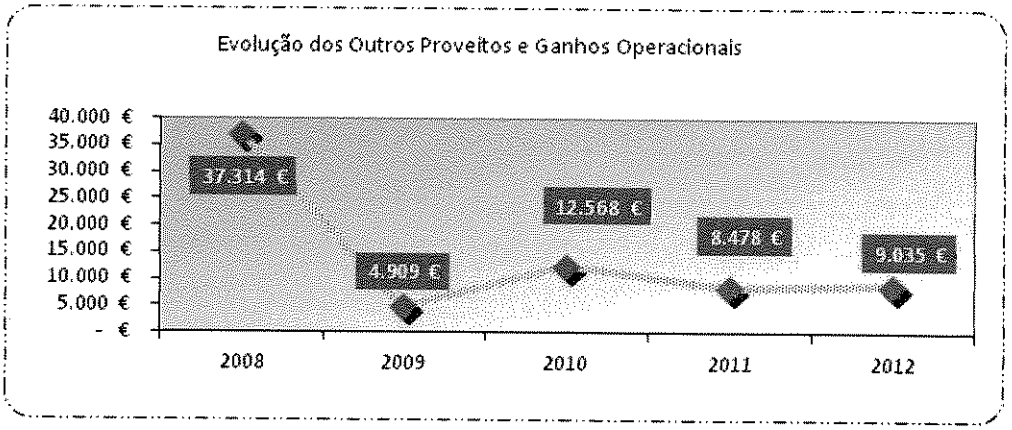
2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

Na conta 76 registam-se os proveitos de outras atividades desenvolvidas pela autarquia.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, o valor da conta 76 apresenta um acréscimo em 2012 de cerca de 6,58%.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
PRESENTE
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Gráfico 35: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais entre 2008 e 2012



Da análise do quadro seguinte, verifica-se que a maior fatia dos proveitos operacionais resultam da rubrica Custas de Processos de Contra Ordenação, a qual representa cerca de 76,33% do total de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais no ano de 2012.

Quadro 76: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais entre 2008 e 2012

OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	2008	2009	2010	2011	2012
Custas Processos Contra-Ordenação	1.363 €	2.706 €	8.732 €	6.925 €	6.897 €
Custas Processos Execução Fiscal	437 €	267 €	22 €	107 €	1.619 €
Anulação - Custas de Processos de contra-ordenações	0 €	0 €	-224 €	0 €	-53 €
Sobras	3.079 €	1.510 €	3.613 €	1.233 €	572 €
Outros	32.434 €	425 €	425 €	213 €	0 €
Total	**37.314 €**	**4.909 €**	**12.568 €**	**8.478 €**	**9.035 €**

2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

A conta 78 deve refletir os Proveitos e Ganhos Financeiros das autarquias, conta esta que deve estar desagregada de acordo com a sua origem.

No ano de 2012 assistiu-se a um decréscimo de cerca de 35,83% desta rubrica, contrariando assim a tendência de subida registada em 2011. Em termos absolutos representa um decréscimo de 61.337 euros.

PRESENTE
EM SESSÃO DE:
30 ABR. 2013
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR. 2013
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE